



Programa de Pós-Graduação em Design (PPGD)

MESTRADO EM DESIGN

**MYLENE FERNANDES BATISTA**

**O DESIGN E AS CIDADES:  
AÇÕES QUE TRANSFORMAM O ESPAÇO URBANO**

Belo Horizonte

2019

MYLENE FERNANDES BATISTA

**O DESIGN E AS CIDADES:**  
AÇÕES QUE TRANSFORMAM O ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Design.

Linha de Pesquisa: Cultura, Gestão e Processos em Design

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita Aparecida da Conceição Ribeiro

Belo Horizonte

2019

B333

Batista, Mylene Fernandes

O Design e as cidades: ações que transformam o espaço urbano.  
[manuscrito] / Mylene Fernandes Batista - Belo Horizonte, 2019.  
141f.: il. color. fots. Tabs.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rita Aparecida da Conceição Ribeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG - como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Design, na linha de pesquisa: Cultura, Gestão e Processos em Design.

1. Coletivos urbanos. 2. Design. 3. Ações sociais. I. Ribeiro, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita Aparecida da Conceição II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III. Título.

CDU – 7.05

## O DESIGN E AS CIDADES: AÇÕES QUE TRANSFORMAM O ESPAÇO URBANO.

**Autora: Mylene Fernandes Batista**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Design no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 02 de agosto de 2019.



**Rita A. C. Ribeiro**  
Coordenadora Mestrado e Doutorado  
MASP 1231056-1  
ESCOLA DE DESIGN - UEMG

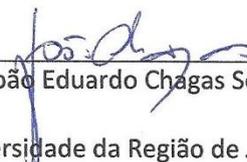
Prof.<sup>a</sup> Rita Aparecida da Conceição Ribeiro  
Coordenadora do PPGD

BANCA EXAMINADORA



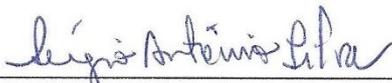
Profa. Rita Aparecida da Conceição Ribeiro, Dra.  
Orientadora

Universidade do Estado de Minas Gerais



Prof. João Eduardo Chagas Sobral, Dr.

Universidade da Região de Joinville



Prof. Sérgio Antônio Silva, Dr.

Universidade do Estado de Minas Gerais

## AGRADECIMENTOS

A trajetória que construí no curso de Mestrado em Design me mostrou, na prática, como que os esforços viabilizam as oportunidades. Tanto nos momentos de aprendizado, quanto no ato de ensinar, esta pesquisa mobilizou importantes pessoas que muito contribuíram com a construção do conhecimento aqui desenvolvido.

Portanto, primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Ilton e Neide, meus pilares e meus maiores apoiadores, sempre prontos para me ajudar em todos os meus passos. Serei sempre grata a vocês.

Deixo também aqui registrado meus agradecimentos:

À toda minha família, pelos conselhos e apoio;

À Rita, minha orientadora e minha estrutura durante a trajetória do mestrado, e a quem quero manter sempre perto nessa minha caminhada pelo universo do Design;

Ao Tiago, meu companheiro. Obrigada por ser meu porto seguro, acreditar em mim e impulsionar minhas ideias;

Aos amigos dessa vida, Sofia e Thiago, pela compreensão nos momentos difíceis e pela sólida amizade;

Aos meus amigos e colegas acadêmicos que compartilham de frustrações, alegrias, sonhos e diálogos e que muito acrescentaram para esta pesquisa;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Design da UEMG, sempre dispostos a ensinar e ampliar os olhares acadêmicos do Design, mesmo em cenários instáveis;

Ao Rodrigo, da Secretaria do PPGD da UEMG, sempre presente e disposto a ajudar;

À CAPES, pelo apoio estudantil, elemento fundamental para dedicação da pesquisa;

Minha gratidão por todos que estiveram envolvidos de alguma forma durante esta pesquisa.

*"A força das metrópoles está na reinvenção permanente da vida social, não na matemática dos planejadores."*

*(Henri Lefebvre, O Direito à Cidade)*

## RESUMO

Esta pesquisa parte de um estudo teórico exploratório e tem como objeto investigativo os coletivos urbanos de Belo Horizonte. O foco refere-se ao papel do design para o desenvolvimento de ações sociais por parte de coletivos urbanos que visam a transformação do espaço público e o resgate da cidadania. A sociedade contemporânea vive um novo cenário para a vida urbana, no qual a inovação no planejamento urbano foca na cidade real, não mais na cidade ideal. O espaço público, protagonista da cidade, redefine a usabilidade e o consumo em busca de experiências que permitam viver a cidade. Isso implica perceber como o design se fundamenta como agente de transformação social e entender a organização do espaço urbano e os princípios de exclusão do convívio social. Investigar, também, as transformações na legislação que promovem a cidadania ou a exclusão dos espaços e analisar como os coletivos urbanos se utilizam do design como ferramenta para a difusão e implementação de suas ações. A pesquisa estruturou-se por uma fundamentação teórica acerca do design e experiência urbana, design e democracia e mobilização social. A partir da fundamentação teórica foram elaborados os critérios fundamentais para a seleção dos coletivos estudados, bem como as entrevistas. As ferramentas para a análise dos resultados envolveram técnica participativa de mapa mental e análise SWOT, como análise de cenário. Através da linguagem elaborada por uma metodologia de projeto, o designer pode evidenciar mensagens que repassem os valores locais e explorar potencialidades percebidas no espaço público. Mas, essa competência também se apresenta como desafio no exercício de sua atividade como meio de comunicação e mediador nas relações entre a cidade e as pessoas.

**Palavras-chave:** Coletivos urbanos. Design. Ações sociais. Espaço público. Experiência.

## **ABSTRACT**

*This research is part of an exploratory theoretical study and has as an investigative object the urban collectives of Belo Horizonte. The focus is on the role of design for the development of social actions by urban collectives aimed at the transformation of public space and the rescue of citizenship. The contemporary society lives a new scenario for urban life, in which innovation in urban planning focuses on the real city, no longer in the ideal city. The public space, protagonist of the city, redefines the usability and the consumption in search of experiences that allow to live the city. This implies understanding how design is based as an agent of social transformation and understand the organization of urban space and the principles of exclusion from social life. Also, investigate transformations in the legislation that promote citizenship or the exclusion of spaces and analyze how urban collectives use the design as a tool for the diffusion and implementation of their actions. The research was structured by a theoretical foundation about urban design and experience, design and democracy and social mobilization. From the theoretical foundation, the fundamental criteria for the selection of the studied groups were elaborated, as well as the interviews. The tools for the analysis of the results involved participatory technique of mental map and SWOT analysis, like scenario analysis. Through the language elaborated by a design methodology, the designer can highlight messages that pass the local values and explore potentialities perceived in the public space. But this competence also presents itself as a challenge in the exercise of its activity as a means of communication and mediator in the relations between the city and the people.*

**Keywords:** *Urban collectives. Design. Social actions. Public space. Experience.*

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: <i>The Design Experience Model</i> .....	35
Esquema 2: Atuações no espaço urbano para a transformação social .....	49
Esquema 3: Estrutura de um espaço urbano .....	52
Esquema 4: Esferas do habitar a cidade .....	58
Esquema 5: Interseções de engajamento.....	73
Esquema 6: Mapa mental Papel do público no espaço urbano.....	85
Esquema 7: Fases do projeto Calafate, Micrópolis.....	96
Esquema 8: Plano de mobilidade urbana .....	111
Esquema 9: Atributos de uso do objeto .....	119
Esquema 10: Ferramenta SWOT, análise de coletivos urbanos de Belo Horizonte .....	121

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espaços híbridos .....	51
Figura 2: <i>Interface Access</i> .....	54
Figura 3: Parque suspenso <i>High Line</i> , Nova York.....	69
Figura 4: Construção da linha férrea <i>High Line</i> , vista 1 .....	70
Figura 5: Construção da linha férrea <i>High Line</i> , vista 2.....	70
Figura 6: Uso da linha férrea <i>High Line</i> .....	71
Figura 7: <i>High Line</i> , vazio urbano .....	72
Figura 8: Finalização construtiva da <i>High Line</i> .....	74
Figura 9: Projeto da praça, Calafate .....	97
Figura 10: Definições do projeto da praça, Calafate.....	98
Figura 11: Cartilha Por que a rua dá medo?.....	100
Figura 12: Projeto Parklet Lá da Favelinha, vista 1 .....	102
Figura 13: Projeto Parklet Lá da Favelinha, vista 2 .....	103
Figura 14: Manifesto ao amor .....	106
Figura 15: Cartaz Piquenique do Amor.....	107
Figura 16: <i>Fact Sheet</i> Movimento Nossa BH.....	112
Figura 17: Gentileza para download .....	114
Figura 18: Diagramação da cartilha Por que a rua dá medo? - vista 1 .....	117
Figura 19: Diagramação da cartilha Por que a rua dá medo? - vista 2 .....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões da arte pública como intervenção urbana .....	80
Tabela 2: Quadro análise do roteiro da entrevista .....	92
Tabela 3: Síntese da entrevista com o Coletivo Micrópolis .....	93
Tabela 4: Síntese da entrevista com o Coletivo Desestressa BH .....	104
Tabela 5: Síntese da entrevista com o Movimento Nossa BH.....	108
Tabela 6: Membros internos e remunerados do Movimento Nossa BH .....	110
Tabela 7: Quadro de atores na mobilidade urbana e suas formas de atuação na cidade .....	110
Tabela 8: Síntese da entrevista com o Coletivo Gentileza .....	113
Tabela 9: Interpretação visual da leitura .....	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1 O DESIGN COMO UM FENÔMENO SOCIOCULTURAL</b> .....	<b>20</b>
<b>2.2 FUNDAMENTOS DO DESIGN PARA A DEMOCRACIA</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3 AS NOVAS PERSPECTIVAS DO DESIGN COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>28</b>
2.3.1 ESPAÇO PÚBLICO: A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA .....	30
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b> .....	<b>37</b>
<b>3.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b> .....	<b>38</b>
3.1.1 SOCIABILIDADE E A EXCLUSÃO DO CONVÍVIO SOCIAL .....	41
<b>3.2 O ESPAÇO URBANO COMO AGENTE CULTURAL</b> .....	<b>43</b>
3.2.1 O PAPEL DOS JOVENS NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	46
<b>3.3 AÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PARA O CONVÍVIO</b> .....	<b>49</b>
3.3.1 A CIDADE AO NÍVEL DOS OLHOS .....	50
3.3.2 AS NOVAS TECNOLOGIAS E O ESPAÇO PÚBLICO .....	53
3.3.3 ERRÂNCIAS URBANAS .....	56
<b>4 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>61</b>
<b>4.1 A LEGISLAÇÃO URBANA</b> .....	<b>61</b>
4.1.1 ESTATUTO DA CIDADE .....	62
4.1.2 PLANO DIRETOR .....	65
4.1.3 CÓDIGO DE POSTURAS .....	66
<b>4.2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: <i>HIGH LINE</i></b> .....	<b>68</b>
<b>5 O DESIGN TRANSFORMANDO O ESPAÇO PÚBLICO: OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE</b> .....	<b>76</b>
<b>5.1 OS COLETIVOS URBANOS - FORMAÇÃO</b> .....	<b>77</b>
<b>5.2 PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO NA CIDADE</b> .....	<b>83</b>
5.2.1 EXERCÍCIO DE MAPA MENTAL .....	83
5.2.2 PERCEPÇÕES COLABORATIVAS ENTRE COLETIVOS URBANOS E O DESIGN .....	88
<b>5.3 OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE</b> .....	<b>89</b>
5.3.1 METODOLOGIA PARA AS ENTREVISTAS .....	89
5.3.2 COLETIVO MICRÓPOLIS .....	93
5.3.2.1 PROJETO CALAFATE .....	95
5.3.2.2 PROJETO POR QUE A RUA DÁ MEDO? .....	99
5.3.2.3 PROJETO PARKLET LÁ DA FAVELINHA .....	101
5.3.3 COLETIVO DESESTRESSA BH .....	103
5.3.4 MOVIMENTO NOSSA BH .....	107
5.3.5 COLETIVO GENTILEZA .....	113
<b>5.4 O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA NA ATUAÇÃO DOS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE</b> .....	<b>115</b>

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>137</b>

## CAPÍTULO 1

### 1. INTRODUÇÃO

*Placemaking* – abordagem do planejamento urbano contemporâneo centrado na construção de cidades voltadas para as pessoas. *Placemaking* foi meu primeiro contato e conceito nos estudos de vivência urbana. As inquietações investigativas surgiram após a formação em Design de Ambientes, na Escola de Design, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a participação em um *workshop* sobre o tema. Durante a graduação, percebi de alguns professores e pesquisadores um certo olhar e atenção do Design de Ambientes para questões sociais.

Algumas relações puderam ser feitas entre *Placemaking* e Design: as ferramentas de interação entre atores sociais e cidadãos, participação coletiva em busca de soluções para os problemas identificados nos espaços públicos urbanos. E o método: sentir, pensar, agir e cocriar. As estratégias e os propósitos mesclavam o fomento da informação, da usabilidade, da identidade e os aspectos emocionais entre usuário e espaço. Sendo, portanto, um ambiente instigador de pesquisa.

O design de ambientes e sua interdisciplinaridade me possibilitou visualizar a cidade como uma plataforma aberta à criatividade e à sensibilidade projetual.

O que hoje se denomina cidade líquida, termo derivado da modernidade líquida de Zygmunt Bauman, é devido à complexidade da vida urbana na qual a sociedade contemporânea se insere. Os espaços públicos urbanos se configuram como o cenário para o desempenho da vida pública. Refletem o trabalho e o lazer, a produção e o consumo, mas também são palco das inseguranças, medos e resistências.

Delineando, por meio de Lefebvre (1994, 2008), Santos (2001) e Corrêa (2011), o espaço urbano pode ser entendido pelo conceito de urbano e cidade. Os autores atribuem ao urbano, a representação mental de uma consciência coletiva de como se desenvolvem relações sociais, caracterizadas pela civilidade e por uma estrutura

econômica e espacial, que é a cidade, e à cidade, a materialidade dessa representação. O espaço urbano é a situação espacial, na qual se desenvolvem e coexistem padrões sociais e conflitos. Ele está no plano material e abstrato.

O espaço público também pode ser concebido como o local de diferentes práticas sociais (contemporâneas), no qual grupos distintos requerem tanto o reconhecimento cultural quanto o político, aproximando-se, em parte, das concepções de espaço público do senso comum: controle social do poder, acesso irrestrito, determinação democrática de fins coletivos, entre outros (TREVISAN, 2009, p. 1).

Esse conceito de espaço público está relacionado ao limite do que se classifica como propriedade da sociedade, de fins sociais, e acesso comum a todos e do que se classifica como propriedade privada.

Assim, consideramos para essa pesquisa, o termo espaço público urbano por meio da conceituação de Santos (2001) e Lefebvre (1994, 2008), que definem espaço, como a soma de sistemas de objetos (materialidade) e sistemas de ações (interferência humana), sendo eles interdependentes; público, como o uso democrático e coletivo, sendo gerenciado por meio de um órgão público, que represente a sociedade; e urbano, como o resultado das relações sociais inerentes à cidade.

O planejamento tradicional da cidade, atrelado aos paradigmas socioculturais e comportamentais vigentes na sociedade contemporânea, promove a desigualdade de acesso e uso desses espaços. Bauman (2009) discursa que para um espaço público prosperar, ele deve promover a diversidade de pessoas, de atividades, de culturas, de modo que a intensificação do convívio incite a interação entre as pessoas e a conexão com os lugares, dissolvendo os elementos que o enfraquecem. O empobrecimento das diversidades no espaço urbano impacta a vitalidade da cidade e a experiência do público.

A partir desses apontamentos podemos dizer que o estudo do planejamento urbano aproxima cada vez mais do discurso do direito à cidade. Baseia-se em exercer um poder coletivo para dialogar e moldar o processo urbano, em oposição à mercantilização das cidades. O estudioso do espaço urbano deve compreender que a participação cidadã, o papel das instituições e a paisagem urbana formam uma relação interdependente e o sistema que é a cidade. Analisar o contexto dessa

formação através dos sujeitos e suas conexões permite encontrar uma pluralidade de significações. A leitura do espaço urbano está na interpretação de seus códigos sociais a partir de técnicas e métodos diversos que se comunicam e resultam numa linguagem urbana (CANEVACCI, 2004).

Diante da complexa sociedade atual, torna-se um desafio estabelecer o equilíbrio desse sistema, através de uma dinâmica sociocultural e econômica que visa a conservação da diversidade e o exercício da sustentabilidade social na cidade. Mas, o cenário social em que vivemos favorece o pluralismo, ainda que existam resistências às divergências de ideias e opiniões, e o momento se abre para novos saberes, novas posturas diante da complexidade das relações sociais.

Assim, diferentes movimentos sociais e coletivos urbanos se intensificaram nos últimos anos, desde o surgimento no final do século XX, com a proposta de pensar a vivência da cidade num contexto mais próximo da realidade das pessoas. Conforme Machado (2007), a literatura clássica considera os termos “comportamento coletivo” e “ação social” como a referência de investigação. Manifestam-se a partir da condição de tensão com o exercício do poder público e do poder privado tendo “como objetivo, a partir de processos frequentemente não institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais” (MACHADO, 2007, p. 252). O autor também define a importância que atributos como interação, intenção, conexão, identidade e ação, expressam para a mudança social, enquanto papel fundamental na criação de um ambiente propício para os atores sociais.

Essa postura das ações sociais converge com a intensificação do papel do design em promover qualidade de vida e o bem-estar social, vinculado à convivência e a interação, diminuindo o foco em disponibilizar produtos e serviços que propaguem a individualidade no espaço urbano. Manzini e Vezzoli (2011) apontam que essa necessidade envolve pensar um design coerente com a sociedade contemporânea. Os autores defendem que a percepção de bem-estar relacionada à convivência e a interação possibilita o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e a compreensão de que a sociedade não é formada pela soma de indivíduos isolados, mas, através de suas conexões.

Por ser transversal e interdisciplinar, o design pode contribuir para a integração do indivíduo em seu meio social. Quanto ao estudo da sociedade, o design é uma área do conhecimento que apresenta ferramentas estratégicas para a busca de soluções colaborativas, direcionadas a novas possibilidades de significação (MARGOLIN; MARGOLIN, 2004).

A partir disso, questionou-se como o design fomenta a ação dos coletivos de Belo Horizonte, visando a transformação do espaço público urbano e o resgate da cidadania?

*“Ninguém sabia que o jeito que construímos as cidades tinha influência no modo de vida das pessoas”*, afirma Jan Gehl, arquiteto dinamarquês que estuda a cidade voltada para as pessoas, no documentário *A Escala Humana* (2013). O arquiteto é conhecido por fomentar projetos de urbanismo voltados para a escala humana, nos quais analisa as potencialidades para a convivência humana nas grandes cidades e os fatores que contribuem como agentes isolantes da população. Ele enfatiza a necessidade de fomentar profissionais dispostos a entender o planejamento urbano através das pessoas que utilizam a cidade. É uma abordagem empática de projeto.

Os designers podem utilizar-se de uma abordagem empática de projeto, em que suas habilidades são focadas na compreensão de necessidades sociais. Entendemos que o processo de empatia não é somente compreender as necessidades do usuário. As estratégias estão relacionadas aos meios interativos para que a identificação ocorra num nível afetivo e emocional. A empatia, então, torna-se um potencial do designer para dialogar com as pessoas envolvidas no projeto. Não é uma via de mão única. O designer, através de sua bagagem influencia e é influenciado na construção da comunicação, no exercício da linguagem, com ênfase em pesquisas antropológicas e etnográficas, que facilitem um processo mais aberto e mais democrático (HOLT, 2011; MERINO, 2014).

Destaca-se a importância da pesquisa de Design como forma de melhor compreender os potenciais usuários, tendo por objetivo “entender culturas, experiências, emoções, pensamentos e comportamentos de forma a reunir informações para inspirar o projeto” (VIANNA *et al.*, 2012, p. 15).

Assim, o objetivo da pesquisa foi investigar como os coletivos de Belo Horizonte, usando as ferramentas de Design, podem promover ações que visam a

transformação do espaço público e o resgate da cidadania. No que tange aos objetivos específicos da pesquisa, isso implicou primeiramente, em perceber como o design se fundamenta como agente de transformação social e entender a organização do espaço urbano e os princípios de exclusão do convívio social. Foi importante investigar as transformações na legislação que promovem a cidadania ou a exclusão dos espaços. Estabelecer os principais coletivos urbanos de Belo Horizonte que trabalham com questões voltadas à transformação do espaço urbano e analisar como eles se utilizam do design como ferramenta para a difusão e implementação de suas ações. E a partir disso, compreender e descrever como as ações de design interferem na percepção do espaço público.

Este trabalho é um estudo teórico e exploratório acerca do tema apresentado, tendo como objeto empírico os coletivos urbanos de Belo Horizonte. Para tanto, a metodologia utilizada está organizada em três etapas, aqui descritas separadamente, mas que ocorreram de forma simultânea ao longo das atividades. Na primeira etapa foi feita a revisão da literatura a partir de um levantamento bibliográfico e análise de fontes correlacionadas que contribuíram para o objeto de estudo. A segunda etapa consistiu na pesquisa de campo de caráter qualitativo. A partir da fundamentação teórica foram elaborados os critérios fundamentais para a seleção dos coletivos estudados, bem como as entrevistas. Também pesquisamos iniciativas e intervenções, já realizadas em e para locais públicos, que obtiveram resultados significativos em suas propostas. Na terceira etapa elaboramos o trabalho final, que consiste na interpretação e compatibilização dos resultados obtidos, para chegar às considerações finais discorrendo a respeito de como o design fomenta o direito à cidade e os atuais diálogos sobre o planejamento urbano em busca de uma humanização da cidade.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos complementares, além desta introdução.

A partir do segundo capítulo adentramos o estudo da complexidade que envolve as relações sociais nesta sociedade contemporânea. E relacionamos esse contexto ao design, entendido como fenômeno de linguagem, influenciador de comportamentos e meio de comunicação entre os diferentes atores da produção do espaço urbano. Abarcando a democracia percebe-se a necessidade de o designer questionar sua

atividade projetual, uma vez que novos discursos na transformação do espaço urbano se voltam para o processo da experiência.

No terceiro capítulo buscamos na Geografia e na Sociologia as bases conceituais da organização do espaço urbano, de maneira que pudéssemos analisar como ocorre a exclusão do convívio social e mapear ações voltadas para melhoria do uso da cidade. Como o objeto de estudo são os coletivos urbanos de Belo Horizonte, entendemos que essas ações possuem objetivos comuns e são potencialidades para a atuação dos coletivos.

No capítulo 4 analisamos a legislação urbana de Belo Horizonte para o convívio social. E apresentamos um descritivo sobre o parque suspenso *High Line*, de Nova York, como comparativo de apropriação e legislação urbana.

No capítulo 5 contextualizamos a cidade de Belo Horizonte nas transformações urbanas vigentes, e apresentamos uma análise dos coletivos urbanos selecionados, conectando-os ao papel do design no processo, bem como seus desafios.

Com a finalização deste trabalho espera-se incitar a reflexão dos atuais paradigmas socioculturais e comportamentais que colaboram para a segregação no convívio do espaço público urbano; dos atuais diálogos sobre o planejamento urbano e a humanização da cidade; quanto à afirmação do direito à cidade, impulsionando assim, a continuidade do estudo do tema na área do design.

Cabe aqui ressaltar que, mesmo com a relevância do papel do design para a problemática urbana atual, percebe-se pouco aprofundamento teórico e capacitação dos profissionais que abordam a temática design e democracia. É um campo novo de atuação do designer, sobretudo no Brasil, e, portanto, seu estudo necessita ser ampliado, considerando a tendência da pesquisa sobre o futuro e a transformação das cidades aumentar consideravelmente.

## CAPÍTULO 2

### **O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA**

#### 2.1 O DESIGN COMO UM FENÔMENO SOCIOCULTURAL

#### 2.2 FUNDAMENTOS DO DESIGN PARA A DEMOCRACIA

#### 2.3 AS NOVAS PERSPECTIVAS DO DESIGN COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

### **2. O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA**

“Não há cidadania sem informação, nem informação sem design”. Esse é o título de um artigo de Joaquim Redig, publicado em 2004 na InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação. O autor discursa sobre os atributos de projeto na área do Design da Informação e como esse é fundamental para a comunicação e a informação pública no cotidiano. Trata-se da funcionalidade para a interpretação de mensagens, uma vez que o receptor interpreta o conteúdo da mensagem pela forma como essas mensagens são transmitidas e o tempo dessa transmissão. Esses atributos influenciam o fortalecimento ou enfraquecimento da noção de cidadania, ou seja, no âmbito de responsabilidades e direitos que gozam os sujeitos (DEDIHC, [s.d.]).

Como expõe Redig (2004), um exemplo de Design de Informação com foco na cidadania e desenvolvimento social são as campanhas de interesse coletivo (saúde, educação, segurança). Mas, para este trabalho, nos interessa traçar um paralelo acerca da responsabilidade do designer na contemporaneidade, uma vez que ele se configura como mediador entre o indivíduo e a sociedade na divulgação e acesso ao conhecimento público.

Projetar, para o design contemporâneo, não significa apenas desenvolver produtos para o consumo, visa também criar ações mediadoras de relações sociais, cidadãos e sintonizadas com o bem coletivo. A responsabilidade do designer no cenário atual não abarca somente o desenvolvimento de produtos e serviços que promovam o consumo e alavanquem a economia.

Na contemporaneidade, os projetos de design devem, além de cumprir os requisitos de sustentabilidade, possibilitar a universalidade de seu uso, a inclusão social, a implementação e o desenvolvimento da inovação e, além de considerar os requisitos ergonômicos e de usabilidade, garantir a satisfação de desejos, a boa experiência de uso e construção de significação. O projeto de design passa a ser elaborado a partir do entendimento de como ele pode impactar a sociedade, o indivíduo e o meio ambiente (NIEMEYER, 2013, p. 75).

Trazendo o exposto para o contexto do urbano podemos aplicar essas competências do design na regeneração urbana. “Transformar os centros urbanos a favor dos seus atores sociais, explicitando os seus anseios e necessidades, propondo experiências que provoquem emoções e traduzem culturas e identidades” (SILVA, 2016, p. 3437-3438).

A marca registrada da pós-modernidade é o pluralismo, ou seja, a abertura para posturas novas e a tolerância para posições divergentes. Na época pós-moderna, já não existe mais a pretensão de encontrar uma única forma correta de fazer as coisas, uma única solução que resolva todos os problemas, uma única narrativa que amarre todas as pontas. Talvez pela primeira vez desde o início do processo industrialização, a sociedade ocidental esteja se dispondo a conviver com a complexidade em vez de combatê-la, o que não deixa de ser (quase que por ironia) um progresso (CARDOSO, 2008, p. 234-235).

O design, hoje, atua num cenário complexo e dinâmico, no qual a comunicação com o usuário depende de capacidades perceptivas, interpretativas e sensitivas fundamentada em uma visão sistêmica, cujo resultado expressa os significados, o sentido e o valor intangível do projeto de design.

Ressalta-se que nesse contexto da atividade do design é importante compreender como ocorre a vivência e a interação dos atores sociais com os espaços urbanos, de forma a interpretar a maneira como eles o utilizam, seja nos movimentos diários ou nos momentos de entretenimento (SILVA, 2016). Uma vez que as cidades podem ser transformadas pelos designers, elas fornecem aspectos sociais, econômicos e culturais que são fundamentais nos momentos de análise do espaço a ser projetado ou reestruturado pelo design. Para Lynch (2011), em uma cidade já composta por projetos urbanos, o design tem o papel de fazer uma reestruturação do espaço,

descobrir e preservar as histórias das imagens que compõem o visual urbano, propor soluções para as dificuldades e ressaltar as identidades em potencial.

“Uma disciplina como o design, pelo seu caráter holístico, transversal e dinâmico, posiciona-se como alternativa na aproximação de uma correta decodificação da realidade contemporânea” (MORAES, 2008, p.15). E são essas competências de design que podem transformá-lo numa ferramenta para impulsionar o exercício da cidadania.

## **2.1. O DESIGN COMO UM FENÔMENO SOCIOCULTURAL**

A sociedade pós-moderna se cerca de um individualismo no qual a cultura da subjetividade busca a satisfação dos desejos pessoais e ergue o narcisismo como novo parâmetro moral (LIPOVETSKY, 2004). Esse discurso tem como base a lógica do consumo, uma vez que não há resistências estruturais, culturais e ideológicas para a comercialização dos modos de vida (LIPOVETSKY; SERROY, 2011). Mas, ainda que o autor defenda o individualismo como característica da sociedade pós-moderna, nota-se uma intensificação das relações sociais. Caracterizada pelas transformações sociais, a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, a atualidade mostra que as relações entre os indivíduos não mais sofrem com as barreiras geográficas “[...] possibilitando um rearranjo sociocultural e econômico no sentido de se estruturar uma rede para simplificar as várias trocas, sejam elas de informações, de culturas e/ou de mercadorias” (CARVALHO, 2014, p. 10). Assim, o fenômeno da globalização modificou as interações sociais em escala global, através de seu impacto local sobre o modo de pensar e agir.

O que se vê hoje é a diminuição das certezas, a crescente fragilidade do bem-estar e da qualidade de vida do indivíduo e a falência da subordinação do indivíduo quanto às regras racionais perante a sociedade em detrimento de sua individualidade, que se insere no contexto denominado hipermodernidade. O homem está em constante processo de mutação e o que prevalece agora é a necessidade de urgência, de imediatismo. As relações sociais são flexíveis. Como resultado a esse contexto intensifica-se o apego pelas tradições do passado, pelo patrimônio

histórico, pelo cuidado com a saúde, a fim de afastar o mal-estar vigente e a busca pelo sucesso pessoal.

[...] a era hipermoderna transformou profundamente o relevo, o sentido, a superfície social e econômica da cultura. Esta não pode mais ser considerada como uma superestrutura de signos, como o aroma e a decoração do mundo real; ela se tornou mundo, uma cultura-mundo, a do tecnocapitalismo planetário, das indústrias culturais, do consumismo total, das mídias e das redes digitais. Através da excrescência dos produtos, das imagens e da informação, nasceu uma espécie de intercultural universal que, transcendendo as fronteiras e confundindo as antigas dicotomias (economia/imaginário, real/virtual, produção/reapresentação, marca/arte, cultura comercial/alta cultura), reconfigura o mundo em que vivemos e a civilização por vir (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 7).

A respeito do papel do design nesta pós-modernidade, há de ressaltar a necessidade de um diagnóstico sobre o atual momento vivido pela sociedade. O design contemporâneo demonstra que as questões da diversidade, multiplicidade, confronto e visões de mundo diferenciadas, interações entre imaginários e culturas, novas construções materiais e simbólicas, multidimensionalidades, fragmentações, metamorfoses, hibridismo e consciência ambiental permeiam os discursos desenvolvidos e construídos no cotidiano. Dessa forma, é natural que o design perca a rigidez de sua atuação, dissolva as práticas e os métodos projetuais antigos como “a diluição dos segmentos [...] no sentido de um pensar o design como um todo, um campo maior e mais abrangente, incorporando atitudes e desafios políticos e sociais em busca de um pensamento projetual mais amplo e consistente” (MOURA, 2011, p. 8).

[...] é possível observar que o design não se apresenta apenas na produção seriada de artefatos industriais, uma vez que precisa ser compreendido também como um processo multidisciplinar de projetar produtos e serviços. Entende-se o design como uma atividade que vem se adequando aos vários cenários que surgem em diferentes épocas. Logo, torna-se necessário perceber o design como uma prática capaz de corresponder à diversidade, às possibilidades de construção de valores, ao multiculturalismo e à própria dinamicidade presentes na sociedade (CARVALHO, 2014, p. 5).

A prática do design, então, sempre esteve relacionada a um contexto histórico, influenciada pelas particularidades de uma época e os limites da profissão estiveram sempre apoiados pela tecnologia disponível. Esta prática também impactou a sociedade. Assim como o contexto histórico influencia o design, este, reflete a sociedade envolvida pela atividade de design. “Modificando, provocando,

estimulando, desafiando e adequando as produções humanas e suas implicações coletivas e particulares” (CARVALHO, 2014, p. 12).

Como o designer busca satisfazer as necessidades de seu público, uma vertente que se pode explorar é a significação através da memória, principalmente neste contexto de mal-estar, quando é fundamental que o designer através de seu produto ou serviço desperte sentimentos positivos nas pessoas. Damazio (2013) identificou elementos em comum que facilitam ou promovem as boas lembranças, através de ações encorajadoras. A conexão das pessoas com o meio físico tende a contribuir fortemente para o engajamento do design no projeto de produtos e serviços que despertem emoções.

Assim, a autora delimitou seis atributos que tornam produtos e serviços memoráveis:

1. distinguem como indivíduo;
2. surpreendem e fazem rir;
3. trazem conforto e serenidade;
4. estimulam a fazer o bem;
5. criam e fortalecem laços afetivos;
6. nos fazem sentir queridos e importantes.

E por que estes atributos são importantes, quando falamos num design pensado como um fenômeno sociocultural? O produto ou serviço de design capaz de promover emoções e evocar sentimentos é também capaz de alcançar o indivíduo através de sua subjetividade, influenciar os comportamentos, é como se ele entrasse dentro do mundo do indivíduo. Isso gera confiança, proximidade e bem-estar.

No que tange ao exercício da cidadania, para o designer ser eficiente ele precisa alcançar um relacionamento pautado pela confiança e proximidade.

A cidade é o palco do exercício da cidadania, portanto seu planejamento, atualmente, tende a buscar soluções reais, por meio das quais os indivíduos se identifiquem, ignorando os ideais clássicos do urbanismo. E quando o indivíduo se identifica, a abertura para uma participação cidadã e o empoderamento social tornam-se mais concretos. O empoderamento é justamente a ação contrária à rotina, é o questionamento. E quando o designer busca projetar ações que os indivíduos confiam, se identificam e criam vínculos emocionais, tem-se então um protagonismo

do exercício da cidadania. Sugerir novas usabilidades, novas formas de consumo, visando sempre a sustentabilidade da sociedade.

Para isso, é necessário ao designer alcançar a empatia com o seu público. De acordo com Bonsiepe (2011), neste novo cenário, é fundamental que o significado e a identidade de um produto ou serviço esteja em evidência no projeto de design. Para tanto, este atributo é criado a partir da interação com os usuários. Essa criação se baseia na inclusão da percepção cultural, ou seja, as vivências e experiências do usuário para o desenvolvimento de um produto ou serviço adequado a ele, fazendo com que os sentimentos sejam evocados ao se atribuir significado para o que foi projetado. Por meio desta bagagem cultural, obtida pela vivência do ser humano no meio em que está inserido, o usuário constrói os seus padrões cognitivos e as suas crenças.

## **2.2. FUNDAMENTOS DO DESIGN PARA A DEMOCRACIA**

A democracia remete ao sistema de organização social, no qual o controle político pertence ao povo. De acordo com Lima e Sakata (2018), o termo democracia tem origem na Grécia Antiga, em que o povo se organizava pela consciência de cidadão e exercia a soberania de governo. Assim, quem estava apto a participar das decisões seria considerado um cidadão.

Os mesmos autores abordam que, na modernidade o conceito de democracia abrange mais uma emancipação formal do que uma emancipação humana, considerando-se que vivemos em uma sociedade capitalista e o conceito antigo não se adequa a esta forma social. A emancipação humana está acima da noção de cidadania, em que o sujeito é um sujeito sem alienações (TONET, 2017). O que se busca é a “defesa de maior participação popular e no fomento de trazer consciência à população das massas quanto à importância desta participação para conseguir transformar, na medida do possível, a sociedade atual (LIMA, SAKATA, 2018, p. 3)”.

Dessa forma, no capitalismo e na concepção moderna, democracia vai além de um sistema de governabilidade, que interage com as influências do *welfare state - modelo estatal de assistencialismo ao cidadão* -, de regimes totalitários e a globalização (NOBRE, 2004).

Essas séries de acontecimentos históricos, além de trazerem uma mudança de visão sobre o caráter da participação das massas, indicam pontos positivos e negativos dentro do seio social. Os pontos negativos concentram-se em uma dependência da população à burocracia estatal, observada pela apatia política e participativa [...]. O ponto positivo foi a concretização, em alguns países, de direitos sociais que, para uma grande parcela da população de baixa renda, foi bastante significativo (LIMA, SAKATA, 2018, p.4).

Desses efeitos, emerge um sentido coletivo de uma gestão mais participativa e efetiva na sociedade.

Com base nisso, o interesse pelo tema design e democracia, em sua maioria pela comunidade acadêmica, intensificou o discurso sobre a prática projetual do design. Mas, parece que o diálogo entre o design e a democracia ainda não atingiu um potencial satisfatório. A diversidade de ideias sobre em que se baseia a democracia causa impacto nos estudos de design ao sugerir diferentes julgamentos, abordagens e caminhos para os pesquisadores do tema. O que significa dizer que, nem sempre, há uma convergência de opiniões a respeito do papel do design para a democracia, e a influência dessa na atuação do designer.

O problema é que os exemplos de estudo e práticas de design que se enquadram no contexto do "design para a democracia" se reúnem naquele extremo do espectro governado pelo princípio do consenso e as preocupações associadas ao acesso de informações e procedimentos. Assim, temos uma noção limitada do que conta como "design para a democracia". Este é um problema porque, se o design é para servir verdadeiramente aos fins democráticos, e se os estudiosos do design estudam as relações entre design e democracia, então, uma compreensão da gama de pensamento e ação democrática é necessária para melhor desenhar artefatos e sistemas que possibilitem ou promulguem condições democráticas e estudem mais rigorosamente esses produtos e seus contextos de uso<sup>1</sup> (DISALVO, 2010, [s.p.], tradução nossa).

Para Bonsiepe (2011), o designer, na atualidade, deve questionar sua atividade projetual. Na relação design e democracia, o autor expõe as falhas e o desgaste do design, assim como o desgaste do conceito de democracia. Na cultura ocidental e no contexto neoliberal, ela dita as relações sociais e condiciona o pensamento do homem. O desgaste do conceito de democracia é justamente limitar as

---

<sup>1</sup> *The trouble is that the exemplars of design practice and scholarship that fall within the context of 'design for democracy' overwhelmingly gather at that end of the spectrum governed by the principle of consensus and the associated concerns of access to information and procedures. Thus, we have a limited notion of what counts as 'design for democracy.' This is a problem because if design is to truly serve democratic ends, and if design scholars are to study the relations between design and democracy, then an understanding of the range of democratic thought and action is necessary in order to better design artefacts and systems that enable or enact democratic conditions, and more rigorously study those products and their contexts of use.*

potencialidades dos indivíduos enquanto participação cidadã. Com o intuito de pensar possibilidades para resolver esta questão, o designer, perante um posicionamento humanista, deve auxiliar e promover a consciência crítica para que a democracia não se limita a subordinação da sociedade através de um centro de poder.

As ideias de Papanek (1977) já visavam um design voltado para a realidade, no qual o projeto buscava a inovação, a criatividade e a interdisciplinaridade, de acordo com as necessidades do homem. Bonsiepe (2011, p. 21) propõe como rumo do design a atividade projetual por um viés humanista, em que sejam utilizadas as capacidades projetuais do designer para “interpretar as necessidades de grupos sociais e elaborar propostas viáveis, emancipatórias, em forma de artefatos instrumentais e artefatos semióticos”. Esse humanismo projetual implica a redução da dominação e, no caso do design, na atenção a uma população que carece de cuidados e atenção por parte do governo.

No humanismo configura-se como exercício de nossas competências a compreensão, interpretação e empatia para lidar com as linguagens que comunicam mensagens e portam significados. Traduzindo para a ação projetual, é o exercício das capacidades projetuais para interpretar as necessidades dos indivíduos e grupos sociais, e elaborar propostas que solucionam suas demandas, pautadas pela viabilidade e o cunho social que lhes são intrínsecos. O designer deve possuir uma consciência crítica perante o desequilíbrio entre os eixos centro e periferia, pois, assim, podem-se explorar espaços alternativos capazes de uma modificação nas relações sociais. Espaços que não impeçam a participação cidadã e que não tratem os indivíduos de acordo com sua condição social.

Ao considerarmos que o design tem sido utilizado para conservar e expandir os atuais padrões de vida, produção e consumo, e de certa forma, manipulando o consumidor e o mercado a partir de uma significação equivocada que remete este campo apenas à produção da aparência, da forma exterior das coisas e dos objetos, produzindo valores simbólicos, estéticos e sociais apoiados pela mídia em geral, pela publicidade em particular e pelo marketing, sendo esses aspectos amplificados e inter-relacionados à sociedade de consumo, pode-se considerar que os princípios basilares do campo do design foram perdidos ao longo do tempo ou estão sendo empregados de forma equivocada (CABEZA; MOURA, 2014, p. 8).

Assim, o designer consciente de sua responsabilidade, questiona esta prática projetual enraizada por valores construídos na modernidade. Walter<sup>2</sup> (2010, *apud* CELASCHI; MORAES, 2013) descreve essa linha de pensamento através do conceito de “desobediência epistêmica”, cuja atividade profissional se configura por transgredir os métodos vigentes.

Por exemplo, antes de ampliar o foco projetual, o design inicialmente centrava a solução dos problemas a partir da concepção de produtos físicos, com briefing esquematizado e o método cartesiano de projeto. Atualmente, ele vem evoluindo para uma perspectiva sistêmica de projeto. É fundamental que o designer, na contemporaneidade, busque desenvolver soluções para questões de alta complexidade. O desafio, então, é ter uma visão abrangente do projeto, envolvendo produtos, serviços e comunicação, de forma conjunta e sustentável. Para tanto, a capacidade interpretativa e a habilidade visionária, como atributos do design, são indispensáveis para o desenvolvimento de uma pluralidade de soluções e de cenários de futuro.

Neste sentido, podemos destacar vários aspectos caracterizados pela transversalidade na mediação entre o sistema produtor e o sistema consumidor: no diálogo, na interação e na busca por soluções que integrem as demandas de atores da sociedade, do mercado e do Estado; na percepção das demandas do indivíduo e do grupo social; na reificação de ideias em artefatos que se referem à cultura material local e global; e na compreensão dos impactos socioambientais e culturais das escolhas de um projeto (KRUCKEN, 2016, p. 31).

Um design pensado para favorecer os recursos e as potencialidades locais tem melhores chances de atender as necessidades dos usuários ao considerar os contextos específicos destes. As potencialidades locais remetem às identidades construídas a partir das relações sociais, das características dadas a esses espaços por seus frequentadores. Além disso, o design também pode promover a integração das comunidades e das diversidades, incorporando os benefícios dos avanços tecnológicos e ativando diálogos e redes locais e globais. Mesclar a identidade intrínseca do espaço – a singularidade – com os elementos comuns de uma cidade – a universalidade – é ainda um desafio para o campo do design, atuante na sociedade contemporânea e para as profissões que trabalham com o planejamento do espaço urbano.

---

<sup>2</sup> WALTER, M. Desobediência epistêmica – Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

Estas considerações reforçam a necessidade de desenvolver competências que vão além de um âmbito profissional específico, relacionadas à interatividade, à habilidade de escuta e de ação em diferentes contextos, à gestão da informação, ao desenvolvimento coletivo, à análise sistêmica, dentre outras (KRUCKEN, 2016, p. 36).

Em 5 de março de 2017, Ezio Manzini e Victor Margolin redigiram a Carta Aberta para a Comunidade de Design: Levante pela Democracia. Esta carta propõe difundir a forte convergência entre a democracia e o design em quatro aspectos:

1. design da democracia – melhorar os processos democráticos e as instituições sobre as quais se constrói a democracia;
2. design para democracia – permitir que mais pessoas participem no processo democrático, especialmente através da utilização da tecnologia;
3. design na democracia – construir o acesso, a abertura e a transparência nas instituições de forma a garantir igualdade e justiça;
4. design como democracia – a prática do design participativo para que diversos atores possam moldar nossos mundos presentes e futuros de maneira justa e inclusiva.

A participação cidadã pode ser intensificada pela ação do designer, que em contato com as diferentes manifestações, comportamentos e discursos sociais reintegra o indivíduo como agente ativo no processo de pensar o espaço onde habita. Designers, em conjunto com outras áreas, podem facilitar o acesso do indivíduo à informação e comunicação, elementos estes, determinantes para o exercício da cidadania. O campo de atuação também permeia os níveis institucionais, à medida que possíveis colaborações na estrutura organizacional das instituições possam ser implementadas para contribuir com acesso digno ao conhecimento.

A participação cidadã impulsionada pela prática do design, e em conjunto trabalho a uma equipe multidisciplinar, fortalece a inclusão social. Por meio de práticas inovadoras, tecnológicas ou não, o cidadão pode construir seu cenário de atuação. Englobar o estudo de diferentes culturas, habilidades distintas e conhecimentos integrados por meio de uma visão sistêmica focada na solução de problemas complexos que englobem o contexto local são uma vertente do design. O exercício da democracia em uma sociedade, não deve, portanto, se basear em um contexto global, uma vez que cada cultura possui suas particularidades.

### **2.3. AS NOVAS PERSPECTIVAS DO DESIGN COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

“O ponto de partida para a abordagem do designer como agente de transformação social é o entendimento da complexidade que configura a nossa sociedade e dos aspectos que contribuíram para essa formação” (MELO, 2016, p. 20).

A contemporaneidade trouxe à tona as questões da diversidade, da multiplicidade, o confronto e visões de mundo diferenciadas, as interações entre imaginários e culturas, novas construções materiais e simbólicas, multidimensionalidades, fragmentações, metamorfoses, hibridismo e a consciência ambiental. Todos estes elementos permeiam os atuais diálogos no cotidiano. A sua abrangência incorpora atitudes e desafios políticos, sociais, culturais a fim de se encontrar a maneira de projetar com mais consistência, de olho no mundo real.

Na contemporaneidade o design tem configuração diversa, com inúmeras possibilidades de relações e associações. É uma grande rede, um tecido repleto de significações e semioses resultantes do entrelaçamento e articulação de signos que geram linguagens diferenciadas. Essa grande rede flexível atua na esfera da informação, comunicação e expressão, produzindo diferentes níveis de conhecimento, tendo como o foco central o homem e as dinâmicas e produções culturais que o envolvem. É um universo plural e aberto, um campo amplo e fértil que retrata e impulsiona os hábitos, estilos de vida, o viver e estar no mundo, escrevendo a história do cotidiano (MOURA, 2011, p.8).

Braida e Nojima (2014) descrevem o design como um fenômeno de linguagem e estabelecem quatro hipóteses que descrevem teoricamente o design enquanto manifestação cultural e de comunicação:

1. design é pensamento;
2. design é uma forma simbólica;
3. design é ideologia;
4. design é visão de mundo.

O produto do design, portanto, carrega linguagens e significações, interpretadas como códigos mediadores para as relações dos indivíduos com o mundo real, incentivando novos comportamentos e estilos de vida para os cidadãos. Como afirma Cardoso (2012, p. 117), “por meio da visualidade, o design é capaz de sugerir atitudes, estimular comportamentos e equacionar problemas complexos”.

No entanto, é necessário que o designer atue de forma colaborativa com agentes locais e cidadãos e em rede (CARDOSO, 2012). Ele deve desenvolver competências com foco na interação, empatia, gestão da informação, desenvolvimento coletivo e análise sistêmica (KRUCKEN, 2016).

O modo de atuação no design contemporâneo se faz principalmente por meio da noção e do sistema de coletivos. Ou seja, grupos de criação e desenvolvimento de projetos e produtos onde são relacionados diferentes saberes, provenientes de diferentes áreas de formação e atuação de seus integrantes. Essas novas formas de organização de grupos sem hierarquias reafirmam o esfacelamento do conceito de autoria e confirmam a ação interdisciplinar e as possibilidades transdisciplinares presentes na ação projetual e política (MOURA, 2011, p. 7).

O contexto atual se apresenta como um cenário dinâmico. Percebe-se que muitas realidades distintas passam a coexistir de forma conjunta, no qual cada indivíduo, em posse de suas vivências pessoais e sentimentos, “tende a conectar-se com a multiplicidade dos valores e dos significados da cultura a qual pertence, isto é, de seu meio social” (CELASCHI; MORAES, 2013, p. 40). Assim, o indivíduo, enquanto cidadão, expressa para o seu meio social aquilo que ele constrói e atribui significado, aquilo que ele molda como parte de sua identidade.

O design projeta pensando no futuro e de forma a promover o bem-estar de seu público. Mas este bem-estar para se sustentar no futuro deve promover a interdependência, ou seja, a satisfação do projeto deve ser de todos, de modo a torná-lo sustentável (CELASCHI; MORAES, 2013). Para isso associa comportamentos, valores e experiência como base para o projeto voltado para a atribuição de relações sociais e identidades, materializadas através de significações.

É importante a democratização de saberes e fazeres para uma apropriação do cidadão no espaço urbano. Se para Braida e Nojima (2014), o design é um fenômeno de linguagem, este se configura como prática sociocultural e comunicativa, no qual o resultado produz mensagens e significados. Dessa forma, é possível ressignificar o espaço urbano.

As intervenções urbanas são um fenômeno que vêm ocorrendo nos espaços públicos das grandes cidades. Resultam de ações criativas geradas pela participação coletiva e cooperativa de cidadãos interessados na transformação desses espaços em locais de convivência e de encontro.

As intervenções efêmeras e lúdicas são praticadas no espaço público como manifestações de cidadania, através de substratos comunicacionais de ressignificação presentes nesses objetos elaborados a partir de conceitos e processos de design (FERREIRA, 2017, p. 16).

O designer, ao incluir no projeto de intervenção urbana valores culturais do lugar onde essa será realizada, corrobora para que os indivíduos que circulam na cidade, possam se identificar com esse objeto e possam se apropriar dele. Por meio da linguagem elaborada através de uma metodologia de projeto, o designer pode evidenciar mensagens que repassem os valores locais e explorar potencialidades percebidas nesse espaço público.

### **2.3.1. ESPAÇO PÚBLICO: A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA**

O contexto urbano atual, diante da sociedade em que vivemos, é dinâmico. Privilegia o consumo, a industrialização, o individualismo e a indiferença, enquanto a valorização dos espaços e das relações interpessoais é, muitas vezes, deixada de lado. Viver a cidade, criar vínculos e experiências, promover a comunicação, são formas de aproximar o transeunte do espaço urbano e melhorar o relacionamento entre a cidade e o público.

Através destas experiências também poderão ser criadas novas relações entre os habitantes, privilegiando o intercâmbio cultural e social, e contribuindo para novas construções de sentidos para a cidade. É o habitante que define a identidade do espaço urbano logo, o modo como o habita, o entende e o usufruto que faz deste, poderá redefinir os espaços (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 7).

As mesmas autoras abordam que valores como bem-estar, desaceleração do ritmo, revalorização do tempo, proximidade, conforto, equilíbrio e intercâmbio cultural são atributos fundamentais para a criação de novas relações e novas abordagens no espaço urbano. O espaço urbano é o cenário da vida urbana das pessoas que por ele transitam, assim, o bem-estar interliga-se com a experiência por meio da interação.

O conceito de espaço público está relacionado às funções que os espaços devem desempenhar de acordo com as interpretações pessoais ou partilhadas que são feitas. Percebemos essas interpretações por meio da configuração visual urbana.

Com isso, a definição de espaço público não é atemporal, ela percorre o contexto social que se vive, delineando as possibilidades de configurações espaciais.

O desenvolvimento desses espaços físicos nem sempre corresponde às expectativas do público, porque esses espaços são planejados para atender as questões de mobilidade e estacionamento, geralmente baseadas num modelo externo. Ignoram os problemas relacionados com a autenticidade dos lugares. A partir disso, é possível perceber a atitude de projetistas, que escolhem apenas adaptar os edifícios aos lugares, no sentido de criar uma beleza visual. Isso ocorre porque as preocupações econômicas e mercadológicas determinam os espaços urbanos, enquanto as demandas se tornam cada vez mais complexas.

Na tentativa de perceber, por meio da experimentação, que atributos os diversos espaços físicos oferecem em sua configuração visual, definimos, com isso, a sua identidade, seu objetivo. “Alguns teóricos, como exemplo, John Tackara, defendem a construção de locais atrativos, pois esses são muito importantes para o despontar de sentimentos de bem-estar e conforto do indivíduo” (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 11).

De acordo com as mesmas autoras, é importante ressaltar que, a excessiva atribuição de importância à imagem, à representação e à aparência dos espaços urbanos, ignorando a realidade e a identidade inerente deles, faz com que o comportamento dos indivíduos se altere. É uma abertura para que a sociedade contemporânea demonstre uma cultura como mercadoria, de forma a mostrar-se como um espetáculo a ser seguido.

Vemos que o uso coletivo se enquadra na função de um espaço público. Quando temos a perda desse uso coletivo rompemos com o sentido de um espaço público. Se as pessoas tendem a se isolarem é necessário que haja a quebra do ritmo de hábitos e rotinas individualistas, para que a vivência em torno da rua seja efetiva. Ou seja, tornar as ruas e seu entorno utilizáveis. A perda do sentido de identidade urbana enfraquece as relações pessoais, os diálogos e a troca de conhecimentos e experiências.

A maneira como os indivíduos se comportam no espaço urbano é demonstrada com base na configuração do ambiente físico e cultural, e pelas atividades

desempenhadas, em função da identificação com o lugar. A configuração física e cultural configura o comportamento.

Por outro lado, nos espaços privados, as pessoas agem no sentido do reencontro consigo mesmas, da quebra de velocidade do dia-a-dia, da pausa, da satisfação e bem-estar pessoal. Em todos estes casos, as pessoas são colocadas em estados de isolamento parcial ou total (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 14).

Tridib Banerjee<sup>3</sup> (2007, *apud* Oliveira; Castela e Carvalho, 2007) aponta um novo conceito de espaço: os terceiros lugares. Os terceiros lugares são espaços de convívio semelhantes aos locais de habitação.

Eles proporcionam conforto e cooperação entre os indivíduos ao eliminar os rótulos sociais, a partir da necessidade do homem de conviver e apenas podem ser entendidos quando comparados com outros locais urbanos. No entanto, os terceiros lugares são evidentemente diferentes das casas dos indivíduos, pois estão inseridos no meio público. Os terceiros lugares podem resolver as questões de isolamento e estresse dos indivíduos, pois promovem a satisfação social através de atividades com objetivos próprios (exemplo: os pubs, as danças de rua, as festas públicas, etc.), tendo em vista o bem-estar dos indivíduos. Ajudam ainda a entender e a apreciar a personalidade e individualidade de cada um, de forma que influencie nas relações interpessoais. Eles proporcionam o melhor conhecimento das pessoas pelo que elas são, eliminando os estatutos sociais, o seu cargo profissional, a sua influência na sociedade e no mercado (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 15).

Os espaços públicos urbanos se configuram como o cenário para o desempenho da vida pública. Refletem o trabalho e o lazer, a produção e o consumo, mas também são palcos das inseguranças e medos. A intensificação do convívio em espaços públicos incita a interação entre as pessoas e a conexão com os lugares. Um exemplo de experiência é trabalhar a paisagem da rua com atividades múltiplas e diversas “que mudam ao longo do tempo e da estação, fornece uma experiência humana maravilhosa, essencialmente com os “olhos voltados à cidade”, garantindo segurança e proteção para todos os usuários” (KARSSENBERG, Hans. et al, 2015, p. 122).

---

<sup>3</sup> Tridib Banerjee. The Future of Public Space: beyond invented streets and reinvented places, Urban Design Reader, ed. Architectural Press, Oxford, 2007.

Assim, pode afirmar-se que estes locais se apresentam como espaços atrativos porque demonstram a intenção de contribuir para a realização de experiências conjuntas, restabelecendo a igualdade entre as pessoas e equilibrando as suas relações na sociedade. Os terceiros lugares consistem num importante agente de união de grupos sociais e propiciam o despertar de sentimentos normalmente relacionados com o conforto da casa de cada pessoa. No entanto são locais que trazem mais benefícios para os indivíduos, pois permitem desenvolver interações sociais, promovendo os comportamentos cívicos e de solidariedade, e ativam processos de apropriação de espaço que permitem aos cidadãos desenvolver o sentido de pertença ao lugar e à coletividade social (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 15).

O espaço público é o cenário para a atuação da cidadania. Relaciona-se com os valores de convívio e oferece a diversidade cultural para a revalorização do papel dos indivíduos para a sociedade e definição dos locais. Designers e profissionais que trabalham com o espaço urbano devem criar uma visão de cidade voltada para a interação com o meio social existente.

Os lugares ganham significado e identidade através da experiência vivida. Enquanto indivíduos ou enquanto grupos, as pessoas alteram os espaços em lugares, através da atribuição de significado a esses espaços. Assim, a experiência é a grande mediadora da relação entre os lugares, as pessoas e os atos, e é esta união que torna possível a atribuição de sentido aos lugares. Deste modo, poderá colocar-se um fim à ideia de que os espaços públicos são “arenas para multidões passivas” (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 18).

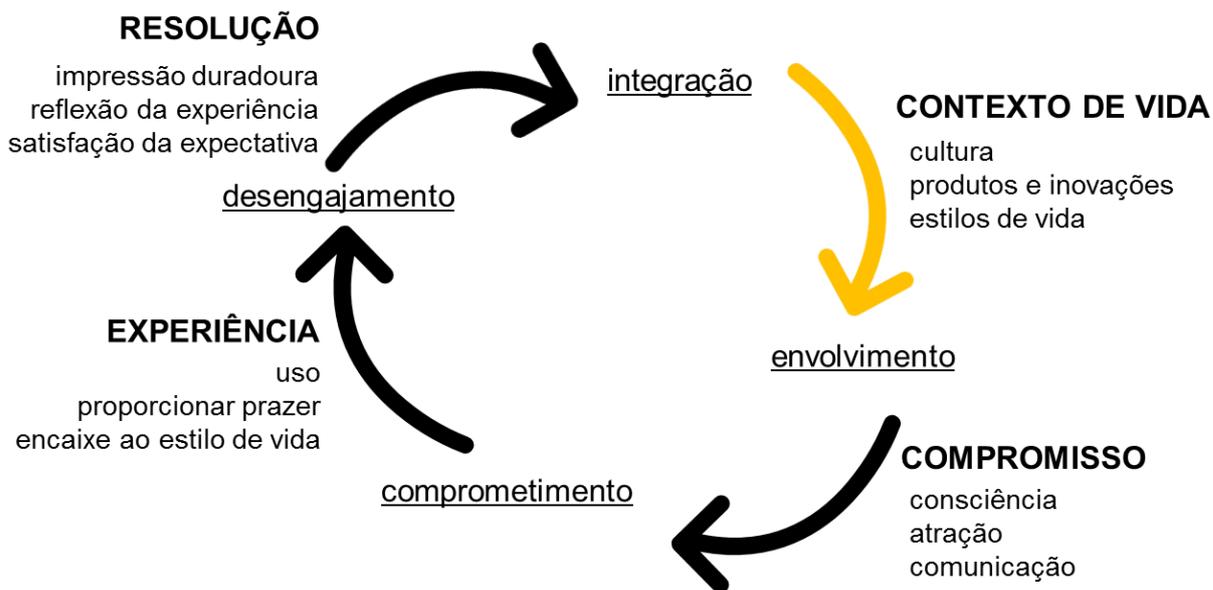
O conceito de apego ao lugar é amplamente abordado pela psicologia ambiental no estudo da interação do usuário com o meio que ocupa. De acordo com Elali e Medeiros (2011), o uso que se faz do espaço físico interfere nos comportamentos que ali ocorrem. Em consequência, tal uso pode influenciar as respostas emocionais. As referências culturais e individuais que os indivíduos acumulam cotidianamente são frequentemente associadas com o meio de convivência, diante das diferentes situações em que se encontram. As características do ambiente propiciam o envolvimento social cotidiano. Essa relação ao conectar cognitiva e afetivamente pessoas e ambientes, auxilia na definição da identidade pessoal e comunitária. As autoras ainda ressaltam que o apego ao lugar se desenvolve gradualmente, de acordo com a familiaridade e significado de identificação com o local. Assim, as relações de apego estão suscetíveis de acontecer à medida que os lugares, com os quais as pessoas têm contato, passam a serem lugares memoráveis.

A experiência produz sensações, conhecimento e emoções no momento de interação entre público e espaço urbano. Questões sociais, culturais, tecnológicas e políticas medeiam a cidade, e são exploradas com o intuito de produzir as mais diversas experiências. Criar experiências é sem dúvida um desafio, mas, ainda assim, é uma área de grande interesse no campo do design. A possibilidade de explorar as reações do público através da evidenciação de conceitos é algo ambicioso. O Design assume-se assim como um criador de sensações e emoções que resultam da experiência (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 21).

O papel do design no mercado e como agente sociocultural não se limita apenas pela produção de objetos. Além de um processo, ele é uma ferramenta para o desenvolvimento de ideias, desde sua concepção, até a implementação. No que tange ao espaço público urbano, ele está inserido na comunicação, na interação do público com o espaço físico. Tendo a experimentação como foco, o público é o alvo dos processos de design, o que significa que é fundamental fornecer condições para que o público integre o contexto social e cultural do espaço habitado. Para tal ação, o designer pode recorrer a métodos efetivos de compatibilização entre o público e o espaço físico.

Os designers enquanto intermediários culturais, direcionam o público para conceitos e ideias sobre o espaço urbano, despertando o interesse por este e produzindo conhecimento e prazer nesta relação baseada na experiência. Assim, a pesquisa assume um papel muito importante pois permitirá compreender o contexto para o qual são criadas as experiências, produzindo-as em consonância com o ambiente, com as pessoas e com as suas necessidades. Cabe ao designer procurar soluções e conceitos que permitam estabelecer mediações na relação público/espaço urbano, mas tal só será atingido se as pesquisas forem conduzidas de forma a produzir conhecimento sobre a cidade e o utilizador. O designer assume o papel de mediador na dialética espaço público/utilizador, procurando estabelecer pontos de referência que permeiem uma relação entre os dois polos. (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 23).

De acordo com Oliveira; Castela e Carvalho (2007), o especialista de marketing Darrel Rhea desenvolveu um modelo que objetiva a compreensão do processo de comunicação através da experiência, a partir do momento em que o público estabelece o contato com o espaço urbano, até às relações e resultados que surgem da experiência (Esquema 1). Ele define os seguintes quatro grandes eixos neste ciclo: contexto de vida, compromisso, experiência e resolução.

Esquema 1 - *The Design Experience Model*

Fonte: OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007<sup>4</sup>, adaptado pela autora, 2019

O processo de experiência inicia no Contexto de Vida, isto é, no contexto cultural e social da experiência definido pelo público e pelas características do local de experiência, que visa estabelecer um envolvimento do público com o lugar/objeto. Por sua vez, este envolvimento conduz a um Compromisso em que são comunicados os atributos do produto com o intuito de atrair e cativar o interesse do público. A Experiência resulta deste compromisso, focando-se na ligação real entre espaço e produto da qual poderá advir o prazer. A Resolução é a consequência da experiência que se espera que seja positiva, resultando numa satisfação e integração da experiência (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 24).

Uma comunicação satisfatória parte do princípio que a experiência atingiu seu objetivo: transmitir a mensagem para o público. Isto é fundamental para criar ligações e pontos de interesse que levarão o público a vivenciar a cidade. Portanto, o processo de comunicação através da experiência poderá permitir que a pessoa conheça e estabeleça relações com o espaço, bem como crie relações interpessoais. A experiência também poderá servir como meio de revitalização do espaço urbano, proporcionando novas formas de envolver o público na formação da esfera urbana.

<sup>4</sup> Adaptado de RHEA, Darrel. A new perspective on design: focusing on customer experience. **Design Management Journal**, vol.9, n.4, p.12, 1992.

As sensações, sentimentos, desejos, inspirações e relações sociais, que advêm desta interação poderão satisfazer as necessidades das pessoas e conseqüentemente influenciar o público a criar ritmos, valores e códigos que possibilitem o usufruto da cidade. Em suma, o espaço público é um elemento fundamental para permitir a “noção de consciência” do indivíduo e dos grupos sociais. Este é o palco onde se desenvolverá a interação baseada na experiência, produzindo-se processos de apropriação do espaço que permitirão a inserção do público, devolvendo o sentido de pertença ao lugar e à coletividade social (OLIVEIRA; CASTELA; CARVALHO, 2007, p. 25).

Ao lugar, enquanto sentido de pertencimento deve-se “considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico)” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 49). O que faz do lugar um cenário híbrido, em constante transformação, mas que também preserva os costumes locais, um cenário de transições. A identidade do lugar não depende somente do sentimento de pertencimento e familiaridade, abarca também a visualidade, diretamente relacionada com a aparência do lugar. Em função disso, o lugar é uma construção social, resultante da experiência e da percepção.

## CAPÍTULO 3

### A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO

#### 3.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

#### 3.2 O ESPAÇO URBANO COMO AGENTE CULTURAL

#### 3.3 AÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PARA O CONVÍVIO

### 3. A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Um ponto de partida possível para compreender as cidades contemporâneas é identificar os tipos de problemas que elas apresentam e/ou representam, no que diz respeito ao planejamento urbano, a fim de esquematizar os métodos de análise adequados. Com base em Jacobs (2011), ao perceber as cidades, por que algumas funcionam e outras não? Muitos projetos de requalificação urbana são bem-sucedidos, como o *High Line* - o parque suspenso de Nova York -, enquanto em algumas cidades instaura-se a cultura de retração do uso do espaço público. Jacobs (2011), ao explicar os acertos e erros, partiu da premissa de que as cidades são um conjunto de problemas de complexidade organizada, ou seja, fatores que compõem a cidade e que estão inter-relacionados através de um sistema. Os fatores são diversos, porém não estão desconectados e sim interligados, o que influencia na forma como a cidade é percebida e, principalmente, como são elaboradas soluções para seus problemas.

No que tange ao estudo do espaço urbano é fundamental a compreensão de que a participação cidadã, a atribuição das instituições e a paisagem urbana compõem um sistema e uma relação de interdependência, ou seja, estão interligados, constituindo

o funcionamento de uma cidade. Para tanto, a análise do contexto de uma cidade que perpassa os seus sujeitos e conexões, além das teorias do planejamento urbano (que nem sempre demonstram uma visão ampla do estudo), possibilita encontrar uma pluralidade de significações. De acordo com Canevacci (2004), a leitura do espaço urbano está na interpretação de seus códigos sociais a partir de técnicas e métodos diversos que se comunicam e resultam numa linguagem urbana.

O contexto atual se apresenta como um cenário dinâmico. Percebe-se que muitas realidades distintas passam a coexistir de forma conjunta, por meio das quais cada indivíduo, em posse de suas vivências pessoais “tende a conectar-se com a multiplicidade dos valores e dos significados da cultura a qual pertence, isto é, de seu meio social” (CELASCHI; MORAES, 2013, p. 40). Assim, o indivíduo, enquanto cidadão, expressa para o seu meio social aquilo que ele constrói e atribui significado, aquilo que ele molda como parte de sua identidade.

### **3.1. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

O espaço urbano é a materialização (e a imaterialização) das necessidades dos indivíduos enquanto parte de um sistema que produz e reproduz as relações sociais. Assim, Lefebvre (2008) aponta o espaço urbano como um produto social, no qual cada sociedade determina seu meio de produção articulado ao controle e a dominação, sendo, portanto, “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. [...] O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

Santos (1985) descreve que a análise do espaço urbano perpassa por quatro categorias que, em conjunto, formam o entendimento da organização do espaço urbano. Assim, propõe que estrutura, processo, função e forma definam a compreensão da totalidade que é o meio social e espacial. A estrutura corresponde à própria sociedade com suas particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais. O processo envolve o conjunto de mecanismos e ações onde a estrutura se movimenta, modificando-se as particularidades que a compõe. A função representa as atividades da sociedade, sendo redefinidas a cada momento,

permitindo a existência e a reprodução social. A forma é definida pelas criações humanas, materiais ou não, que delimita a realização de diversas atividades.

[...], no entanto, para que o espaço, este reflexo meio e condição social, se torne plenamente inteligível, é necessário introduzir os significados construídos e reconstruídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais. Os significados constituem o complemento às categorias acima apontadas, tornando-se uma tríade, processo, forma e significado (CORRÊA, 2011, p. 14).

Ainda de acordo com Corrêa (2011, p. 7), a organização do espaço urbano envolve “o conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente”. As formas e as interações expostas acima estão conectadas numa lógica funcional de manter e perpetuar essa sociedade.

Como construção social a organização do espaço é simultaneamente reflexo social, meio no qual a sociedade existe e condição pela qual a sociedade se reproduz. Reflexo, meio e condição social, a organização do espaço caracteriza-se por ser eminentemente social, prescindindo do termo social para designá-la (CORRÊA, 2011, p. 7).

Complementa-se o entendimento da conexão do espaço urbano com a produção e reprodução das relações sociais através de Soja<sup>5</sup> (1983, *apud* SILVA, 2010, p. 38), que expõe:

O espaço social e político tornou-se cada vez mais reconhecido como uma força material (e não material, isto é, ideológico) influente, ordenando e reordenando as próprias relações sociais produtivas. Longe de ser um reflexo passivo, incidental, um “espelho”, a espacialidade tornou-se ativa como uma estrutura concreta e repositório de contradições e conflitos, um campo de luta e estratégia política. As relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão deste modo interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simples gênese-reflexo, causa inicial e efeito subsequente.

Diante disso, a cidade se molda na dimensão material e subjetiva, dinâmica e contínua da construção social. Ela também tem papel ativo e passivo nessa construção. Ativo no sentido de ser um instrumento para a dominação cultural, ou para a resistência de um grupo, pautado pelas práticas que reforçam tal intenção. Passivo, porque recebe e carrega as significações - produto das relações sociais – através da materialidade. Como essas relações sociais estão sempre se

---

<sup>5</sup> SOJA, Edward. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da; SILVEIRA, C. B. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1983.

transformando, Santos (2008) descreve o espaço como uma totalidade em movimento, que se reinventa e forma uma nova totalidade.

Lefebvre (1994) propôs que o estudo do espaço urbano abrangesse uma discussão além do plano real, ou seja, abarcar a dimensão real (percepção objetiva) e a dimensão ideal (percepção subjetiva), que se refere ao imaginário. A cidade demonstra a ligação entre o poder social, o capitalismo e a ideologia, assim, o plano simbólico vem a contribuir na análise ao formar a tríade conceitual – o espaço percebido, concebido e vivido.

A prática espacial, que engloba a produção e a reprodução da sociedade, é o espaço percebido da realidade cotidiana; as representações do espaço, que se referem às relações de produção e a ordem que as impõe, é o espaço concebido, relativo ao conhecimento e ao poder, e os espaços de representação, englobando os símbolos e os códigos, relacionados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, é o espaço vivido através de símbolos que o acompanham (Lefebvre, 1994, p. 33).

O autor salienta que essas três dimensões são interligadas e por isso coexistem no sistema que é o espaço urbano, portanto, uma análise completa do mesmo deve passar pelo entendimento dessas três dimensões.

Sendo o espaço urbano uma importante fonte de poder e dominação sobre o cotidiano das pessoas, a manutenção desse controle pelos grupos dominantes ocorre por meio das formas, categoria denominada por Milton Santos para a análise do espaço urbano. De acordo com Silva (2010), a partir das formas se materializam as relações sociais e os usos do espaço urbano, assim como nas formas, também se encontram os movimentos de resistência, que alteram as formas e conseqüentemente suas funções. “O espaço, portanto, é construído e reconstruído pela experiência cotidiana das pessoas, tendo estas também sua reprodução influenciada pelo próprio espaço” (SILVA, 2010, p. 35).

O cotidiano representa o mundo vivido e exprime a organização hierárquica da cidade, em que os lugares destinados a cada camada social são definidos através do consumo no espaço, transformando-se em apazíveis ou desprezados pela sociedade, fator, esse, que culmina nos lugares segregados. “É no nível do cotidiano que está a reprodução da vida em sociedade, que revela que o homem habita o espaço ativamente” (SILVA, 2010, p. 55).

Entretanto, esse cotidiano vivido também é palco das transformações sociais e dos movimentos de luta por mais igualdade social. Grupos de resistência que participam ativamente da cidade e renegam a comodidade e a aceitação dos meios de produção vigente e os domínios estabelecidos. Para tanto, é possível desempenhar no espaço urbano diferentes papéis e atribuir a ele diferentes funções que abarcam o âmbito econômico, político e cultural. Uma vez que ele se caracteriza por um sistema contínuo e descontínuo, as interações sociais não são estáticas, elas acontecem, mudam, desaparecem. Movimentam-se entre as permanências e as rupturas, de acordo com a intenção e com os agentes sociais (CORRÊA, 2011).

Com base no exposto, entende-se que as dimensões do espaço - percebido, concebido e vivido - remetem ao entendimento e ao processo de como o indivíduo identifica o espaço. O indivíduo se movimenta, experimenta, vivencia e socializa. A partir disso, ele passa a analisar e observar o espaço por meio do que ele percebe em sua volta. O indivíduo, então, em posse de suas percepções, reflete sobre o espaço construído. Portanto, a reflexão é fundamental para o questionamento da vivência urbana.

### **3.1.1. SOCIABILIDADE E A EXCLUSÃO DO CONVÍVIO SOCIAL**

Alex (2008, p. 19), pela análise de Gomes (2002), aborda uma concepção de espaço público que, “além da ideia de liberdade e igualdade, tenha como base a separação do privado ou a delimitação jurídica, ou mesmo a garantia do acesso livre, é insuficiente para definir o caráter fundamentalmente político de seu significado”. E de tal forma “os atributos de um espaço público são aqueles que têm relação com a vida pública [...] E, para que esse ‘lugar’ opere uma atividade pública, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma copresença de indivíduos” (GOMES, 2002, p. 160).

Ressalta-se que a estrutura funcional da cidade fragmenta as dimensões da vida social, que, com o advento da modernidade, colocou em polos distintos trabalho e lazer. Assim, é:

relevante considerar a necessidade de que o urbano seja, sim, espaço de poder e de trabalho, mas, que seja também oportunidade de troca, de interação democrática entre o público e o privado, de convívio social com dignidade e de festividade lúcida. Afinal, diversos estudos já indicaram que a fragmentação do espaço e do tempo tem consequências drásticas para o lazer, cujas possibilidades acabam não sendo acessadas por aqueles que, ao longo da história, acabaram acumulando uma série de exclusões. Reflexo disso é o fato de que a distribuição dos espaços públicos e privados de lazer na cidade, por exemplo, segue uma lógica de concentração em regiões que acabam favorecendo os grupos sociais privilegiados. Assim, a exclusão acaba assumindo várias facetas que, quando não são compreendidas e enfrentadas, podem perpetuar-se indefinidamente (GOMES, 2008, p. 11).

A prática do lazer dialoga com as demais atividades sociais, exprime uma rede de significados, símbolos e significações, que como prática humana fazem parte das construções subjetivas e objetivas dos indivíduos em diferentes contextos. É um fenômeno sociocultural, uma dimensão da cultura, que através da produção e reprodução de sentidos e significados mediante as relações sociais tem papel fundamental na construção da identidade de um grupo. O que significa dizer que manifesta também através de atividades distintas e diversidades, as tensões e os descontentamentos com a realidade na qual existe. Gomes (2008, p. 6) afirma que o lazer coexiste em planos distintos ao mesmo tempo, o que denota a um hibridismo, ou seja, “sua trama cultural evidencia que é tempo/espaço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora totalmente produtor do novo”.

Contrário ao movimento da resistência, o lazer e o uso do espaço urbano também estão relacionados à tendência do individualismo. Não é algo novo, Ribeiro (2005) apontou em seu artigo “*Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana*” as fragilidades impostas ao espaço público com a mercantilização das experiências. “Na vida urbana, essas tendências são reconhecíveis nas ideologias do corpo, no consumismo e na atualização parcial da estrutura de classes” (RIBEIRO, 2005, 413). Assim, a sociedade contemporânea se depara com a noção de um espaço público mais “privativo” em relação às interações sociais, reduzindo vínculos e relações sociais, na qual a sua significância torna-se mais complexa.

Existem, ainda, algumas funções fundamentais que as formas da cidade podem expressar e concretizar, convidando os indivíduos a usufruir e dar significados aos espaços, fazendo deles um verdadeiro lugar, notável e inconfundível. Isso porque o espaço é concebido de diferentes formas a partir das experiências de cada um desses indivíduos que frequenta o lugar, criando imagens positivas ou negativas sobre ele (XAVIER, 2017, p. 42).

A rua, local de movimentação pública, auxilia na construção da sociabilidade na cidade por meio de pequenas pausas nas atividades rotineiras. Xavier (2017, p. 43), no entanto, apresenta através de Lamas (2004) e Rossi (1995), que esses autores “não consideram a rua como lugar de grande relevância social e que serve também, a partir da vivência de seus habitantes, para caracterizá-la e diferenciá-la”. Este apontamento é abordado em outras literaturas e apresentam a rua como um lugar que tende para a diminuição da interação social, o que afeta a percepção dos indivíduos nas possibilidades de explorá-la e gera o estranhamento.

Portanto, como exposto acima, o espaço urbano vive essa dualidade: de um lado a valorização da resistência e as novas formas de interação social e expressões que criticam os planos de exclusão social que a cultura vem implantando, e por outro lado, o crescimento do individualismo e diminuição da participação social no meio urbano, por meio das relações de consumo.

### **3.2. O ESPAÇO URBANO COMO AGENTE CULTURAL**

No que tange ao planejamento e gestão da cidade contemporânea é possível perceber o esforço do Estado em convergir a cultura e a economia para um âmbito estratégico conectado aos interesses políticos de desenvolvimento urbano. Com o crescimento das cidades num nível global e massificado, a diferenciação e a autenticidade se configuram como recurso valorável para tornar as cidades atraentes e receptivas. No entanto, essa estratégia já se tornou popular, perdendo seu caráter de distinção diante do potencial em alta escala em que se aplica.

Dessa forma, fatores como a desindustrialização de grande parte das cidades, a intensa mobilidade turística em escala planetária, a necessidade de ressignificação de espaços, a valorização da cultura no plano econômico e a demanda para a formação de ambientes criativos geram dois tipos de estratégias: uso de um ícone físico ou a realização de um festival (REIS, 2011). De acordo com a autora, o ícone físico representa a criação de novas funções para edifícios patrimoniais que já não possuam o propósito de servir às demandas de desenvolvimento econômico, como a produção de bens e serviços industriais e comerciais, e as demandas de gestão pública. Funções essas transferidas a novos espaços na cidade. O festival consiste

num evento que mobiliza grande parte dos residentes da cidade, além de turistas, com o apoio da administração pública, que se preocupa em elevar a visibilidade da cidade e demonstrar uma transformação urbana, ou seja, uma campanha positiva da cidade.

As imagens visuais espalhadas pelos espaços públicos urbanos através das manifestações artísticas, as atrações locais, instalações culturais e patrimônios históricos enfatizam o potencial cultural da cidade e transformam-se numa lógica de espetacularização da cidade contemporânea (HARVEY, 1989; OLIVEIRA; GUERRA, 2016). “A economia dos bens simbólicos tem ganho crescente destaque nas cidades, tendo como base a crença na convertibilidade do capital simbólico em ganhos de natureza económica<sup>6</sup>” (OLIVEIRA; GUERRA, 2016, p. 119).

O interesse do Estado em investir na cultura como forma de desenvolvimento urbano perpassa por novos interesses em relação ao consumo. Eles estão relacionados com o papel que os recursos imagéticos desempenham na sociedade de consumo e com a valorização da cultura. O que se consome atualmente vai além das mercadorias, pois o interesse está nas imagens, nos signos e nas experiências (BAUDRILLARD, 1968; OLIVEIRA; GUERRA, 2016).

A dispersão da indústria nos centros urbanos não culminou no afastamento da população dessas áreas, uma vez que, cresce a percepção coletiva em relação ao potencial que os espaços urbanos possuem para o intercâmbio cultural e a participação cidadã, onde a socialização está conectada aos valores da modernidade.

No entanto, como produção da alma humana, a cultura, no meio urbano das grandes metrópoles de países em desenvolvimento - caótico, deteriorado, excludente -, tenderá a produzir uma sensibilidade anárquica, que reflete todos os anseios do homem em todas as direções, em conflito ou harmonia aleatórios com as relações sociais circundantes. Uma cidade que oferece o caos e negligencia a necessidade de bem-estar geral da pessoa humana faz com que ela busque seu bem-estar na sombra dos arranha-céus e nos espaços deteriorados. A barbárie atual, apressada pela globalização, é a exacerbação daqueles aspectos do homem com que a cidade não fala, aquela parte de nós que não encontrou abrigo no meio urbano (MIRANDA, 2000, p. 108).

Ainda de acordo com o autor, a inserção desta política cultural precisa estar vinculada a um planejamento urbano coerente com os interesses dos cidadãos, da

---

<sup>6</sup> A citação está no seu idioma original do português de Portugal.

gestão pública da cidade, das instituições públicas e privadas, para pensar a cidade de acordo com a realidade e as vivências que nela ocorrem, não apenas se pautando pela estética de modelos existentes. De tal modo, a buscar acertos no planejamento urbano, não sendo ele constituído de intervenções em que a ideia e o plano dispensam a análise da realidade, se traduzem em ideias preconcebidas de como as cidades deveriam funcionar ou como elas deveriam ser.

No entanto, é importante ressaltar que:

Uma análise detida desses e de outros processos torna, porém, cada vez mais inelutável reconhecer que iniciativas culturais, por mais sólidas que sejam, não sustentam por si um processo de transformação urbana. Foi a analisar os fatores que favorecem ou aniquilam o sucesso dessas ambições – da necessidade de diálogo com o entorno à construção de parcerias, da governança com engajamento comunitário a modelos alternativos de financiamento [...] (REIS, 2011, p. 11).

Como exercício da cidadania a utilização do espaço urbano, não apenas como habitação, mas como lugar de vivência e convivência indica que as necessidades de segurança, conforto, identidade e vínculo precisam ser atendidas, de forma que o cidadão possa exercer suas atividades e interagir num contexto social satisfatório. Como é possível perceber que esta visão tende a se afastar dos grandes centros urbanos, surgem, na contramão, os movimentos de apropriação do espaço urbano, seja por meio da cultura, do debate político, de forma a apaziguar a segregação socioespacial. “A cidade é um sistema de signos, um vocabulário dominado pelo cidadão. Os lugares vivos constituem referências para a memória e as culturas locais. É essencial o cultivo da memória urbana” (CANEVACCI, 2004, p. 121).

De acordo com Grinover (2006, p. 40), essas ações de apropriação partem de uma reflexão da compreensão de qual papel exerce o espaço urbano no exercício da cidadania e afirmação da identidade social, portanto, o autor aponta os caminhos necessários para alcançar essas condições:

[...] a incidência das novas técnicas de comunicação e das novas relações com o habitat, com os transportes, com a mobilidade e com o tempo, proporcionando nova significação, uso e concepção de espaços públicos (correlação imediata com a legibilidade da cidade); as inter-relações que se estabelecem entre os signos da urbanidade contemporânea (monumentalidade, arquitetura, imagens, arte urbana, design urbano) e a valorização dos espaços ambientais (relação estreita com a identidade da cidade).

Se a cidade produz as relações sociais, é por meio delas que se percebe a complexidade que envolve o espaço urbano, devido aos diferentes processos e dinâmicas que nele se instauram e, aos diferentes sujeitos que o produzem (PAULA; PIRES, 2013). Os sujeitos, através de suas trajetórias, buscam e criam conexões e sociabilidades, demarcam espacialidades, trajetos e territórios (NETO, 2008).

Para Cavalcanti (2007, p. 25), a relação da cidade com a vida cotidiana é pautada por se construir num espaço “de contato, de resistência e de exclusão, em que há manifestação de diferentes percepções, usos, culturas e aspirações de distintos grupos, em seus espaços públicos e privados”. Isso resulta da multiplicidade das práticas, em que diferentes grupos sociais produzem tipos de convivência cada vez mais específicos e fragmentados, acarretando o processo de criação dos territórios, ou territorialidades, dentro da cidade.

Ao conceito de território, no campo do estudo da produção do espaço urbano, Souza (1995, p. 86) apresenta a definição como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

O território é dinâmico, flexível ao tempo e ao espaço. Ele existe enquanto seu caráter identitário permanece como sentido de sua existência, a essência. O espaço vivido é de conhecimento por seus sujeitos, que dele se apropriam, e essa familiarização tangibiliza os comportamentos e a produção de conhecimento, de arte e estética e diálogos (ou discursos) sobre as relações sociais vigentes, os anseios para a vida urbana e o posicionamento político do trabalho do Estado para com a população.

### **3.2.1. O PAPEL DOS JOVENS NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

É comum na vivência e na coletividade identificar o desejo das pessoas em buscar o reconhecimento social, aderir a comportamentos e valores em concordância com o papel social que foi designado pela sociedade, ou seja, como afirma Silva (2000, p. 27) “[...] para obter o reconhecimento da coletividade e aproveitar-se das relações

sociais profundamente marcadas pela personalidade, não se deve transgredir as regras culturais, 'não se pode causar falatório na cidade'". Mas o reconhecimento social não depende da ação inserida num sistema dominante. O indivíduo pode ser percebido pelo outro e pela coletividade através da conscientização de seu papel como cidadão, um ser ativo e participativo na sociedade.

Através do exposto acima é possível criar um paralelo que relaciona os sujeitos na produção do espaço urbano com o papel e incentivo que os jovens (geração Y e geração Z) estão, cada vez mais, recebendo da sociedade, que reconhece neles a propensão de assumir mais atividades relacionadas à apropriação da cidade.

Dayrell (2001, p. 147) afirma que os jovens "se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade [...]". Eles, como produtores do espaço urbano, materializam suas ações cotidianas através de representações, interesses, símbolos e relações sociais e culturais, no contexto de um espaço urbano cada vez mais fragmentado. A cidade, nesse caso, é "permeada por espaços de vivência restritos que simulam a apropriação e são o resultado das territorialidades desses jovens" (PAULA; PIRES, 2013, p. 89). Os jovens, ao demarcar seus territórios na cidade, expressam-se ativamente como produtores do espaço urbano em que vivem.

[...] é possível dizer que cada cultura juvenil é entendida como uma trajetória histórica que, em certo momento, encontra possibilidades de se materializar num espaço-tempo específico. No lugar, oferece-se como referência para a construção de redes de sociabilidade que permitem aos jovens novas formas de viver a cidade, construindo uma nova territorialidade. Cada cultura juvenil conduz, portanto, a espaços, tempos e práticas de sociabilidade particulares (NETO, 2008, p. 162).

De acordo com Carrano (2003), as relações sociais, dentro do sistema que é a cidade contemporânea, demanda que os atores sociais busquem investir no desenvolvimento de uma habilidade reflexiva sobre a realidade para poder interagir simultaneamente com os intensos fluxos de informação, comunicação e sociabilidade. Sendo assim, existe uma necessidade para o jovem de criar uma afirmação de si mesmo. Porém, segundo Martins (2004), nessa busca pela identidade que afirma seu papel participativo, existe uma cultura urbana complexa que passa por contornos específicos a partir da realidade sociocultural do jovem, remetendo às suas experiências cotidianas no espaço urbano. Elas serão diferenciadas conforme sua classe social, renda, escolaridade, raça, sexo, por

exemplo (SANTOS, 2007). Assim, os discursos e a cultura dominante podem interferir na prática espacial do jovem, mas as realidades sócio-históricas dos jovens ganham peso e interferem nessa relação. A prática espacial acontece a partir da interação entre as experiências do cotidiano.

O jovem quer consumir. Consumir a cidade – a cidade diversa, segura, criativa, generosa e acolhedora, cidade sem fronteiras, de norte a sul, de leste a oeste. Quer seu lugar não só no mundo do trabalho, mas no mundo como um todo – um mundo comunicante, e não de espaços estanques; uma comunicação que, estando em permanente conexão com os aparatos tecnológicos, não se reduza a eles; uma comunicação de toques, de olhares, de compartilhamento de experiências e conhecimento, que aglutine pessoas de diferentes partes da cidade, de diferentes origens e histórias (FREIRE, 2017, p. 119).

É esse consumo se manifesta por meio de intervenções gráficas e performances que significam e ressignificam espaços de lazer, espaços abandonados e a sociabilidade, e demonstram resistências às manifestações caóticas do espaço urbano, como o trânsito, a insegurança, a poluição, as desigualdades de acesso, os transeuntes que apenas se utilizam das vias para cumprir com as necessidades de consumo e locomoção, e com isso, promover fenômenos e representações do direito à cidade, manifestado e instituído no espaço público urbano por meio da usabilidade.

Freire (2017) ainda afirma que essas manifestações, por um viés coletivo e estruturado, com um propósito comum, modificam as relações de consumo na cidade, por parte dos jovens, que também utilizam a cidade como meio de comunicação e relacionamento. Os espaços são o palco da convivência, os espaços alternativos, são palco de manifestações identitárias. O palco não se restringe ao espaço físico. É transposto para os aplicativos que facilitam tanto a comunicação, quanto facilitam a usabilidade da cidade.

Essas experiências e pequenas intervenções podem derivar em projetos sociais, formação de grupos para atividades de impacto social (coletivos urbanos, movimentos sociais) e até mesmo negócios sociais, que visem a transformação do planejamento da cidade e do convívio social.

### 3.3. AÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PARA O CONVÍVIO

Esta seção do trabalho sintetiza as atuais formas de operar na transformação do espaço urbano com foco no convívio social. Algumas ações surgem a partir da noção do trabalho coletivo, considerando a intensa participação dos jovens, outras a partir da mudança individual, que também afetam os jovens (Esquema 2). A ideia aqui é mapeá-las de acordo com o potencial de mudança e de adaptação em diferentes espaços urbanos.

Esquema 2 – Atuações no espaço urbano para a transformação social



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ainda que retratadas brevemente neste capítulo, essas ações são potencialidades e devem ser de domínio acadêmico e público. É interessante verificar seu potencial de escalabilidade e aplicabilidade, bem como os métodos empregados. Outro ponto importante enfatiza a capacidade de interligar essas atuações e quais os atores sociais possuem as expertises para desenvolvê-las no espaço urbano.

### 3.3.1. A CIDADE AO NÍVEL DOS OLHOS

No artigo intitulado *State of the world's cities 2012/2013: the prosperity of cities*<sup>7</sup>, desenvolvido pela ONU-Habitat, foram apresentados os atributos que definem as cidades prósperas. Para tanto, praças e parques ganharam relevância no que tange a qualidade das cidades, mas as ruas e as calçadas são de fundamental importância para garantir a vitalidade urbana. As pessoas tendem a se afastar intuitivamente de lugares vazios e sem interações. Elas buscam conexões, premissa já incorporada por alguns programas internacionais de planejamento urbano.

*The City at Eye Level* (A cidade ao nível dos olhos) é um programa internacional de melhoramento das cidades, uma rede de aprendizagem aberta e um livro com tradução para o português (esse último com participação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCRS). O objetivo do programa é fomentar a qualidade do espaço público através da conexão entre as pessoas e os lugares. Assim, a equipe realiza modificações urbanas em que a percepção visual está no nível do prédio, da rua e do contexto, de maneira a melhorar a cidade ao nível dos olhos e criar um espaço público com escala humana, interação e experiência.

Uma potencialidade a ser explorada no fomento da experiência no espaço público é a zona híbrida do espaço urbano, ou seja, a calçada (Figura 1). Um elemento de interseção entre a rua e o espaço privado, sendo pouco valorizada e que poucas pessoas se apropriam. A calçada fornece a interação entre as pessoas.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>.

Figura 1 – Espaços híbridos



Fonte: A cidade ao nível dos olhos, 2015.

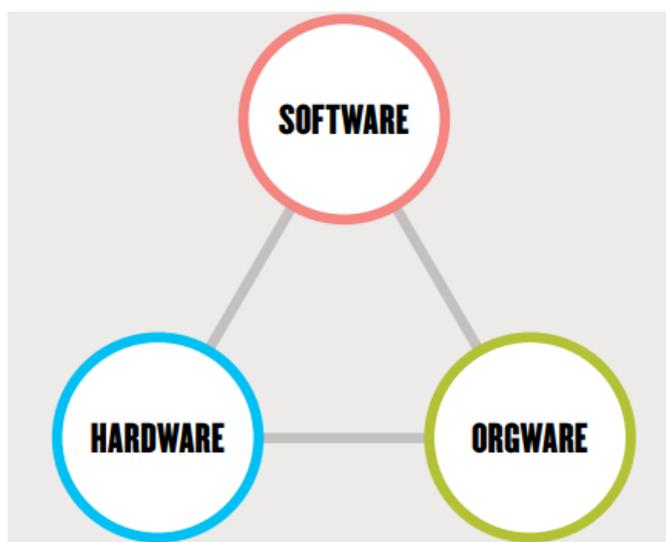
A zona híbrida, quando utilizada, se torna um lugar no consciente das pessoas e torna as ruas pessoais. O fato de as pessoas se sentirem “em casa” nas suas zonas híbridas resulta em sentimentos de responsabilidade para com o espaço e os entornos. Zonas híbridas são capazes de melhorar o contato social. O entendimento da zona híbrida como um lugar de identificação e apropriação transforma o sentido de uso de espaços antes negligenciados (KARSSENBERG, *et al.*, 2015). Esse “pertencimento” tem impacto no ambiente social imediato através da possibilidade de identificação social. A zona híbrida, quando apropriada, permite que as pessoas se avaliem, se relacionem e se identifiquem umas com as outras.

Trazer as pessoas para a zona híbrida, para que elas se apropriem do espaço, e não o utilizem somente para circulação, pode ser válido para a ação dos coletivos urbanos e designers. O espaço fornece o cenário para criar soluções que melhorem o contato das pessoas com a zona pública e produzir a experiência de uma cidade ao nível dos olhos. Na zona híbrida pode-se explorar a interação entre as pessoas e o sentimento de pertencimento. As pessoas buscam conexões que lhes transmitam segurança e se afastam de lugares vazios e sem interação. O uso da zona híbrida demarca os limites entre o público e o privado através do uso. O potencial desse espaço está na capacidade dos coletivos urbanos e designers implementarem atividades múltiplas e diversas, com o apoio do poder público e da população, na busca por referências culturais e individuais que associem as pessoas aos seus

meios de convivência, diante das diferentes situações abordadas, e na preocupação com o envolvimento social cotidiano.

É importante ressaltar que o programa conseguiu mapear 80 lições aplicáveis para o desenvolvimento de cidades ao nível dos olhos. Primeiramente, diferenciam que as ações devem se basear no tipo da demanda: áreas novas ou áreas existentes, uma vez que as estratégias aplicadas em áreas novas não entregam o mesmo resultado quando aplicadas em áreas existentes. Outro fator a considerar é a escala desse espaço urbano e suas funções. É uma área residencial, de varejo ou corporativa? A partir disso, Karssenber, *et al.* (2015) apresentam a estrutura que coordena as ações de transformação do espaço público: *software*, *hardware* e *orgware* (Esquema 3).

Esquema 3 – Estrutura de um espaço urbano



Fonte: A cidade ao nível dos olhos, 2015.

A estrutura começa pelo *software* que compreende o conjunto dos usuários, os seus padrões de movimento, a experiência da cidade ao nível dos olhos através dos programas, uso do solo, ou zoneamento. O *hardware* remete à configuração dos prédios e das ruas e permite o desenvolvimento das zonas híbridas, bem como retratar as ruas como lugares. “Espaços térreos vazios impactam os negócios adjacentes e contribuem com a degradação e atividades antissociais” (KARSSENBERG, *et al.*, 2015, p. 320). A última estrutura, a *orgware* envolve a organização das funções do espaço físico e sua gestão para garantir uma boa manutenção deste.

### 3.3.2. AS NOVAS TECNOLOGIAS E O ESPAÇO PÚBLICO

O contexto urbano tornou-se o abrigo da cultura moderna, a cidade fornece o lugar para a circulação das pessoas e mercadorias, para as trocas de olhares, experiências subjetivas e espaciais e para os exercícios de consumo. A “cada sistema temporal o espaço muda” (SANTOS, 2001, p. 51), “o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social proporciona ao indivíduo uma intensidade de estimulação sensorial diferente das fases anteriores da cultura humana” (SIMMEL, 1967, p.12).

O modo como os indivíduos determinam as relações interpessoais se alteraram com a reformulação dos meios de comunicação. Nas últimas duas décadas, após a implementação da internet e dos computadores no cotidiano das pessoas, o espaço virtual passou a fazer parte do habitat do cidadão. Esse novo modelo social, conectado com a informação, “introduz uma condição [...], uma nova dimensão espacial que não só referencia o desenvolvimento dos processos culturais, como também abre a possibilidade de explorar novas formas de vivência” (PIAZZALUNGA, 2004, p. 17).

No entendimento do uso do espaço público a partir de tecnologias acessíveis o conceito de espaço híbrido expõe uma ampliação do próprio conceito de espaço urbano, em consequência das modificações na sociedade de consumo, que abarca cada vez mais a cultura digital nos modos de vida. O espaço híbrido é, portanto, a articulação entre conectividade e mobilidade a partir de objetos virtuais justapostos ao espaço físico, que criam novas formas de sociabilidade urbana (MITCHELL, 2002). As mídias locativas digitais são um exemplo dessa tecnologia e trabalham com conteúdos diretamente relacionados a uma localidade. Conectadas por um dispositivo móvel digital são emissoras e receptoras de informações de um determinado lugar que dialogam com as pessoas em rede. Elas não possuem a função de substituir a experiência física da cidade, mas potencializam as trocas de informação entre as pessoas.

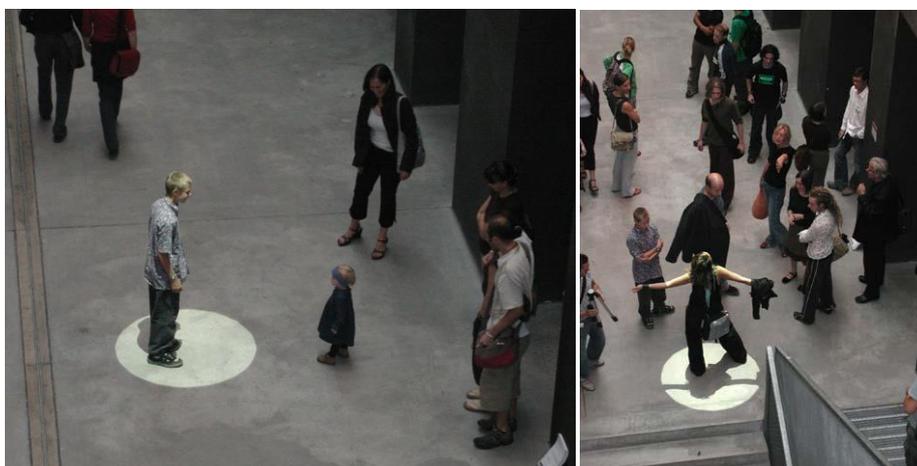
O uso de mídias digitais no espaço urbano não se configura apenas como uma solução tecnológica, elas envolvem questões sociais como o envolvimento do cidadão ao perceber e praticar a cidade. Assim, “passam a ser capazes de trazer um sentido de lugar e conexão entre os habitantes da cidade, possibilitando a

apropriação e a ação em questões coletivamente compartilhadas” (DARODA, 2012, p. 85).

Envolver as pessoas com os problemas coletivos é essencial para que se imaginem como parte do tecido urbano. As ferramentas digitais podem contar histórias, oferecer a visualização de dados, a interação através, por exemplo, de jogos virtuais urbanos, promovendo um sentido de lugar e uma sensação de apropriação já que possibilita o engajamento do usuário e a possibilidade de ação coletiva. Dessa forma, as TIC podem ser empregadas para envolver o cidadão na elaboração da sua cidade, incluindo-os nas questões urbanas, sendo as mídias digitais um recurso para organizar o envolvimento do cidadão, transformando a cidade em cidades sociais. As possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação são muitas. A integração dos espaços físicos e virtuais transforma a experiência do espaço urbano e a noção de lugar; possibilita novas formas e novos meios para interagir e experienciar a cidade, transformando as relações sociais e a relação do usuário com o espaço público (DARODA, 2012, p. 85-86).

A Figura 2 exemplifica a interação entre o espaço físico e o espaço virtual, no qual focos de luz incidem sobre os transeuntes. O projeto da artista franco-americana Marie Sester intitulado *Interface Access* (2003) consistia numa atividade de interação que envolvia aplicativo, espaço real e usuários.

Figura 2 – *Interface Access*



Fonte: ACCESS, 2003.

A artista tem um foco de trabalho relacionado com experimentos de conscientização do impacto da tecnologia e dos costumes individuais que alteram a percepção das relações sociais (ARTSPER, [s.d.]). O projeto citado acima foi uma instalação de arte pública, no qual os usuários conectados por um sistema rastreavam indivíduos nas ruas e calçadas e os conectavam à um feixe acústico que projetava um som somente no espaço do holofote. O objetivo da intervenção artística foi a

conscientização do fascínio pelo controle, vigilância, e visibilidade e a autopromoção de indivíduos, por meio de uma conexão entre o rastreador e quem era rastreado (SESTER, 2003).

Nesse caso, a tecnologia foi um recurso utilizado no espaço público urbano como uma crítica aos comportamentos sociais contemporâneos. Há de se considerar que, os níveis de interação virtual que geram retrações comportamentais podem ser externados no convívio social.

As trocas entre culturas, com o uso de novas ferramentas de comunicação, transpõem fronteiras com a facilidade que nenhum mensageiro jamais teve. Hoje não existem barreiras para satélites e cabos de fibra ótica – a mensagem é enviada instantaneamente, esteja o sujeito onde estiver. Dessa maneira, a informação, sem dúvida, tornou-se a grande protagonista da sociedade atual. No entanto, uma das consequências dessa facilidade de comunicação é a quantidade de informação disponível, que se tornou avassaladora. A antiga crença de que uma maior quantidade de informação recebida e armazenada refletiria em um nível mais elevado de conhecimento, ruiu. O usuário muitas vezes tem sido um mero receptáculo de informações, sem capacidade de análise, acatando tudo o que chega até ele como a verdade única e suprema. E essa falta de criticidade pode trazer diversas implicações ao desenvolvimento da sociedade (PEREIRA, 2013, p. 5).

Diante disso, ponderamos que a interação virtual com o espaço físico e indivíduo pode ocorrer num nível educacional por meio de agentes conscientizadores, que potencialize ações que destaquem a importância de interações entre os indivíduos, sendo o espaço um coadjuvante importante.

O avanço das mídias locativas digitais permite explorar virtualmente as maneiras de habitar os espaços públicos urbanos. Estimula também o compartilhamento de ideias, a possibilidade de novas práticas e percepções do espaço urbano que, a partir do potencial “da criação de laços de sociabilidade ao acesso a serviços públicos, um número crescente de atividades faz desse novo lugar eletrônico uma extensão socialmente aceita dos espaços físicos” (DARODA, 2012, p. 50). Isso ocorre porque essas mídias modificam o comportamento das pessoas. Portanto, esse desenvolvimento permitiu novas formas de experimentação, a imersão em culturas variadas e a construção de territorialidades simbólicas.

### 3.3.3. ERRÂNCIAS URBANAS

A abordagem da espetacularização urbana contemporânea já se tornou recorrente no meio acadêmico, retratando a cidade atual sob a perspectiva de um espetáculo. É um processo que transforma a cidade em uma estratégia de marketing, para construir uma imagem internacional com apelo turístico e cultural, garantindo reconhecimento e lugar na geopolítica global. É pensado como um modelo de consumo abarcado pela estetização da realidade da vida cotidiana no espaço urbano, ou seja, “a redução de sua diversidade, a uma ‘domesticação’ da complexidade e ao afastamento de qualquer ‘negatividade’, com a finalidade de moldar melhor os cenários a um consumo global por parte dos cidadãos-turistas” (CASTRIOTA, 2010, [s.p.]).

Para explorar maneiras de contornar isso, pesquisadores buscam suporte em literaturas que explorem o conceito da experiência errática da cidade, que consiste na ação de resistência aos padrões hegemônicos por parte de indivíduos que buscam desestabilizar essa estetização e os usos planejados com fins midiáticos.

A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical. O errante, ao buscar o estranho no cotidiano familiar, vai de encontro a essa alteridade e, assim, instaura o dissenso, que é precisamente o pressuposto básico que possibilita a constituição de qualquer esfera pública. A experiência errática é uma possibilidade de experiência da alteridade na cidade (JACQUES, 2012, p. 48).

Esta experiência do fazer diferente, da alteridade na cidade diverge do processo atual de espetacularização urbana, pois expõe as realidades que ele busca esconder ou eliminar através de projetos de assepsia urbana, gentrificação, vigilância e controle urbano. Nas narrativas dos errantes, como são chamados os indivíduos que experimentam a cidade na busca da alteridade urbana, são apresentadas três maneiras possíveis para tal ação: a capacidade de se perder, a lentidão e a corporeidade. Jacques (2012, p. 59) explica que:

Enquanto o urbanismo busca a orientação através de mapas e planos, a preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar de lado seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar. Em seguida, pode-se notar a lentidão dos errantes, como uma qualidade de movimento dos homens lentos, que negam o ritmo veloz imposto pela contemporaneidade. E, por fim, a própria corporeidade destes, e, sobretudo, a relação, ou contaminação, entre seu próprio corpo físico e o corpo da cidade que se dá através da ação de errar pela cidade. A contaminação corporal leva a uma incorporação, ou seja, uma ação imanente ligada à materialidade física, corporal, que contrasta com uma pretensa busca contemporânea do virtual e do imaterial. Esta incorporação acontece na maior parte das vezes quando se está perdido e em movimento do tipo lento.

Essa relação corporal com a cidade mostra de forma crítica o cotidiano da espetacularização e explicita as tentativas de enfraquecer as experiências urbanas da alteridade (JACQUES, 2012; RIBEIRO, 2005). Manifestam-se por meios artísticos, literários, etnográficos, cinematográficos ou cartográficos dentro de um cenário que vai contra os preconceitos e estereótipos no pensamento urbanístico.

A experiência errática da cidade, como possibilidade de experienciar a alteridade urbana, e as narrativas dessa errância, como sua forma de transmissão, podem operar como um potente desestabilizador das partilhas hegemônicas inerentes às relações sociais e das atuais configurações anestesiadas dos desejos dos indivíduos.

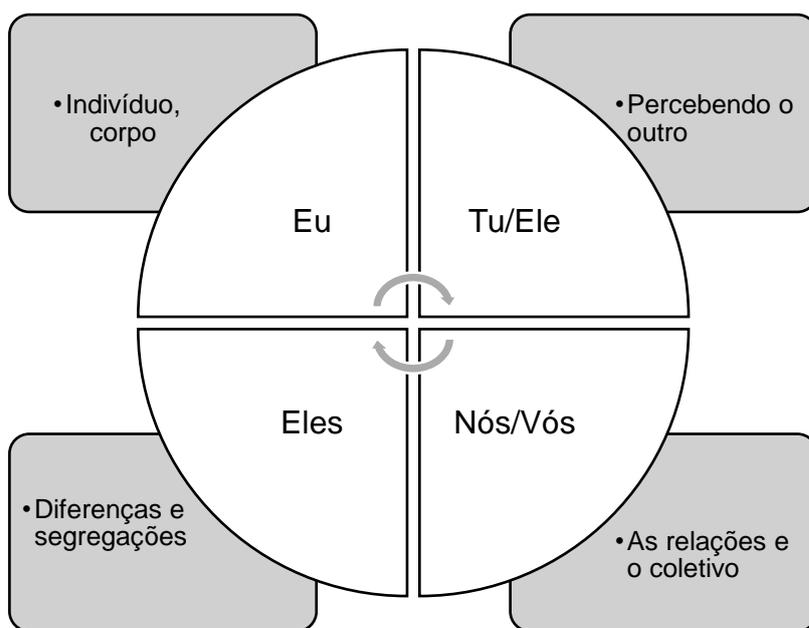
Apropriar da cidade, portanto, é uma ação de transformação que consiste em comportamentos de territorialidade, a demarcação de um espaço, por exemplo, é uma necessidade inerente ao ser humano de assegurar seus direitos. Mas existe também a apropriação através da identificação que remete aos “processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço (extensão) em lugar reconhecível e pleno de significado para o sujeito ou grupo social” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p. 66).

Viver a cidade e apropriar-se dela é um ato de habitar. Habitar pode ser entendido como o reconhecimento do indivíduo como parte integrante de um sistema. O modo como o indivíduo habita define suas relações com a cidade e, por consequência, as relações da cidade com o indivíduo, habitar envolve “[...] mais do que simplesmente morar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p.4). Habitar é de esfera individual, pública, econômica e social.

Portanto, no próximo capítulo discursaremos sobre as esferas que envolvem o ato de habitar a cidade (Esquema 4), de forma que o design possa se apropriar desse conhecimento e tangibilizar no espaço urbano práticas culturais e criativas em busca da construção de um lugar, promovendo interação, diversidade e conseqüentemente mais qualidade de vida.

As esferas foram desenvolvidas pela autora e pelos colegas pesquisadores do curso de Mestrado em Design (UEMG) – Gabriela Corrêa Frossard, Luiz Claudio Lagares Izidio e Rafaela Eufrazia Romualdo Santiago – durante a disciplina Tópicos especiais: Pensamento Estratégico em Design, da professora Doutora Rita Aparecida da Conceição Ribeiro.

Esquema 4 – Esferas do habitar a cidade



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A esfera do “eu”, ou seja, o indivíduo, externa para além do próprio corpo se estendendo para lugares que se relaciona e ocupa. É possível afirmar que “o corpo é receptáculo de lugares [...]” (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011, p. 187). O indivíduo ao vivenciar a cidade acumula referências culturais, mas também externa suas referências individuais, que compartilha no meio social. A partir dessa interação há o envolvimento social cotidiano em que o indivíduo percebe o outro e se

identifica. Esse processo constrói a identidade coletiva e ajuda a entender as relações dentro desse coletivo.

É importante ressaltar que são a partir das relações coletivas que se instituem os discursos sobre o direito à cidade. Ele é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é “um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização” (HARVEY, 2014, p. 28).

O entendimento das implicações que resultam no discurso do direito à cidade remete a forma como ela é dividida por fatores financeiros ou de renda, no qual as desigualdades se concretizam no contexto do arranjo urbano. Essas características são provocadas simplesmente pelo fato de as desigualdades sociais estarem presentes na maioria dos países capitalistas, quanto maiores as disparidades socioeconômicas entre as classes sociais, maiores são as diferenças nos serviços públicos e na qualidade de vida. Dessa maneira as relações sociais podem também ser entendidas pelo distanciamento entre os indivíduos e as classes que se formam no processo de segregação.

Retomando a Carta Aberta para a Comunidade de Design: Levante pela Democracia, de Ezio Manzini e Victor Margolin, percebemos conexões com as esferas do habitar a cidade. O exercício da democracia não tem força no âmbito do individual, também não tem força quando os indivíduos buscam seus direitos de forma isolada e desordenada. O sucesso das ações democráticas está na harmonia entre os grupos sociais e no agir pró-ativo contra a hegemonia dos poderes públicos e poderes privados, que decepcionam em suas ações para o bem-estar social.

Os designers, conscientes da relação de sua atividade com a democracia, impulsionam reflexões e ações conjuntas para a mudança do habitar a cidade. Vários questionamentos, em geral desenvolvidos por coletivos urbanos com caráter de intervenção, podem ser visualizados no espaço urbano com intuito de comunicar mensagens, sensibilizar e promover diálogos com os cidadãos. Através do apelo visual, articular esse processo de comunicação e conhecimento público é de responsabilidade de designers. Não significa assumir uma postura isolada de outras

áreas sociais com os desafios que são impostos, mas em buscar conexões que enriquecem os diálogos e a percepção das capacidades e potencialidades dos diferentes atores sociais. Como veremos nos próximos capítulos, a transformação do espaço público urbano é um processo que depende dos fatores acima apontados.

## CAPÍTULO 4

### A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

#### 4.1 A LEGISLAÇÃO URBANA

#### 4.2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: *HIGH LINE*

## 4. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### 4.1. A LEGISLAÇÃO URBANA

Para fins dessa pesquisa, abordamos legislação urbana por meio de sua função, de acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, que a descreve pelo objetivo de:

[...] estabelecer limites às ações humanas que interferem no espaço urbano e na qualidade de vida na cidade. Essas ações estão relacionadas com as necessidades próprias de uma vida em um grande centro urbano, como moradia, trabalho, educação, saúde, locomoção, alimentação e lazer (PBH, [s.d.]).

Entende-se que é por meio dela que ocorrem os mecanismos de controle e ordem da gestão pública no que se refere ao acesso e uso do espaço urbano, para que as atividades desempenhadas estejam em harmonia social. Cada município dispõe de sua legislação urbana, desenvolvida por meio do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor, do Código de Posturas, entre outros reguladores, aqui analisados com o objetivo de entender como a legislação urbana atual de Belo Horizonte promove a cidadania ou a exclusão dos espaços.

A relação do design urbano com a legislação urbanística se constrói pela forma que são redigidas as informações de interesse público e pelos meios que as veiculam. Percebemos um distanciamento do poder público em instigar a compreensão da

legislação urbanística, seja devido à trajetória dos instrumentos de planejamento urbano da cidade ou por características inerentes à profissão de gestão pública. Por uma construção histórica, em que a área de Sociais Aplicadas sempre se preocupou em facilitar a compreensão de suas mensagens, ou seja, facilitar a comunicação, os mecanismos da gestão pública podem ser mais próximos do cidadão e do cidadão ativamente participativo, no que tange aos dispositivos visuais que comunicam as mensagens e às alteram frequentemente. As alterações legislativas são necessárias para a manutenção das condições democráticas de uso e acesso do espaço público urbano. Isso reforça a necessidade de se criar uma maior e forte aproximação com o design urbano, justificado por sua capacidade de traduzir em elementos instigantes a complexidade de leitura da legislação urbanística.

#### **4.1.1. ESTATUTO DA CIDADE**

O Estatuto da Cidade está constituído na Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei que regulamenta o capítulo de Política Urbana da atual Constituição Federal Brasileira.

Ao Estatuto da Cidade compete os princípios básicos do planejamento participativo e a função social da propriedade, sendo a base para a legislação urbana dos municípios. Assim, ele apresenta a seguinte estrutura:

- Capítulo I - Diretrizes Gerais
- Capítulo II - Dos Instrumentos da Política Urbana
- Capítulo III - Do Plano Diretor
- Capítulo IV - Da Gestão Democrática da Cidade
- Capítulo V - Disposições Gerais

De acordo com o Capítulo I – Diretrizes Gerais, é por meio da política urbana que se entende como a cidade define o bem comum e a propriedade. Ela é o meio norteador onde se desenvolvem as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Dessa forma, o bem comum na cidade se define pela sua característica sustentável para a moradia, infraestrutura, transporte, trabalho, lazer, meio ambiente, apropriados pelos serviços públicos. Caracteriza que a gestão pública

contempla a participação popular e associações representativas, e que os processos urbanos busquem a harmonia de interesses entre o governo, a população e a iniciativa privada. A esse último, também se encontra a defesa pública à especulação imobiliária, capaz de gerar impactos sociais e ambientais à cidade.

A lei prevê na Seção X do Capítulo II – Das operações urbanas consorciadas, que são intervenções controladas pelo município, devendo constar no Plano Diretor. As operações urbanas consorciadas, segundo a lei, é:

[...] o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (ESTATUTO DA CIDADE - Lei Nº 10.257).

Assim, essa seção dá abertura à iniciativa privada para que ela possa fazer modificações em propriedade privada que não estão asseguradas em legislação vigente. É uma forma de proteção, mas que precisa estar de acordo com alguns critérios, de acordo com o Artigo 33:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do § 2o do art. 32 desta Lei;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

VIII - natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do § 2o do art. 32 desta Lei.

Para que os órgãos públicos permitam a construção de empreendimentos privados ou públicos existe um laudo para prever o impacto da vizinhança, ou seja, os habitantes ao redor. Tal constatação está na Seção XII do Capítulo II – Do estudo de impacto de vizinhança. Os critérios envolvem:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

No Artigo 39 do Capítulo III – Do Plano Diretor, a lei estabelece que a condição para a função social da propriedade urbana está na obediência dos critérios fundamentais contidos no Plano Diretor da cidade, com a justificativa de ser um meio de ordenamento que garante a qualidade do espaço urbano e seu desenvolvimento. Para Mukai (2013), as diretrizes da lei para o Plano Diretor deveriam ser mais genéricas e abrangente, possibilitando ao município melhor adequação aos interesses comuns de seus cidadãos. Para o autor, esse capítulo não possibilita muita flexibilização do município, mesmo o Plano Diretor sendo de esfera municipal.

A lei prevê garantias para a gestão democrática da cidade através dos instrumentos citados no Capítulo IV – Da gestão democrática da cidade:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Isso se estende aos orçamentos participativos.

#### **4.1.2. PLANO DIRETOR**

O Plano Diretor de Belo Horizonte passou por recente reformulação. Com a aprovação neste ano de 2019, no entanto e até o momento do desenvolvimento dessa pesquisa, o documento ainda não passou pela redação final. Para tanto, utilizaremos o Plano Diretor anterior a esta nova vigência, inscrito na Lei Nº 7.165, de 27 de agosto de 1996.

O Plano Diretor de Belo Horizonte é definido na Lei como o instrumento da política de desenvolvimento urbano, que visa os interesses coletivos, orientado pela atuação do poder público e iniciativa privada.

No Artigo 3 do Capítulo I - Título I, apresenta-se como objetivo importante a descentralização das atividades urbanas, por meio de infraestrutura equilibrada entre as áreas da cidade. Isso é reforçado no Artigo 9 do Capítulo III – Título II, pois o desenvolvimento urbano contém a estimulação da multiplicidade de usos da infraestrutura urbana, reduzindo a ociosidade. Entendemos que este é um fator que contribui para a inclusão e diversidade de pessoas nas áreas comuns da cidade.

O Artigo 38 do Capítulo III refere-se à política cultural. O que está contido na Lei apresenta o apoio que o Município reconhece às práticas de disseminação cultural e que devem ser viabilizadas para a participação popular. Não há um direcionamento ou preferência por alguma iniciativa cultural.

Outro ponto importante são os direcionamentos em relação às Operações Urbanas – Capítulo II – Título IV. Por Operação Urbana, a Lei define como:

[...] o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação de agentes públicos ou privados, com o objetivo de viabilizar projetos urbanos de interesse público, podendo ocorrer em qualquer área do Município (PLANO DIRETOR, Lei Nº 7.165, p. 28).

Como citado no Estatuto da Cidade, funciona como requalificações de um espaço delimitado e que será usufruído por toda a população, sem restrições. Nesse ponto, é importante entender que as operações urbanas são uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada em prol de uma demanda, que não necessariamente tem-se a consulta de interesse popular. Quanto às revitalizações urbanas – Capítulo V – Título IV, não é descrito se elas passam por uma consulta de interesse popular.

#### **4.1.3. CÓDIGO DE POSTURAS**

O Código de Posturas da cidade de Belo Horizonte é regulamentado pela Lei Nº 8.616, de 14 de julho de 2003. Contém a regulação dos comportamentos do cidadão perante a propriedade urbana, a fim de manter o disciplinamento da convivência urbana. Tem a seguinte estrutura:

- Título I – Disposições preliminares
- Título II – Das operações de construção, manutenção e conservação do logradouro público
- Título III – Do uso do logradouro público
- Título IV – Das operações de construção, conservação e manutenção da propriedade
- Título V – Da obra na propriedade e de sua interferência em logradouro público
- Título VI – Do uso da propriedade
- Título VII – Da infração
- Título VIII – Disposições finais
- Título IX – Disposições transitórias

Assim, o Código de Posturas, no Artigo II do Título I regula a construção, a conservação, a manutenção e o uso do logradouro público, da propriedade pública e

da propriedade privada, quando esta afeta o interesse público. Ainda nesse título, no primeiro parágrafo, o logradouro público refere-se ao conjunto formado pelo passeio, pela avenida ou rua, ou alameda, pela passagem de pedestre e ciclista, pela praça e pelo quarteirão fechado. Elementos, esses, que nos interessam na pesquisa.

Na lei, Artigo 49 do Capítulo I, Título III, está previsto o uso do logradouro público para eventos, instalação de engenho de publicidade, exercício de atividade, instalação de mobiliário urbano, manifestação popular e atividades de lazer.

No primeiro parágrafo é determinado que a instalação do mobiliário urbano deverá atender os critérios de dimensão, formato, cor, material, tempo de permanência, horário de instalação, substituição ou remoção e posicionamento no logradouro público de acordo com a determinação da gestão urbana, ambiental, cultural e de trânsito. Na lei também estão previstas as condições de uso e instalação que visem a melhor harmonia entre os elementos urbanos. Entendemos que ao poder público cabem estabelecer as diretrizes já citadas anteriormente, mas o mobiliário urbano da cidade pode ser gerenciado através de uma iniciativa privada, em acordo com a gestão pública. Nesse ponto, é importante observar que é possível estabelecer critérios de inclusão e exclusão, ou mesmo desigualdade social, no processo criativo do mobiliário urbano, sendo importante estabelecer com o poder público da cidade que esse fator não se perpetue entre as regiões da cidade. O que é benéfico para o processo de criação do mobiliário. Ele é um elemento urbano que explora fortemente a relação entre o usuário e o produto, e os desenvolvedores precisam estar atentos às especificidades de um público diversificado e das complexidades do produto, parâmetro não elencado nesse Código de Posturas.

Ainda no Título III, Capítulo V - Da instalação de engenho de publicidade, são delimitadas as proibições e permissões de instalação. No Artigo 189, temos exposto que as faixas instaladas em logradouro público devem conter mensagens institucionais, veiculadas pelo poder público. Caso veicule mensagens de interesse público poderá ser instalada em até trinta dias.

Outra diretriz importante para essa pesquisa consta no Artigo 246 que intitula a necessidade de licenciamento para o exercício de atividade de diversão pública, ao

que se refere ao termo de responsabilidade técnica e ambiental referente aos equipamentos utilizados.

#### **4.2. A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: *HIGH LINE***

Ao descrevermos, no subcapítulo anterior, os aspectos legislativos para o uso do espaço público urbano, é possível notar que mesmo a disposição do governo em garantir o direito à cidade, este, está condicionado a uma regulação, às vezes implícita como beneficiamento público, ou seja, a uma aceitabilidade dos cidadãos para tal condicionamento.

Mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular o desenvolvimento de cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder. Na verdade, a legalidade urbana organiza e classifica territórios urbanos, conferindo significados e legitimidade para o modo de vida e micropolítica dos grupos mais envolvidos na formulação dos instrumentos legais. Por outro lado, a legislação discrimina agenciamentos espaciais e sociais distintos do padrão sancionado pela lei (ROLNIK, 1999, [s.p.]).

A legislação urbana molda uma situação ideal de convivência urbana. O que ocorre, de fato, nas cidades contemporâneas, é uma produção e reprodução espacial, que se relaciona dentro da legalidade, mas que também anseia por modificações mais efetivas ao direito de uso e acesso e à função social da propriedade.

Para representar tais apontamentos, buscamos como obra de análise retratar a trajetória do *High Line* como espaço de direito de uso e acesso instituído, convergido em um processo de mobilização social para um processo de convencimento e conscientização do governo. A apropriação urbana pode começar num nível coletivo, consciente, de participação cidadã e não institucionalizado e evoluir para uma visibilidade que possibilite o engajamento governamental.

A *High Line* é um parque suspenso de Nova York (EUA), cujo projeto de implementação enfrentou a burocracia pública, os interesses do mercado imobiliário, a descrença dos vizinhos no bairro e a oposição da prefeitura (Figura 3). Essas dificuldades nos ajudam a entender de que maneira os envolvidos no projeto direcionaram ações efetivas de transformação de um local até então desvalorizado.

Figura 3 – Parque suspenso *High Line*, Nova York



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

Antes de se tornar um parque suspenso, a *High Line* estava destinada à demolição. A partir de 1847 implantou-se em Nova York trilhos ao nível da rua para os trens, no West Side, Manhattan. Como consequência, surgiram conflitos entre os trens e o tráfego de veículos e pedestres, tornando as ruas perigosas. Em 1927, a desaprovação civil desencadeou a autorização para remover os trilhos e posteriormente, a linha férrea passaria a ser elevada. Portanto, em 1934 é inaugurada a *High Line*, linha férrea fortemente operacionalizada para transporte de cargas (Figura 4 e 5).

Figura 4 – Construção da linha férrea *High Line*, vista 1



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

Figura 5 – Construção da linha férrea *High Line*, vista 2



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

Sua trajetória perpassa por declínios do uso de linhas férreas e aumento do uso das rodovias para transporte de cargas através de caminhões (Figura 6).

Figura 6 – Uso da linha férrea *High Line*



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

A partir de 1983, com as atividades interrompidas e a aprovação do Congresso para que linhas férreas fora de uso sejam utilizadas como trilha para pedestres e ciclistas, preservando uma futura necessidade de meio de transporte, surgem então, possibilidades de a população usufruir e ressignificar o espaço em potencial.

A linha férrea que antes tinha uma utilidade definida passou a ser definida como um vazio urbano. Bonzi (2013) explica as causas comuns do esvaziamento de espaços urbanos. Dessa forma, podemos citar o fim de ciclos econômicos, mudanças de legislação, substituição de matrizes de transporte, obsolescência de infraestrutura, desmilitarização, especulação imobiliária, contaminação do solo, urbanização inadequada, esgotamento da exploração de recursos naturais, assoreamento de portos e término da vida útil de edificações. O autor relaciona os fenômenos com a transição da economia industrial para a economia com foco em serviços. Como consequência, o local torna-se degradado e reduto de criminalidade, desvalorização de propriedades no entorno. Contudo, podem se transformar em patrimônio ressignificado da cidade.

As dificuldades encontradas por Joshua David e Robert Hammond são retratadas no livro traduzido *High Line* – a história do parque suspenso de Nova York (2013). Os

autores foram os principais responsáveis por desencadear um projeto longo de revitalização do espaço à medida em que se desenvolviam acordos de interesse urbanístico e imobiliário entre a esfera pública e privada.

Quando você olha para nosso primeiro ano, tudo o que fizemos foi entender a paisagem. O projeto envolvia um nível nacional e um nível de governo municipal. Ainda era preciso lidar com a ferrovia e, depois, com a comunidade. Nossos adversários mais assustadores eram os proprietários de imóveis que tinham apoiado o esforço de demolição por anos. Havia mais de vinte deles, e a maioria tinha comprado suas propriedades a preços baixos porque existia uma velha estrutura de ferro sobre elas, em um distrito industrial. E havia o consenso de que, com a produção em declínio, seria feito um novo zoneamento e o uso residencial seria permitido. Eles tinham esperança de aumentar muito o valor de suas propriedades se a ferrovia derrubasse a *High Line* para que pudessem construir nesse espaço (DAVID; HAMMOND, 2013, p. 13).

Nas décadas de desuso, comumente muitas pessoas chamavam a *High Line* de desagradável, o posicionamento era forte no bairro. Em contrapartida, os defensores do espaço buscavam defender a estrutura como identidade local e captar simpatizantes da causa através da beleza da paisagem, a qual era formada por um jardim de plantas silvestres (Figura 7).

Figura 7 – *High Line*, vazio urbano



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

Para tanto, Joshua David e Robert Hammond fundaram a *Friends of the High Line*, uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de defender sua preservação e reutilização como espaço público, assim como a memória do local.

Entender quem era o público não apoiador da função social da *High Line* (Esquema 5) foi importante, pois havia a necessidade de traçar metas de engajamento do público e impulsionar parcerias num cenário bastante negativo, em que as iniciativas da propriedade privada estavam em destaque (DAVID; HAMMOND, 2013).

Esquema 5 – Interseções de engajamento



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Como fator catalisador teve-se o efeito cultural como meio de explorar as potencialidades da *High Line*. Excursões ao local foram agendadas com pessoas da mídia, mediadores, arquitetos e engenheiros renomados, ou seja, montou-se uma equipe que levaria o potencial da *High Line* para a publicidade urbana. Criou-se um concurso de ideias em 2003 para levantar ideias de reuso e resignificação do espaço. Com isso, houve uma fundamentação mais elaborada para “conquistar” o apoio do poder público. O engajamento coletivo facilitou esse apoio.

O concurso visava incitar a discussão do destino da linha férrea e não necessariamente propor ideias realistas e aplicáveis. Como resultado, foram apresentados 720 projetos de 36 países. Com grande exposição e uma variedade de pessoas envolvidas (arquitetos e designers, pessoas midiáticas, estudantes, entre outros), o concurso foi fundamental para tornar a linha férrea amplamente conhecida, sensibilizar e conscientizar as pessoas. Equipes de projetos

interdisciplinares foram montadas envolvendo projeto arquitetônico, design do espaço interior, paisagismo e iluminação.

Muitos grandes projetos públicos vêm de cima para baixo. Um funcionário ordena a coisa, e ela é feita. Não poderíamos ter feito o High Line sem os representantes de Nova York, mas sempre descrevo o High Line como um projeto de baixo para cima. [...] nosso projeto começou no nível comunitário (DAVID; HAMMOND, 2013, p. 127).

A aprovação da Câmara Municipal para o uso da *High Line* como parque suspenso possibilitou ao projeto angariar fundos para a construção do parque (Figura 8). No entanto, a gestão do parque suspenso é feita pela ONG *Friends of the High Line*.

Figura 8 – Finalização construtiva da *High Line*



Fonte: [thehighline.org/history/](http://thehighline.org/history/), [s.d.]

Existe, atualmente, uma estrutura que mantém o parque, que ocorre através de doações de filiados ao projeto, além de programas públicos como palestras, apresentações e atividades coletivas gratuitas ou de baixo custo.

A apropriação desse vazio urbano que era a *High Line* foi uma forma de mobilização social estruturada de baixo para cima, como os mesmos autores definiram. Para além da legislação urbana e do controle dos órgãos públicos, existem as demandas urbanas de interesse coletivo que se transformam em microações de intervenção e que em muitas ocasiões são invisíveis ao conhecimento público (CASTANHEIRA;

SOUZA, 2015; ROSA, 2011). Para os mesmos autores a visibilidade das apropriações urbanas é um fator fundamental de sua valorização e reconhecimento. O sistema de baixo para cima, também chamado de iniciativa ou prática *Bottom Up*, “é um sistema transversal, configurando uma ação de auto-organização. O conjunto trabalha, com um objetivo comum, e, no entanto, a partir dessas rotinas de nível baixo, emerge uma forma coerente” (JOHNSON, 2001 p.15).

Assim, as práticas projetadas por habilidades diversas e interligadas são uma inovação ao planejamento urbano, pois operam num sentido oposto ao praticado pelas estruturas públicas de governo e legislativas, em que a interação coletiva é mais próxima e informal, facilitada por processos de experiências que formatam novos significados às apropriações (CASTANHEIRA; SOUZA, 2015; GUATELLI, 2008 ROSA, 2011).

São práticas presentes no cotidiano das ações de coletivos urbanos. No entanto, podemos inferir que tais práticas são elaboradas a partir de características específicas da estrutura que formaliza esse grupo. Portanto, nos interessa compreender tal estrutura e como os coletivos urbanos se manifestam na cidade de Belo Horizonte, abarcando uma bagagem de possibilidades e conexões que a humanização da cidade oferece, tendo no design, um instrumento de transformação do espaço urbano.

## CAPÍTULO 5

### **O DESIGN TRANSFORMANDO O ESPAÇO PÚBLICO: OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE**

#### 5.1 OS COLETIVOS URBANOS - FORMAÇÃO

#### 5.2 PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO NA CIDADE

#### 5.3 OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE

#### 5.4 O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA NA ATUAÇÃO DOS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE

### **5. O DESIGN TRANSFORMANDO O ESPAÇO PÚBLICO: OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE**

Através de uma fundamentação teórica construída até o momento, foi delimitada a conceituação de democracia, cidadania, espaço público e espaço urbano. Esses conceitos-chaves, na contemporaneidade, se qualificam em suas complexidades, pois a produção e reprodução do espaço público urbano alcançou um dinamismo “intenso” e plural, reflexo dos novos comportamentos e demandas sociais para novas formas da vida urbana. Para tanto, se identifica a emergência de um novo pensamento de planejamento urbano que acompanhe esse ritmo. A base conceitual, então, funde-se às novas perspectivas de transformação das cidades até aqui citadas e apoiadas pelo design. O estudo do espaço público urbano, e aqui demonstrado, não é fragmentado, é por meio de sistemas, ou seja, por abordagens conectadas entre si. É o estudo de um conjunto de fatores relacionados por um contexto.

Assim, os fenômenos urbanos formam uma totalidade do espaço urbano e relacionam entre si como ação e reação, causa e efeito. A estrutura do espaço

público urbano é regida por parâmetros de controle do governo, o qual impacta em como ele é percebido como agente cultural, e como reação, no fomento das práticas de cidadania.

Esse entendimento leva ao objeto de estudo da pesquisa: os coletivos urbanos de Belo Horizonte, na perspectiva do design. E, portanto, os fenômenos de apropriação coletiva do espaço público urbano.

### **5.1. OS COLETIVOS URBANOS - FORMAÇÃO**

Primeiramente, ao dissertar sobre comportamento coletivo e ação social busca-se na herança do conhecimento as bagagens advindas de obras de Marx, Durkheim e Weber, para assim se construir a linha de raciocínio e a trajetória de movimentos sociais, numa abordagem moderna da contribuição de Charles Tilly e sua evolução para coletivos urbanos (MACHADO, 2007; BISON; DIANI, 2010). Sem intuito de aprofundamento histórico desses autores, limita-se a afirmar que o processo de conceituação de movimento social é resultado das contribuições desses autores.

Assim, Machado (2007) aborda pela perspectiva de Neil Smelser (1962), que o comportamento coletivo é reflexo de uma situação de tensão e é antecessor à ação social. Juntando a tendência do sistema social a gerar comportamentos coletivos, a tensão estrutural vigente num contexto espacial e temporal na sociedade, os meios de mobilização dos participantes e o controle social estabelecido, têm-se os possíveis caminhos para a ocorrência de movimentos sociais.

De um lado, atores que conformam a rede do movimento constroem e tentam implementar modelos alternativos mediante experiências que, em geral, são de pequena escala. Tais experiências, que funcionam como projetos-piloto, podem tanto estar inseridas em políticas de governos permeáveis às propostas dos movimentos, quanto serem desenvolvidas por fora das políticas públicas, na condição de experiências da sociedade civil (ABERS, *et al.*, 2018, p. 110).

Historicamente, os movimentos sociais até as décadas de 1970 e 1980 estavam relacionados, mesmo que incoerentemente, às lutas políticas mais radicais e de classes por causa das relações produtivas existentes do capitalismo. A partir de 1980, então, os estudos são direcionados para o entendimento dos novos

movimentos sociais, e dentro dessa concepção têm-se os coletivos, fruto das relações de identidade coletiva, complexidades urbanas e relações entre o público e o privado no desenvolvimento das cidades (ABERS, *et al.*, 2018; BISON; DIANI, 2010; MACHADO, 2007).

Os coletivos urbanos (também denominados coletivos sociais)<sup>8</sup>, no Brasil, iniciaram suas atividades a partir do final do século XX, entre as décadas de 1980 e 1990, num contexto sociocultural de preocupação com as ações empreendidas pelo poder público, intensificando suas atividades nos últimos anos através de práticas culturais e urbanas voltadas para o exercício da cidadania e a transformação da vivência na cidade. Eles se caracterizam pelo trabalho voluntário e em rede, geralmente com parceria de instituições públicas e privadas e pela equipe diversificada - os integrantes costumam possuir expertises variadas, o que facilita a estrutura organizacional do coletivo, não havendo, porém, hierarquias. Isso confere a horizontalidade organizacional, reforçada por MACHADO (2007, p. 249) em que os coletivos:

[...] passam a se caracterizar com base em uma atuação cada vez mais em forma de rede, pela formação de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores.

Ainda segundo o autor, essa interferência ao ordenamento público por meio da consciência cidadã, na contemporaneidade firma a necessidade de uma nova cultura organizacional para os coletivos, com a ascensão das tecnologias de informação, como forma de apropriação estratégica e que alteram a comunicação e relacionamento nas formas de ação coletiva.

No Brasil, o recurso da criatividade e da imaginação potencializa um perfil de atividades de cunho crítico e resistência a uma hegemonia do poder público governamental e instituições privadas no espaço urbano. Suas atividades se baseiam principalmente na intervenção urbana, mas abarcam também performances artísticas nas ruas, campanhas midiáticas de engajamento social, filmagens *in loco* e oficinas de experimentação com tecnologias digitais.

---

<sup>8</sup> O termo possui variações adotadas na literatura acadêmica, não possuindo, portanto, uma nomenclatura rígida. A construção histórica do termo justifica os usos acadêmicos.

A comunicação e a criatividade adquirem importância fundamental para a construção de um posicionamento crítico. [...], as modalidades comunicativas, colaborativas e expressivas tornam-se, em si mesmas, práticas de resistência, capazes estabelecer novos arranjos subjetivos, novos modos de ser e estar no mundo (MAZETTI, 2008, p. 106).

O coletivo urbano seja ele artístico ativista ou de cunho urbanístico, tem como premissa as “ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza dos elementos envolvidos; condições de encontro, agitação, turbulência” MORIN (2002, p. 74). Um intuito para tal comportamento é a modificação do plano da experiência social cotidiana, ainda sob o domínio da esfera governamental, por exemplo, refletida pelas hierarquias do planejamento e desenvolvimento urbano, que estruturalmente e culturalmente fomentaram a vivência urbana. “Assim, a interatividade se manifesta como uma propriedade importante da rede em que se estruturam as organizações coletivas” (TEIXEIRA, 2015, p. 209).

As intervenções urbanas propostas pelos coletivos são direcionadas para uma experiência estética (num primeiro momento) com o propósito de estabelecer novas formas de perceber o cenário urbano e fomentar diferentes níveis de interação (físico, afetivo, emocional, cognitivo) com a cidade. Dessa forma, torna-se possível distanciar-se da objetividade funcional que envolve o cotidiano. Já a intervenção artística tem ligações com a arte conceitual e geralmente incluem alguma performance de impacto (TEIXEIRA, 2015).

Fontes (2011) delimita em oito dimensões a arte pública como instrumento de intervenção urbana, sendo elas: o transitório, pequeno, particular, subversivo, ativo, interativo, participativo e relacional, sintetizadas por Pereira (2018, p.1). Essas dimensões estão relacionadas aos resultados efetivados ou aos propósitos estabelecidos com a presença da intervenção (Tabela 1).

Tabela 1 – Dimensões da arte pública como intervenção urbana

<p><b>Dimensão do transitório, do pequeno e do particular</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Duração rápida no espaço.</li> <li>- Ações modestas e simples, que exigem poucos gastos e mão de obra para acontecerem.</li> <li>- Confronto e relação com o suporte físico que a intervenção está instalada.</li> <li>-</li> </ul>	<p><b>Dimensão subversiva</b></p> <p>Desafia as regras vigentes, fazendo com que os indivíduos questionem aonde as intervenções os pretendem conduzir</p>
<p><b>Dimensão ativa</b></p> <p>Tática de conquista do espaço, com a capacidade das intervenções de recuperarem lugares, movimentar rotinas.</p>	<p><b>Dimensão interativa, participativa e relacional</b></p> <p>Promove relações a nível de usuário/ espaço/agentes. Amabilidade urbana</p>

Fonte: Pereira, 2018

Ressalta-se que esses coletivos, em seus agrupamentos, não necessariamente possuem uma estrutura fixa e própria. Com relação aos recursos financeiros, não possuem uma captação estável. Se diferenciam de negócios sociais e organizações não-governamentais. De acordo com Yunus<sup>9</sup> (2014, *apud* MARTINS, 2016, p.24.) o negócio social visa a maximização do impacto social, assim como as ONG's. E, nesse ponto, os coletivos se assemelham aos dois modelos. Se diferenciam nos meios de sobrevivência. As ONG's se mantêm através de doações e os negócios sociais são autossustentáveis. Eles oferecem soluções para problemas sociais e estão inseridos no mercado.

As características próprias das atividades brasileiras podem ser explicadas pela posição do país na periferia do capitalismo global. Assim, as experiências e combates em relação à sociedade do espetáculo, a cultura do consumo e da invasão do espaço público pela publicidade são tratadas de formas específicas e se

<sup>9</sup> YUNUS. Yunus Negócios Sociais. O que são negócios sociais. Disponível em: <<http://www.yunusnegociossociais.com/#!o-que-so-negcios-sociais/csrd>>. Acesso em: 09 de novembro de 2014.

restringem a uma parcela da população (MAZETTI, 2006), que por sua vez, nem sempre consegue extrapolar suas atividades para além do campo artístico e cultural (Cabral, 2005). As práticas de intervenção urbana, retratadas por Morin (2002), se propõem a extrapolar a experimentação estética numa união entre arte e vida, e se colocam de forma crítica na sociedade.

Em contraposição às intervenções urbanas, têm-se os projetos de requalificação urbana. Ligado a isso, no Brasil, a intensa demanda por projetos de requalificação urbana teve início no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a partir do aumento dos movimentos sociais e dos coletivos urbanos (BATISTA, 2017; JAYME; TREVISAN, 2012). Esses projetos são elaborados pela parceria do poder público com a iniciativa privada e são desenvolvidos em cidades com caráter turístico, em sua maioria. No geral, eles possuem um caráter higienista e de gentrificação, pelo fato de produzirem novos hábitos e comportamentos, modificarem a dinâmica sociocultural e econômica do local e suscitar novos consumos.

Essas duas vertentes são aqui exploradas como meio de compreensão para os comportamentos de coletivos sociais e a esfera pública/privada.

Nas últimas décadas, essa requalificação vem sendo justificada pela valorização da cultura e das experiências locais. Mas, percebe-se a apropriação do patrimônio histórico, das tradições locais e da cultura popular como mercadoria e suporte, a fim de valorizar o debate da importância da revitalização, num discurso globalizado sobre o futuro das cidades (BOTELHO, 2006; JAYME; TREVISAN, 2012). Este discurso transformou a prática de conservar a cidade, que passou a ter mais valor local através da resignificação urbana.

Esses projetos partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido do lugar ao tomar o cidadão como consumidor, identificado pelo seu poder aquisitivo. Essa prática é, obviamente, segregatória (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 368).

No contexto do ano de 2012, os autores indicam que em Belo Horizonte os processos de intervenção dos espaços públicos pareceram não seguir a direção da gentrificação, mesmo que se perceba a busca de embelezamento e mesmo higienização em alguns casos. O foco estava na valorização do Centro e no

desenvolvimento econômico, sem inserir a cidade no fluxo do turismo e consumo (MOREIRA, 2008).

[...] agora que muitas das intervenções já estão concluídas, é possível perceber que esse processo alterou a paisagem urbana do centro histórico da cidade sem, contudo, provocar grandes transformações no modo de vida de seus usuários. Talvez esses processos não tenham sido pensados unicamente como intervenções voltadas para o mercado, o entretenimento e o consumo cultural (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 368).

Para Moreira (2008), as políticas de revitalização em Belo Horizonte buscam salientar o público interno, não convergindo para a transformação do sentido e identidade local como demanda a cultura globalizada. A formatação dos projetos evidencia soluções para questões locais, estabelecendo uma conexão com o público afetado. Talvez, por este fato, as intervenções urbanas, elaboradas pelos coletivos urbanos, obtenham maior receptividade da população. Elas buscam entender a forma como o cidadão se apropria do local que frequenta, e qual seu papel nessa apropriação.

No entanto, atualmente, mesmo que a requalificação urbana não acarrete novas relações sociais e de consumo, preservando os usuários locais que usufruem da cidade cotidianamente, é possível perceber a possibilidade de os espaços planejados e reconfigurados apresentarem usos não programados, bem como a transformação destes espaços em vários lugares, demarcando a sociabilidade e apontando novas interpretações. E, isso impacta as ações coletivas, em busca da resistência de hegemonias e perda do direito de uso, modelando para os coletivos uma mobilização consciente dos efeitos gentrificadores.

O Baixo Centro de Belo Horizonte, cenário de intervenções físicas recentes ancoradas no passado, experimenta, nos últimos anos, uma apropriação diferente e renovada, compartilhada com os usos tradicionais da região. Se a origem dessa movimentação pode não ser identificada com facilidade, a intensa utilização e apropriação dos espaços dessa área – que não estavam previstas na intervenção original – ligada, principalmente, a manifestações culturais diversas, permitem colocar em questão as discussões que apontam para o declínio do espaço público (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 370).

O fluxo constante de pessoas na área, tanto diurno, pela circulação de pedestres e de veículos, quanto noturno, que em sua maioria, está relacionado às atividades culturais, indica que a população vem usufruindo de forma intensa dessa região. Assim, a região central de Belo Horizonte vem apresentando condições para a

existência de uma multiplicidade de usos e públicos. Se alguns estudos apontam para modificações da convivência nos espaços públicos, como delimitações elitizadas e segregações, bem como o empobrecimento de sua vitalidade, há espaços urbanos que ainda mantêm a conservação da diversidade de pessoas, de atividades, de usos e culturas.

É fundamental que as investigações a respeito do espaço urbano busquem compreender o papel das intervenções nesses processos de ressignificação, qual a influência nas formas de apropriação do lugar por parte da população e que interpretações são feitas a partir das ações implantadas. Este questionamento norteia o entendimento em rede e amplia a visão do estudo, abrangendo as relações entre o espaço, a ação e o público. Percepções, essas, que também são influenciadas pela perspectiva do papel do jovem e dos novos comportamentos oriundos da tecnologia, conforme foi abordado no capítulo 3.

## **5.2. PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO NA CIDADE**

### **5.2.1. EXERCÍCIO DE MAPA MENTAL**

No dia 16 de abril de 2019, durante a disciplina optativa 'O design e as práticas de cidadania', ministrada pela autora e pela orientadora Professora Doutora Rita Aparecida da Conceição Ribeiro, em exercício com os alunos dos cursos de graduação em Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes e Artes Visuais da Escola de Design, da Universidade do Estado de Minas Gerais, foram mapeadas as principais linhas de atuação de coletivos urbanos, na cidade de Belo Horizonte. A ementa da disciplina pode ser encontrada no APÊNDICE A.

Utilizada no mapeamento, a técnica de mapa mental tinha como centralidade e objetivo a construção do papel do público no espaço urbano (Esquema 6). Essa consciência, quando coletiva, se transforma em objetos de estudo e ação por parte de atores sociais, ou seja, os agentes de transformação social.

Foram utilizados textos-base para fundamentar o conteúdo exposto e desenvolvido no mapa mental e extrair palavras-chave que sintetizassem os textos-base. Dessa centralidade se destrincharam em três potencialidades, sendo elas as palavras-chave: ocupação/apropriação; criação de identidade do lugar; design e experiência.

Em primeiro momento, listavam-se atributos da problematização e no segundo momento geravam-se as conexões entre as três potencialidades de atuação. Esse material possuiu dois objetivos:

- Listar os cenários de atuação dos coletivos urbanos.
- Estruturar o envolvimento do design para o fomento das ações coletivas.



Conforme objetivo da atividade, as três potencialidades percebidas - ocupação/apropriação; criação de identidade do lugar; design e experiência - delimitaram os cenários de atuação dos coletivos urbanos. Entendemos que as ações sociais de ocupação/apropriação de um lugar podem ser desencadeadas por causa das necessidades primordiais dos indivíduos, como habitação e atividade laboral. Devido ao contexto de vida e sobrevivência criam-se processos inclusivos para tais necessidades. Além disso, podem modificar a usabilidade, e a partir de conexões identitárias, ou seja, a criação de identidade do lugar, em que se fortalece o espaço de apropriação dos jovens, criam-se manifestações do direito de uso e acesso, da mobilidade consciente e da valorização da identidade cultural.

Portanto, descrevemos analiticamente, os cenários investigativos dos coletivos urbanos de Belo Horizonte.

#### Cenário 1: Direito de uso e acesso

Podem remeter à diversidade, inclusão e exclusão social do cidadão nos dispositivos públicos (materialidade). Tem uma característica abrangente e relacionada à infraestrutura urbana e segurança, também explorada pelo fator gênero, idade, etnias e classes. O uso e a ocupação de vazios urbanos, manifestação da função social da propriedade e a valorização do patrimônio material e cultural. Explora e analisa dois caminhos que podem ser tangibilizados por meio do uso e acesso no espaço público urbano, sendo o viés democrático e o viés de privilégios. Também está relacionado à função social da propriedade e mecanismos de fraca interação entre espaços de trabalho, lazer e moradia. Remetem, também, ao conflito entre a negação do uso do espaço público, em prol de uma segurança e motivada pela individualidade, com a resistência coletiva e a manifestação de identidades culturais e territórios.

#### Cenário 2: Mobilidade

Nesse campo é possível explorar a função da mobilidade humana para além da necessidade de deslocamento. É possível entender que a partir da mobilidade, o cidadão pode explorar as vivências urbanas e exercer o direito de uso e acesso, e que para isso deve haver um privilégio ao pedestre ou ciclista sobre os veículos motorizados. “O que experimentamos no trajeto urbano é condicionado pelo meio de

transporte que utilizamos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 10), assim, o que será visto e vivido na cidade por pedestres e usuários de ônibus e bicicleta será distinto do usuário de um automóvel (DUARTE; SANTOS, 2012). Nesse âmbito que se dialoga sobre as errâncias urbanas e a experiência da alteridade, no discurso de romper com a rotina acelerada, com o estresse coletivo e promover a sensação de pertencimento de um lugar. A mobilidade também está relacionada com o impacto ambiental dos veículos motorizados e a violência no trânsito. A mobilidade pode ser um fator de análise da infraestrutura de uma cidade. Ou seja, as prioridades do governo quanto à distribuição espacial da cidade, na relação entre trabalho, lazer e moradia. E, o fomento do consumo na sociedade faz com que o carro continue sendo objeto de desejo por muitos, por estar relacionado à manifestação de um status social e comodidade.

### Cenário 3: Trabalho

Foi interessante ver a construção em sala de aula da relação do trabalho com as pessoas em situação de rua. Essa consciência é difundida em estudos sociais contemporâneos em dois pontos de vista: como as atividades laborais de pessoas em situação de rua afetam as relações de convívio nos espaços públicos da cidade e os possíveis projetos sociais de inserção de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho. Ao trabalho, também é possível perceber as práticas sociais de valorização e resgate de valores humanos de algum trabalho efetivado no espaço público urbano.

### Cenário 4: Identidade cultural

A arte urbana se manifesta no espaço físico e se firma como instrumento de crítica social. A arte é uma expressão de identidade, assim como os lambe-lambes, as peças gráficas de intervenção artística e as performances. Nas performances se identificam criações de territórios e os contrastes das trajetórias juvenis e adultas, nas especificidades das gerações, exemplo dos duelos de Mc's no Viaduto Santa Tereza, e o Quarteirão do Soul, ambos em Belo Horizonte. A abordagem local também é um fator de manifestação da identidade cultural e costumes de uma comunidade. Os bairros de uma cidade devem ser entendidos por meio da abordagem local, uma vez que, possuem especificidades que os caracterizam e os

diferenciam. Há também que se considerar como se projetam as relações sociais no espaço urbano entre as gerações, os gêneros, as etnias e as classes. O patrimônio material e público de uma cidade também é objeto de estudo para as práticas sociais, que objetivam construir a valorização do bem em oposição às demandas imobiliárias.

#### Cenário 5: Moradia

O direito à moradia, tanto em Belo Horizonte, quanto em outras cidades do Brasil, não é efetivamente implementado pelo governo e, na contemporaneidade, o exercício desse direito é manifestado pelas ocupações urbanas, potencializadas em ações coletivas. Com isso, vemos também os crescentes estudos e as oficinas urbanas sobre materiais alternativos para construção que viabilizem os projetos sociais de moradia urbana.

### **5.2.2. PERCEPÇÕES COLABORATIVAS ENTRE COLETIVOS URBANOS E O DESIGN**

Os cenários expostos são inter-relacionais, ou seja, seus fenômenos possuem uma relação de causa e efeito. O ato de ocupar e apropriar um espaço público urbano pode ser causado por uma necessidade de uso e acesso, de mobilidade, de trabalho, de significação cultural ou moradia, e ambos os cenários são uma forma de manifestação identitária, extensionada pelo indivíduo no seu comportamento em conjunto com uma similaridade coletiva, e propiciada pela experiência.

Dessa forma, a experiência urbana pode começar na significação de um lugar e na humanização dos espaços, fatores de efetivação da sociabilidade. A interação e a democratização podem gerar usos não previstos e uma nova significação. Ao designer, é interessante perceber se as conexões, aqui apresentadas no mapa mental, podem ser fundamentadas em um modelo social para a transformação do espaço público, mesmo considerando o contexto local. É interessante, também, perceber que a comunicação e a usabilidade são fundamentais para a qualidade do espaço público urbano. E elas podem ser elaboradas por meio das ferramentas do design, e em rede, com a participação das áreas de estudo do espaço urbano.

Percebemos, então, que é função do design e das áreas afins analisar a problemática urbana, apontar caminhos facilmente implementáveis e aceitáveis e estabelecer variáveis que fomentem possíveis transições ocorridas, dentro de um ciclo sustentável.

### **5.3. OS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE**

#### **5.3.1. METODOLOGIA PARA AS ENTREVISTAS**

Com base na fundamentação teórica desenvolvida foi possível estabelecer os critérios para escolha dos coletivos urbanos entrevistados. Tal ação estabelecida foi necessária, uma vez que não foi possível mapear, com precisão, quantitativamente os coletivos urbanos e conseqüentemente todas as linhas de atuação, pois não há um registro público ou coleta desses dados, no período em que essa pesquisa foi realizada. Ressalta-se que, o impacto social dos coletivos urbanos é reconhecido na esfera pública/privada, podendo ressaltar as alterações na estrutura do atual planejamento urbano da cidade, de acordo com as novas diretrizes do Plano Diretor do município de Belo Horizonte. Foi desenvolvida a listagem dos coletivos de Belo Horizonte, de conhecimento da autora e informados por meio de divulgação digital (sites dos órgãos públicos, portais de notícias e artigos, redes sociais). A listagem pode ser encontrada no APÊNDICE B.

Os critérios estabelecidos foram:

- Tempo de atuação

Fator importante para entender como os coletivos se sustentam e se organizam perante às demandas urbanas. Que elementos são diferenciais diante de outros coletivos.

- Proximidade com a gestão pública

Fator de compreensão do relacionamento entre os coletivos e a gestão pública. Entende-se que a gestão pública oferece o controle do espaço público urbano e

dialoga com as práticas urbanas efetivadas por meio de atores sociais. A compreensão, também, dos impactos da burocracia nas atividades coletivas.

- Ênfase no convívio social (nos espaços delimitados durante a pesquisa)

De acordo com o recorte da abordagem da cidadania no espaço público urbano e o fator de transformação social.

Diante dos critérios estabelecidos, alguns coletivos foram destacados e a seleção dos entrevistados ocorreu de acordo com a facilidade de contato da autora com os coletivos e, também, com o aceite dos coletivos em participar da pesquisa.

Cada coletivo foi entrevistado individualmente, por meio de um membro do grupo. Foi realizada duas entrevistas presenciais - Coletivo Micrópolis e Coletivo Desestressa BH - e duas entrevistas a distância, através do aplicativo WhatsApp e via e-mail - Movimento Nossa BH e Coletivo Gentileza, respectivamente. Para o Movimento Nossa BH foi enviado o roteiro via e-mail e o participante optou por respondê-lo através de áudios organizados no aplicativo WhatsApp. Aos participantes foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contido no APÊNDICE C.

O roteiro estabelecido para as entrevistas foi composto por 10 iniciais questionamentos:

1. Explique um pouco o processo da atividade de um coletivo urbano.
2. Quais potencialidades são percebidas para o uso do espaço público?
3. Quais os desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo?
4. Quais os objetivos a serem alcançados?
5. As ações coletivas envolvem a multidisciplinaridade. Como vocês percebem o papel do design no processo de transformação do espaço público?
6. Como é possível mensurar os resultados das ações na percepção do espaço público por parte dos cidadãos?
7. De que forma a legislação urbana influencia no trabalho de apropriação do espaço público?
8. Qual a percepção adquirida do cidadão que habita a cidade? Feedback recebido.

9. Como é a relação com as instituições governamentais?

10. Como os coletivos captam a participação cidadã?

As entrevistas presenciais ocorreram de duas formas: com o Coletivo Micrópolis foi utilizado, como cenário, o local de trabalho, e com o Coletivo Desestressa BH, o cenário foi mais informal, em uma sorveteria, a pedido do entrevistado, resultando também em uma conversa mais fluida. Em ambos os casos, foi perceptível que os entrevistados se sentiam confortáveis com a entrevista. As informações, em alguns momentos, foram disponibilizadas de forma genérica. Não foi percebido situações de incômodo, no entanto, duas perguntas não foram compreendidas de imediato, sendo consideradas complexas pelos participantes:

- 5. As ações coletivas envolvem a multidisciplinaridade. Como vocês percebem o papel do design no processo de transformação do espaço público?
- 7. Qual a percepção adquirida do cidadão que habita a cidade? Feedback recebido.

Buscou-se também compatibilizar o roteiro das questões com os objetivos da pesquisa. Para tanto, através do trabalho de Santos (2016) foi possível identificar o caminho para tal compatibilização. Manzini (2003) sugere a estruturação de um quadro analítico para melhor análise do propósito da pergunta (Tabela 2).

Tabela 2 – Quadro análise do roteiro da entrevista

Questionamento	Propósito
1.Explique um pouco o processo da atividade de um coletivo urbano.	Entender como os grupos se definem ou se definiam enquanto propósito e estrutura.
2.Quais potencialidades são percebidas para o uso do espaço público?	Compreender as maneiras pelas quais a atividade gerava impacto social e como definiam o objeto de estudo.
3.Quais os desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo?	Explorar em análise as contribuições e habilidades em potencial do Design.
4.Quais os objetivos a serem alcançados?	Compreender as prioridades do grupo.
5.As ações coletivas envolvem a multidisciplinaridade. Como vocês percebem o papel do design no processo de transformação do espaço público?	Entender individualmente a importância do Design para o coletivo urbano.
6.Como é possível mensurar os resultados das ações na percepção do espaço público por parte dos cidadãos?	O método utilizado para captar viabilidades de implementação e aceitabilidades.
7.De que forma a legislação urbana influencia no trabalho de apropriação do espaço público?	A interferência da legislação nas atividades do coletivo e na expressão da cidadania no espaço público urbano.
8.Qual a percepção adquirida do cidadão que habita a cidade?	Feedback recebido.
9.Como é a relação com as instituições governamentais?	Entender como ocorria o relacionamento com as instituições públicas de governo.
10.Como os coletivos captam a participação cidadã?	Entender o meio de captação.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Durante as entrevistas, algumas respostas foram amplas e respondiam outras questões, justificando, portanto, a opção de retirar algumas perguntas e não tornar a comunicação repetitiva.

### 5.3.2. COLETIVO MICRÓPOLIS

Síntese da entrevista com o Coletivo Micrópolis (Tabela 3). O Coletivo ainda está ativo.

Tabela 3 - Síntese da entrevista com o Coletivo Micrópolis

<p><b>A trajetória e o diferencial do coletivo</b></p>
<p>O Coletivo Micrópolis foi “formalizado” em 2012 – o grupo estudava na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diante das oportunidades externas à UFMG, elaborou o portfólio e a identidade visual para o Coletivo. Ainda no curso de graduação desenvolveram o trabalho de conclusão de curso (TCC) de forma coletiva na modalidade pesquisa-projeto. Durante o primeiro semestre houve a inserção do grupo no Bairro Calafate, para diagnóstico de uma situação problema. Os outros seis meses, foram para realizar a tarefa prática de intervenção física – projeto. O grupo sempre se sentiu estimulado a trabalhar em grupo e antes da formalização já desenvolvia, em parceria, pequenos projetos no espaço público urbano. O TCC foi entendido como o início da carreira do grupo, não somente a finalização do curso de graduação. Nesse momento já esboçavam os ideais do grupo.</p>
<p><b>A estrutura do coletivo</b></p>
<p>Trabalham quatro horas diárias com as atividades do Coletivo e o restante em atividades paralelas. Existe a diversidade de atuação. Além das práticas urbanas, pesquisas sobre o espaço urbano, ações educativas museológicas e de centros culturais e cenografias, desenvolvem projetos de foco diferente ao anteriormente citado, como projetos de arquitetura de viés residencial e comercial (através do Coletivo). Inicialmente o grupo era formado por 6 membros com adição de mais um membro posteriormente. Isso dificultou a autossuficiência financeira do grupo. Atualmente são 4 membros. O desligamento dos membros ocorreu de forma natural, a partir de novas oportunidades laborais. A saída de membros permitiu um pouco mais de equilíbrio ao grupo.</p>
<p><b>Existência de apoio financeiro para manter o coletivo</b></p>
<p>Não possuem apoio financeiro e a renda advinda do coletivo vem da captação de projetos.</p>
<p><b>O foco e as atividades dentro do coletivo</b></p>
<p>Foi relatado que o grupo se divide em frentes de trabalho. As atividades são realizadas coletivamente, no entanto, para fins de comunicação há sempre um responsável e comunicador. Nas iniciativas conseguem intervir com propostas artísticas e urbanísticas (objeto construído) em pequena escala, trabalhando sempre as particularidades e identidades locais que apontem novas possibilidades de engajamento da comunidade e a transformação do espaço.</p>

<p><b>Possibilidades de apoio</b></p>
<p>O apoio financeiro varia de acordo com as especificidades de cada projeto (projetos de cunho social), assim como o apoio de equipes transversais. Foi relatado que o apoio financeiro nem sempre ocorre. Porém, o grupo não deixa de realizar os projetos, devido aos ideais do grupo.</p>
<p><b>Potencialidades percebidas para o uso do espaço público urbano</b></p>
<p>A cidade de Belo Horizonte está mais sensível e acessível às questões sobre o direito à cidade. Existe a vontade coletiva.</p>
<p><b>Percepção adquirida do cidadão que habita a cidade. Feedback recebido.</b></p>
<p>A atuação coletiva no espaço público urbano está sendo positiva e as pessoas, cada vez mais, estão compreendendo a importância da apropriação e se conscientizando dos impactos da vivência urbana. Isso está relacionado ao contexto político. A entrevistada relata a tendência do avanço dessa percepção.</p>
<p><b>Desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo</b></p>
<p>Foi relatado que o principal desafio atualmente é a desburocratização do espaço público urbano. A dificuldade de uso e acesso na cidade. A repressão dos órgãos públicos. O grupo entende que existe uma tendência de os órgãos públicos não quererem se responsabilizar diante das ações. E isso é um motivo para os processos de acesso serem dificultados. Eles ressaltaram que os movimentos de resistência são uma forma de contrapor essa barreira burocrática e também para mostrar que a apropriação urbana nem sempre precisa ser burocrática.</p>
<p><b>A influência da legislação urbana no trabalho de apropriação do espaço público</b></p>
<p>A entrevistada citou que o Código de Posturas é um dificultador para o cidadão. Citou o exemplo dos ambulantes e as formas de controle utilizadas para determinar a atuação dos ambulantes.</p>
<p><b>A relação com as instituições governamentais</b></p>
<p>Ela é favorável de acordo com o interesse dos órgãos públicos. Ressalta que é importante entender esse sistema público. Exemplo citado: os editais de incentivo às práticas urbanas. Entender o funcionamento para poder aproveitar os recursos e estipular a comunicação com os órgãos públicos.</p>
<p><b>Se enxergam as parcerias governamentais como indispensáveis ao coletivo</b></p>
<p>Sim. Em torno de 50% do trabalho do Coletivo está relacionado com a parceria dos órgãos públicos.</p>

<b>Percepção do papel do design no processo de transformação do espaço público urbano</b>
A entrevistada achou a pergunta difícil. Inicialmente teve dificuldade para relatar o trabalho do design no Coletivo. Para a entrevistada o design é um instrumento de comunicação e informação. Criar uma linguagem acessível ao público. Estudar e trabalhar com o espaço público gera uma linguagem complexa, técnica (legislação).
<b>Como os coletivos captam a participação cidadã</b>
Em projetos que exista a abordagem de pessoas, nos locais públicos, ela acontece por meio de uma situação de troca, para que o participante se envolva. Em troca de informações e envolvimento nas atividades, o grupo desenvolvia algumas práticas que favoreciam o participante.
<b>Os objetivos a serem alcançados</b>
O grupo deseja desenvolver seus ideais e as contribuições para o espaço público urbano e que esses gerem um retorno financeiro confortável para que eles possam se sustentar sem abrir mão desses ideais e dessas práticas. Enfatizam a importância das práticas urbanas para a sociedade e o exercício da cidadania.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Para demonstrar a atuação do Coletivo Micrópolis, alguns projetos de intervenção do grupo serão abordados: Projeto Calafate, Projeto Por que a rua dá medo? e o Projeto Parklet Lá da Favelinha.

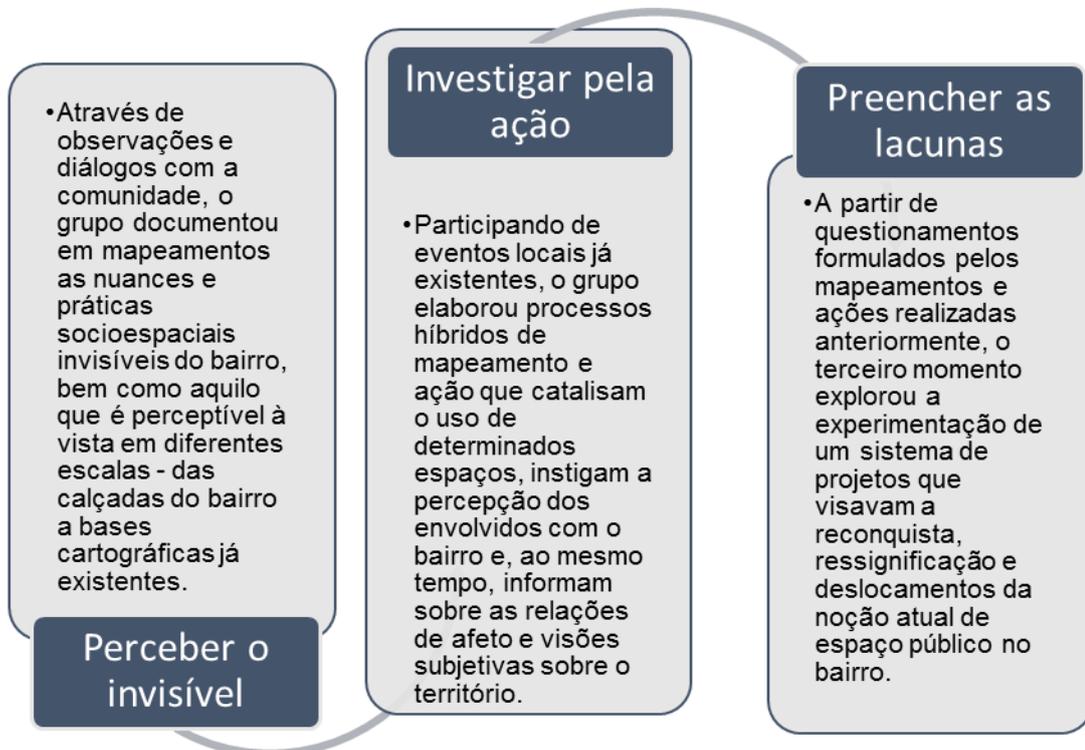
### 5.3.2.1. PROJETO CALAFATE

O Projeto Calafate foi uma intervenção do grupo, ocorrida em 2014 com o objetivo de fomentar para a população local a apropriação individual e coletiva do espaço público, delineado por duas diretrizes norteadoras, a democratização do uso do bairro Calafate, Belo Horizonte, e a identidade urbana. Constatou-se um processo de afastamento da comunidade nos locais comuns, como as praças e as ruas. Atritos entre mobilidade, interatividade, apropriação, vazios urbanos e outros usos demonstraram a necessidade de revisão dos métodos para a gestão pública do bairro.

O projeto fundamentado a partir de três processos coerentes com a prática projetual do design manteve um alinhamento sistêmico em suas fases: observação e adaptação ao local, convivência e proposta de intervenção, conforme exposição da equipe diante da estrutura do trabalho (Esquema 7):

Nossa inserção no Calafate buscou exercitar, desde o início, meios de infiltração e envolvimento que permitissem uma visão otimista do território e, em vez de identificar mazelas a serem resolvidas, despertassem possibilidades a serem fomentadas. O diagnóstico foi substituído pelos mapeamentos processuais, e os questionários tendenciosos, por ocasiões banais que suscitam conversas. Estruturamos nossa metodologia de imersão no bairro em três momentos [...]. Eles não estão divididos cronologicamente, nem hierarquicamente, mas são simultâneos, de modo a possibilitar interferências entre si. O que os diferencia é o limiar entre o caráter investigativo e o propositivo. Isto é, são aplicados ora para nos informar, ora para ativar transformações no bairro. É claro que qualquer observação, por mais discreta que seja, constitui em si mesma um elemento transformador do espaço. Ao mesmo tempo, toda ação concreta traz algum aprendizado sobre o lugar (Micrópolis, 2014, [s.d.]).

Esquema 7 - Fases do projeto Calafate, Micrópolis.



O Coletivo Micrópolis identificou no bairro Calafate quatro potenciais propostas de intervenção para retomada das práticas realizadas na rua pelos moradores: cinema, escola, jornal e praça, explicitados no livro gerado após o trabalho desenvolvido no bairro. A decadência do uso da rua, dos espaços públicos do bairro pode ser explicada pelo fator insegurança. O grupo identificou que os residentes desenvolveram resistência quanto a importância da participação cidadã e do diálogo para a apropriação e gestão de hábitos, usos e consumos coletivos que fortalecem a sustentabilidade do espaço público.

Para o projeto da praça, o grupo levantou elementos de memória dos residentes e que fossem possíveis serem recolados no espaço, para que a praça retomasse sua função de ambiente de lazer e interação do bairro (Figura 9).

Figura 9 – Projeto da praça, Calafate



Fonte: micropolis.com.br (2018)

Ainda que a metodologia do projeto não formalizou o uso do design no processo, tanto em ações táticas quanto em ações estratégicas, reconhece-se sua importância para direcionar as etapas processuais. Ao substituir questionários e métodos clássicos de abordagem por diálogos e convívio com a comunidade estudada, verificou-se um melhor engajamento do público nessas etapas. A visualidade e os elementos gráficos também foram um recurso bastante explorado, e através destes o usuário se tornou agente ativo no processo (Figura 10).

Figura 10 – Definições do projeto da praça, Calafate



Fonte: micropolis.com.br (2018)

A partir da análise da ação do coletivo identificou-se que o mapeamento de cenários é uma estratégia condizente na elaboração de propostas que visam a transformação social de um lugar, apoiado pela visão ampliada do contexto, nas quais as informações são interligadas e pelo diagnóstico ser feito em campo, com a equipe inserida no cotidiano da comunidade. As referências coletadas foram estímulos para a associação de ideias. Os cenários, portanto, configuram exercícios de traçar

futuros possíveis, a partir das possibilidades que o contexto oferece, que se traduzem em imagens ou mapas. é um método apropriado para o objeto de estudo e apresenta um potencial de mediador nas relações sociais vigentes no lugar, acarretando um processo de compreensão e estruturação de um modelo síntese da realidade apresentada. É o momento que o designer e a equipe exploram os limites projetuais e apontam caminhos para a solução projetual.

#### **5.3.2.2. PROJETO POR QUE A RUA DÁ MEDO?**

O Projeto Por que a rua dá medo? foi um resultado do Encontro Urbe Urge em Belo Horizonte, uma parceria entre o Piseagrama e o BDMG Cultural. No encontro, que tinha como formatação seminários e encontros sobre como habitar a cidade em suas problemáticas de vivência urbana, foi discutida a questão da segurança nas ruas e calçadas, resultando no desenvolvimento da cartilha Por que a rua dá medo?, desenvolvida pelo Coletivo Micrópolis (Figura 11).

Figura 11 – Cartilha Por que a rua dá medo?



Fonte: micropolis.com.br (2018)

A cartilha é um recurso didático efetivo para expor os resultados da pesquisa urbana. O material ilustrativo potencializa o diálogo nas esferas públicas afetadas pela questão da segurança pública, discriminação, centralismo e verticalização urbana, sendo distribuído em escolas, centros culturais e organizações de defesa. Outro apontamento exposto pelo grupo é o fator publicitário que a cartilha fornece como recurso para se conseguir um maior e melhor engajamento do público, facilitando a troca de informações e também a compreensão das informações expostas.

### 5.3.2.3. PROJETO *PARKLET* LÁ DA FAVELINHA

O *Parklet* Lá da Favelinha é um projeto colaborativo entre o Micrópolis e o Centro Cultural Lá da Favelinha (Aglomerado da Serra, Belo Horizonte), Fernando Maculan e o Projeto Gentileza (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). A equipe partiu da demanda de moradores da região e dos frequentadores do Centro Cultural Lá da Favelinha para um local público que instigasse a sociabilidade e a convivência. Assim, a equipe demonstrou o potencial do *parklet*, como instrumento de encontro social e apropriação de um lugar, sendo efetivo por abrigar diferentes usos num mesmo espaço. O *parklet* é um espaço lateral às calçadas, em que se constroem estruturas para criar espaços de lazer e convívio onde anteriormente haviam vagas de estacionamento de carros.

Diante disso, por se tratar de um móvel urbano, utilizou-se do reaproveitamento de materiais armazenados nos depósitos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A premissa de projeto era encontrar materiais modulares, com foco em um sistema de formas variáveis. Estruturas de carteiras, prateleiras e estantes foram utilizadas.

Com as peças-base definidas, o grupo organizou uma oficina no Centro Cultural Lá da Favelinha para o desenvolvimento do projeto com a comunidade. Na primeira parte da oficina, foi compartilhado com os participantes o potencial de uso público de um mobiliário como o *parklet*. A partir daí, os participantes elencaram todos os usos possíveis e desejáveis para este espaço no contexto do Aglomerado da Serra [...]. Organizados em grupos, os participantes puderam expressar suas ideias por meio de colagens, apresentadas a todos ao final da dinâmica. Na segunda etapa, foram apresentados os dois elementos construtivos escolhidos nos depósitos da prefeitura. Através do uso de peças de LEGO na mesma proporção desses elementos, os participantes foram desafiados a representar em maquetes as propostas arquitetônicas. Ao final, todas as maquetes foram apresentadas e discutidas com todos os participantes (MICRÓPOLIS, 2018, [s.p.]).

O projeto arquitetônico final foi resultado das contribuições geradas pela oficina, que apontaram o desejo por espaços públicos mais verdes e acolhedores.

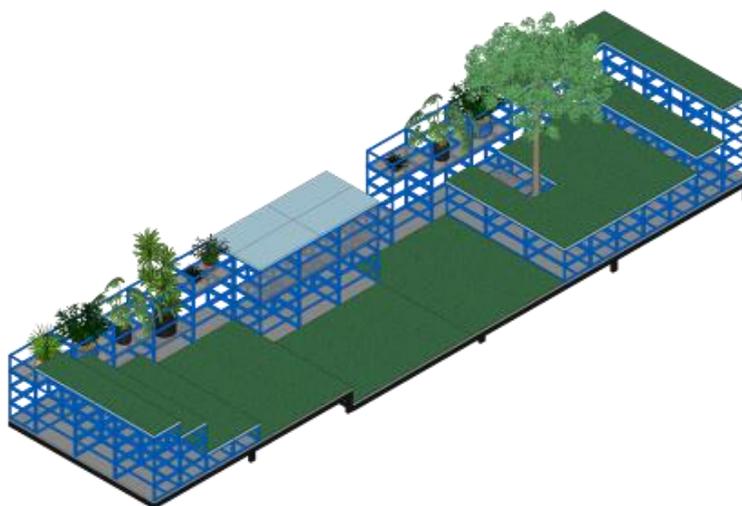
Para o processo construtivo será feita uma plataforma rígida sobre a qual serão montados e soldados os módulos das carteiras e prateleiras, gerando em diversos níveis superfícies para usos diversos e nichos para a acomodação das plantas do jardim (Figura 12 e 13).

Figura 12 - Projeto Parklet Lá da Favelinha, vista 1



Fonte: micropolis.com.br (2018)

Figura 13 - Projeto Parklet Lá da Favelinha, vista 2



Fonte: micropolis.com.br (2018)

De acordo com o Coletivo Micrópolis, a execução do projeto está em andamento, pois depende de disponibilidade e serviços de áreas técnicas da Prefeitura de Belo Horizonte, que, no caso, perpassa por processos burocráticos, sendo a previsão de entrega ainda no presente ano.

### **5.3.3. COLETIVO DESESTRESSA BH**

Síntese da entrevista com o Coletivo Desestressa BH (Tabela 4). O Coletivo está inativo.

Tabela 4 - Síntese da entrevista com o Coletivo Desestressa BH

<b>História do Desestressa BH.</b>
O Desestressa BH surgiu em 2011 através de um problema percebido: a intensidade do estresse dos usuários do transporte público. Na época o entrevistado utilizava o transporte público juntamente com a colega do curso de Publicidade e Propaganda, e essa percepção foi o impulso para que os dois comesçassem uma intervenção artística no transporte público.
<b>Formação do grupo.</b>
Os dois fundadores são da área de Publicidade e Propaganda. Foi relatado, ainda nessa pergunta, que, a forma encontrada para a intervenção foi por meio da música, juntamente com ação reflexiva e educativa, por meio do diálogo. O crescimento da ação impulsionou a abertura de uma página no Facebook.
<b>Sobre a equipe.</b>
Inicialmente eram somente dois fundadores. O movimento cresceu e houve adesão de outros participantes, o que acarretou em dúvidas de como gerenciar o movimento. O coletivo já teve 26 pessoas ligadas diretamente, além de voluntários indiretos.
<b>Relação do Coletivo com as redes sociais.</b>
O entrevistado relatou que sempre teve o cuidado de responder todos os contatos via redes sociais. O convite às pessoas (rede de contato) para participarem das ações era feito por mensagem individual.
<b>O foco de ação do coletivo.</b>
O foco de ação era o resgate de valores e humanidades relacionados ao respeito, gratidão, amor, educação. Intervenção de conscientização e artística (com intuito de gerar reações de impacto e rompimento com a zona de conforto) em praças, ruas e transporte público.
<b>Parceria pública, privada, através de algum edital, alguma ação.</b>
Havia o interesse de um dos membros em aderir à parceria público/privada, porém o restante foi contra a decisão. A ideia era manter a flexibilidade de ações do coletivo. Excluindo assim a possibilidade de haver uma prestação de contas ou vinculação de publicidades advindas de parceria.
<b>Relação dos coletivos com a parceria pública, com o governo</b>
Na opinião do entrevistado, um coletivo não consegue sobreviver sem um apoio financeiro: iniciativa privada, autossuficiência financeira. No caso do Coletivo Desestressa BH, a sua essência não criava abertura para parcerias privadas. O projeto durou seis anos com recursos financeiros dos membros internos – fato destacado como negativo. O entrevistado sugeriu que um coletivo deva ter uma loja. “A loja do coletivo gerará renda, a renda sustentará o coletivo, ele vai vender e vai circular dinheiro dentro dele”. Outra iniciativa sugerida foi a verba governamental por meio de editais. Foi enfatizado que a parceria privada pode corromper a essência do coletivo, uma vez que as relações passam a ser trocas de negociação. O entrevistado ressalta que a melhor opção é o coletivo ser autossustentável financeiramente.
<b>A influência da legislação urbana no trabalho de apropriação do espaço público</b>
O entrevistado relatou que a legislação sempre dificultou, principalmente para ações nas praças. Era permitido ações coletivas, efêmeras e públicas, sem a utilização de gramados.
<b>Percepção adquirida do cidadão que habita a cidade. Feedback recebido.</b>

Feedback positivo principalmente relatado em depoimentos nas redes sociais do Coletivo.
<b>Mensuração dos resultados das ações do Coletivo.</b>
Planilhas de acompanhamento de envolvimento em mídias sociais do Coletivo e comparação com outros coletivos da cidade.
<b>O envolvimento do design no processo.</b>
Peças gráficas para as intervenções e mídias sociais.
<b>Os desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo.</b>
Foi relatado a dificuldade de conseguir manter as atividades utilizando apenas recursos próprios.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A seguir, o Manifesto ao amor é um retrato do Coletivo sobre as discussões que promoviam dentro do Transporte Público de Belo Horizonte (Figura 14).

Figura 14 - Manifesto ao amor

Tic tac, tic tac, tic tac...



Tic Tac, Tic Tac, Tic Tac...

É esse o som que tem regido nossas vidas... Mesmo involuntariamente, vivemos em função do relógio e por ele somos comandados. Somos pressionados pela dança mórbida dos ponteiros.

Corremos para realizar nosso trabalho, pagar as contas, dar banho nas crianças, malhar, estudar, cuidar da saúde, e no final, esperamos que nos sobre um restinho de tempo para descansar...

Ficamos então afadigados, massacrados, exaustos das rotinas frívolas que vivemos. E, seja por correria, por excesso de atividades ou qualquer outro motivo, estamos nos esquecendo de apreciar as coisas simples da vida, deixando de sorrir, de cantar, de dar um bom dia, por mais simples que se seja fazer.

Por isso, nos levantamos a favor do amor, a favor das gentilezas, a favor de sorrisos, a favor de uma vida mais leve, a favor de gastar tempo, sim isso mesmo: gastar tempo, mas de uma forma mais humana. Gaste tempo em família, com amigos, em longas horas de almoço, desligue a tv e leia livros, converse, contemple as flores, faça longas caminhadas, respire ar puro, ouça o silêncio... e acima de tudo... **Come!**



Desestressa BH também  
está no Facebook



gente que  
ama



Uma ação significativa e que teve bastante impacto em Belo Horizonte foi o Piquenique do Amor (Figura 15). Realizado em seis edições na Praça do Papa e no Parque das Mangabeiras, foi uma campanha de incentivo dos momentos de alteridade, a que podemos comparar com nossos estudos sobre as errâncias urbanas. O Piquenique do Amor reuniu em cada edição de 800 pessoas a 2000 pessoas. Todo o evento foi organizado via redes sociais do Coletivo. Como reação de impacto das pessoas, o Coletivo cita o estranhamento por ser um evento gratuito e por ser diferente do que um ambiente urbano está acostumado.

Figura 15 – Cartaz Piquenique do Amor.



Fonte: <http://desstressabh.blogspot.com>, 2019

#### 5.3.4. MOVIMENTO NOSSA BH

Síntese da entrevista com o Movimento Nossa BH (Tabela 5). O Coletivo ainda está ativo.

Tabela 5 - Síntese da entrevista com o Movimento Nossa BH

<b>O processo de atividade do Movimento Nossa BH.</b>
As ações estão divididas em eventos, publicações (fichas-resumo, estudos de caso e relatórios) e projetos em parceria com outras organizações no âmbito da mobilidade urbana, com participação ativa nas esferas do poder pública. Articulação com outros coletivos.
<b>Potencialidades são percebidas para o uso do espaço público.</b>
O espaço público é um espaço em disputa. Hoje se tem um espaço homogêneo. Existe um desejo de se retomar os espaços públicos da cidade.
<b>Os desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo.</b>
Foi relatado que o grande desafio do coletivo é manter a sua característica híbrida. Existe a necessidade do engajamento de mais pessoas, qualificadas para as atividades do grupo, e eles entendem que isso dificilmente ocorrerá sem uma remuneração financeira. Tal fato é um desafio, pois atualmente não dispõem de recursos financeiros para cobrir adições de membros à equipe existente.
<b>Os objetivos a serem alcançados.</b>
O entrevistado afirmou que os objetivos do coletivo estão relacionados com os projetos desenvolvidos, entendidos na pesquisa como atividades chaves. Citou dois exemplos: o primeiro exemplo está relacionado ao destaque e referência do Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte para se concretizar como espaço de diálogo. O segundo exemplo está relacionado à análise dos orçamentos municipais para entender como a prefeitura da cidade gasta o recurso público. Mas durante a entrevista, foi apontado um objetivo, entendido na pesquisa como uma meta a ser atingida. O entrevistado afirmou ser desejo do coletivo de transformar a cidade numa cidade mais justa, democrática, sustentável e para alcançar isso, o grupo tem utilizado da mobilidade urbana como ferramenta de disputa do acesso das pessoas à cidade e a luta pelo direito à cidade.
<b>Percepção do papel do design no processo de transformação do espaço público urbano.</b>
Primeiramente, o entrevistado achou a questão complexa. Foi relatado os membros do coletivo e suas respectivas expertises (Tabela 6). O profissional de design (trabalho remunerado) é um membro externo, de fundamental importância, entendido pelo grupo como o responsável por traduzir os desejos e ideias do grupo em mensagens gráficas, das mais diversas possíveis. Foi relatado também que o entendimento do design está na linguagem que acessa outros públicos, não necessariamente um público que está interessado numa linguagem mais técnica ou em textos. Dessa forma, é possível captar mais pessoas para se apropriarem do espaço público, do espaço da

política e participar das agendas do grupo.
<b>Influência da legislação urbana no trabalho de apropriação do espaço público.</b>
Obteve-se a resposta de que a legislação influencia muito na apropriação e no uso do espaço público. O exemplo dado foi referente ao carro e em como a legislação da cidade beneficia o automóvel em detrimento do maior aproveitamento de outras formas de locomoção (pedestres, ciclistas). Enfatiza que a legislação tem a capacidade de ser convidativa ao pedestre e ciclista e ampliar as possibilidades de apropriação do espaço público. É importante ressaltar que o entrevistado cita a relação entre o Orçamento Municipal da cidade e seu impacto no desenvolvimento urbano. Além da legislação urbanística, o Orçamento Municipal é uma lei que expressa a forma como o poder público executivo deseja investir o recurso público. Assim, é uma forma de entender como ele quer desenvolver a cidade.
<b>Percepção adquirida do cidadão que habita a cidade. Feedback recebido.</b>
Foi respondido que o feedback é positivo, em exemplo, dos momentos em que o coletivo esteve nas ruas desempenhando diferentes atividades, juntamente aos parceiros. As pessoas se engajam e isso se torna um indicador coletivo do desejo por uma mudança do uso da cidade.
<b>Captação da participação cidadã pelo Coletivo.</b>
A captação de pessoas nas ações de rua é bastante orgânica, não havendo um processo instituído. Envolve o interesse e a atração. Já as ações institucionalizadas, nos espaços do governo por exemplo, envolvem um processo mais complexo, pois os espaços não são convidativos, onde as pessoas podem ouvir os debates, porém sem participação ativa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O Movimento Nossa BH, criado em 2008, é um coletivo voltado para o engajamento social e comprometimento com o exercício da cidadania no espaço público. Para tanto, busca monitorar a agenda das políticas públicas para a efetivação das ações na cidade. Mantém o compartilhamento de experiências com outros coletivos urbanos e com a sociedade através de diálogos, oficinas e seminários. Cada demanda da cidade identificada pela equipe, sempre baseada em indicadores e análises de dados, é exposta em redes sociais para que a informação alcance a população. Para tanto, ele trabalha em rede com a população, outros coletivos, empresas, universidades e o poder público.

A tabela a seguir descreve a equipe do Coletivo (Tabela 6).

Tabela 6 - Membros internos e remunerados do Movimento Nossa BH

Membros internos e remunerados do Movimento Nossa BH					
	Membro 1	Membro 2	Membro 3	Membro 4	Membro 5
Formação	Arquitetura/ Urbanismo	Bacharel em Ciências Econômicas e Direito, mestre em Economia e doutorando em Direito.	Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Doutorado em andamento.	Gestor ambiental	Licenciada em Letras e bacharelado em Tradução e Interpretação, pós- graduada em Educação Ambiental.
Atuação	Mobilidade urbana, urbanismo	Acompanhamento legislativo e Orçamento público	Acompanhamento legislativo e Orçamento público	Mobilidade Urbana, Legislativo	Acessibilidade, Pessoa com Deficiência

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A mobilidade urbana é uma questão bastante abordada pelo coletivo e seu diagnóstico envolve a visão sistêmica da problemática na cidade. Num levantamento de dados foi apresentada a participação e os interesses de cada envolvido na mobilidade urbana da cidade, além de questionamentos que incitam a reflexão do contexto atual (Tabela 7).

Tabela 7 - Quadro de atores na mobilidade urbana e suas formas de atuação na cidade

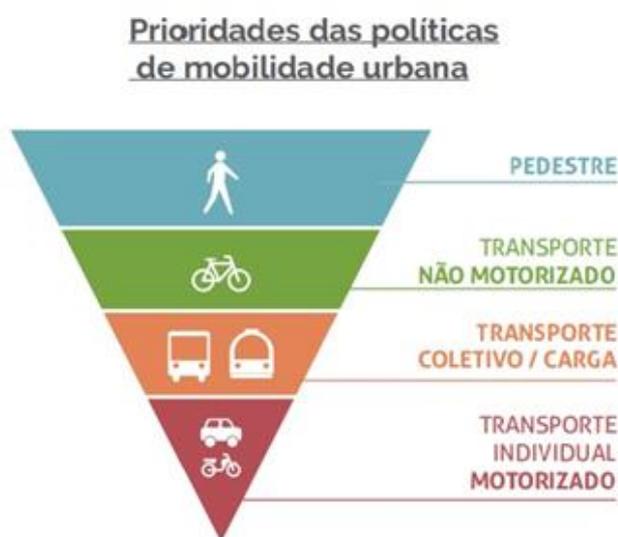
ATORES	INTERESSES (diretos e indiretos)
<b>Poder público</b> (federal, estadual e municipal)	Coordenação, gestão e planejamento da mobilidade urbana.
<b>Operadores do transporte</b> (empresários de ônibus, empresas de frete e de aplicativos de transporte (Uber, Cabify, etc.))	Um serviço de qualidade e manter seus negócios gerando lucro.
<b>Trabalhadores</b> (motoristas e agentes de bordo de ônibus, trabalhadores do metrô, taxistas, motoristas profissionais, motoboys, caminhoneiros)	Boas condições de trabalho e remuneração.
<b>Usuários de transporte</b> (passageiros, ciclistas, motoristas, pedestres, motociclistas).	Segurança e fluidez nos deslocamentos.
<b>Atores urbanos</b> (comerciantes, instituições de ensino, hospitais, empregadores, etc.)	Rapidez e diminuição de custos gerados pela dificuldade nos deslocamentos.
<b>Universidades</b> e órgãos de pesquisa	Estudos e pesquisas sobre aspectos e processos ligados à mobilidade urbana.
<b>Movimentos Sociais</b> ligados à questão da mobilidade urbana	Interesses variados no sentido da mudança social.
Você já parou para pensar como cada um desses atores enxerga a mobilidade ou quais são seus desejos? Já pensou como as políticas públicas e o orçamento público atendem a esses interesses?	

Fonte: <http://nossabh.org.br/ficha-1/> (2018)

Um dos objetos de análise do coletivo é o Observatório de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte (OBSMOB-BH). Ele foi pensado para intermediar os interesses das

instituições quanto à mobilidade urbana na cidade e monitorar o planejamento, implementação e os resultados das metas públicas. Seis indicadores são utilizados pelo Observatório para acompanhar o alcance dos objetivos: pedestres, bicicletas, transporte coletivo, veículos individuais diversos, trânsito e segurança e a preocupação ambiental. Com esses indicadores determina-se as prioridades de atuação das políticas públicas, de acordo com as necessidades de cada grupo e seu respectivo impacto para os demais grupos (Esquema 8).

Esquema 8 - Plano de mobilidade urbana



Fonte: [nossabh.org.br/ficha-1/](http://nossabh.org.br/ficha-1/) (2018)

As fichas resumo, também chamadas *fact sheet*, são um recurso comunicacional do coletivo, com dois propósitos (Figura 16):

1. Alcance de público que já conhece o trabalho do coletivo. Fornecer conhecimento para pessoas e coletivos que objetivam iniciar ou aumentar a participação e o controle social sobre o sistema da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
2. Alcance de público que não conhece o trabalho do coletivo. Motivar pessoas a atuarem na pauta da mobilidade urbana e sensibilizar organizações e movimentos sociais que atuam em outras pautas a se engajarem com a agenda da mobilidade na metrópole.

Pode-se entender também o material impresso como uma cartilha informativa, de cunho conscientizador analítico e reflexivo.

Figura 16 – *Fact Sheet* Movimento Nossa BH



Fonte: [nossabh.org.br/publicacoes/](http://nossabh.org.br/publicacoes/), [s.d.]

É importante ressaltar que este não é um coletivo que aborda o design de forma direta em suas práticas urbanas, mas que retrata o estudo da mobilidade urbana a partir de uma fundamentação teórica bastante criteriosa. Essa é uma etapa fundamental e deve ser transferida para o contexto de atuação do designer, de forma que ao trabalhar em conjunto com outras áreas, ele tenha a capacidade de elaborar estratégias a partir de um amplo diagnóstico do cenário que lhe é apresentado.

### 5.3.5. COLETIVO GENTILEZA

Síntese da entrevista com o Coletivo Gentileza (Tabela 8). O Coletivo não está mais ativo.

Tabela 8 - Síntese da entrevista com o Coletivo Gentileza

<p><b>O processo da atividade de um coletivo urbano.</b></p>
<p>Na concepção da entrevistada, um coletivo urbano é um grupo de pessoas com propósito comum, que se une para colocar em prática ideias por meio da realização de algum tipo de ação. Nos coletivos em que atuou, as pessoas costumavam se reunir com uma determinada frequência, decidindo ações a serem feitas e se dividiam para coloca-las em prática. Algo horizontal, em que todos participam de alguma forma.</p>
<p><b>Potencialidades para o uso do espaço público.</b></p>
<p>A entrevistada relatou principalmente a convivência entre as pessoas. Apesar de ser uma potencialidade comum para o contexto de Belo Horizonte, na época (2012/2013) sentiam que a geração mais jovem não aproveitava a cidade.</p>
<p><b>Os desafios enfrentados para manter a atividade do coletivo.</b></p>
<p>Falta de recursos financeiros para financiar as ações, que geralmente eram pagas pelos próprios participantes do grupo.</p>
<p><b>Os objetivos que buscavam alcançar.</b></p>
<p>Realizar ações e intervenções urbanas para inspirar as pessoas a repensar sua relação com o próximo e com a cidade.</p>
<p><b>Percepção do papel do design no processo de transformação do espaço público urbano.</b></p>
<p>As ações eram efêmeras e não transformavam o espaço público de forma material. O papel do Coletivo e do design era pensar em estratégias para promover algum tipo de empatia ou troca com as pessoas.</p>
<p><b>A influência da legislação urbana no trabalho de apropriação do espaço público.</b></p>
<p>No caso do Coletivo não houve influência, pois a entrevistada relatou que sempre utilizavam as áreas de uso livre e realizam ações que não modificavam o espaço.</p>
<p><b>A percepção adquirida do cidadão que habita a cidade. Feedback recebido.</b></p>

100% das pessoas que davam feedback gostavam muito das intervenções e se sentiam inspiradas pelo estímulo à troca com o outro e ao olhar diferenciado para a cidade. Apesar de fazerem sempre coisas muito simples, sempre parecia algo surpreendente para as pessoas, que demonstravam ser muito carentes de conversas, de serem ouvidas, de relacionar com o outro. Algo que não esperavam na ocasião era também o volume de convites e de participações na mídia, o que demonstra que existia um desejo ou interesse por aquele tipo de ação.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O Coletivo Gentileza praticava ações e intervenções urbanas para que as pessoas pudessem se inspirar e serem instigados a repensar a relação delas com o próximo e com a cidade.

Uma das ações ocorreu na Feira Grátis da Gratidão, em Belo Horizonte, e na ocasião foram realizadas trocas de mudas de planta por diálogos entre os participantes, painéis conscientizadores sobre valores de convivência social harmoniosa e afetiva e relatos sobre os sonhos das pessoas. Esses relatos foram transformados em ilustrações, em parceria com designers e artistas, distribuídos gratuitamente na mídia social do grupo (Figura 17).

Figura 17 – Gentileza para download



Fonte: Coletivo Gentileza, facebook (2013). Ilustradora: Ágatha Kretli

São ações caracterizadas por microrrevoluções de expressivo engajamento popular de acordo com o lema do grupo: “*A mudança que a gente quer para o mundo começa com as microrrevoluções ‘nossas’ de cada dia.*” Assim, impulsionar hábitos de gentileza nas pessoas foi uma forma encontrada pelo grupo para instigar a reflexão dos comportamentos no convívio social.

#### **5.4. O DESIGN COMO FERRAMENTA PARA A CIDADANIA NA ATUAÇÃO DOS COLETIVOS URBANOS DE BELO HORIZONTE**

Os coletivos urbanos entrevistados demonstram que as ferramentas do design funcionam como suporte de comunicação. Em paralelo, com os estudos complementares, foi possível estabelecermos conexões viáveis ao design. Os resultados são aqui apresentados sob duas perspectivas. Primeiramente, o design como agente potencializador da comunicação, porém num nível mais estratégico. A segunda perspectiva apresenta interseções do design com foco nos objetos. Uma terceira perspectiva eleva-se ao proposto por essa pesquisa, mas que não poderíamos deixar de apontar como reflexões, caminhos e possibilidades já discutidas no ambiente acadêmico e aqui abordadas com intuito de suscitar a continuação do tema.

O design contribui e/ou pode contribuir com as práticas urbanas desenvolvidas pelos coletivos urbanos em três níveis de ações: ações operacionais, ações táticas e ações estratégicas. O design é um instrumento com a finalidade de promover não somente a comunicação de mensagens e a divulgação de informações que são vinculadas em intervenções, mas potencializar o efeito da comunicação: a compreensão do cunho crítico e o interesse participativo do leitor, além da conscientização. Muitas intervenções são de cunho conscientizador, no entanto, em intervenções que visem o engajamento público, torna-se um dificultador quando a comunicação não atinge o objetivo proposto.

Para tanto, os recursos da visualidade que conectam esses focos estão presentes no sistema de leitura visual do objeto gráfico, didaticamente entendido como *Gestalt*. Analisamos por meio de Gomes Filho (2009) como os recursos da visualidade fornecem o suporte de veiculação de mensagens em que a atração visual é

fundamental e compreendemos que o sistema de leitura visual depende da ligação entre os princípios de harmonização, porém elencados numa quebra visual, em busca de gerar maior impacto (Tabela 9). Os dois elementos se complementam para buscar formas visuais instigantes.

Tabela 9 – Interpretação visual da leitura

<b>Interpretação visual da leitura</b>		
<b>Elementos segregadores</b>	Elementos distintos para identificação, recurso de impacto, criatividade, inusitado, atraente. Foco em chamar a atenção e ser memorável	Contraste de cor, ruído, sobreposições, assimetria, proporção, ritmo
<b>Boa continuação da leitura (elementos segregadores e unificadores da informação)</b>		
<b>Elementos unificadores</b>	Coesão visual, equilíbrio e harmonia	Sequenciamento da informação, relação de semelhança e proximidade, afinidades e simplicidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Então, um suporte informativo do design para gerar mensagens atraentes e impactantes é relacionar na estética dos informativos os elementos unificadores e os elementos segregadores da informação. Essa abordagem é bastante explorada pelos coletivos urbanos apresentados nessa pesquisa nos materiais de pesquisa urbana, de divulgação gratuita, exemplo da Cartilha Por que a rua dá medo? do Coletivo Micropólis (Figura 18 e 19).

Figura 18 – Diagramação da cartilha Por que a rua dá medo?, vista 1



Fonte: micropolis.com.br (2018)

Figura 19 – Diagramação da cartilha Por que a rua dá medo?, vista 2

# E AGORA, o que fazer?

**O que o Estado faz a respeito da violência?**

### SISTEMA DE DEFESA SOCIAL EM MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Defesa Social**  
Responsável por coordenar as políticas estaduais de segurança pública e defesa social, regulando a atuação dos órgãos de segurança pública e de defesa social.

**Polícia Civil**  
Atua em crimes de natureza pública, como homicídios, roubo, furto, estelionato, tráfico de drogas, etc.

**Corpo de Bombeiros**  
Atua em situações de emergência, como incêndios, acidentes, resgate, etc.

**Polícia Militar**  
Atua em situações de emergência, como controle de trânsito, segurança pública, etc.

### PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

**Projeto Vida**  
Observatório de Segurança Pública em Minas Gerais, que atua em parceria com o Conselho Nacional de Segurança Pública.

**50%** de redução de homicídios em áreas de risco.

**11.000** jovens em programas de prevenção de violência.

**Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**  
Atua na reinserção social de egressos do sistema prisional.

**Medição de Condições**  
Atua na melhoria das condições de segurança pública.

### VIOLÊNCIA POLICIAL

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

**86%** de casos de violência policial são resolvidos.

**Apelido, por delírio, não é uma arma**  
Atua na prevenção e no combate à violência policial.

**Quem são meus direitos ao ser abusado?**  
Atua na prevenção e no combate à violência policial.

**SISTEMA PUNITIVO**

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

**80%** de redução de crimes.

**R\$ 2.000** de multa por crime.

**10%** de redução de crimes.

**R\$ 50** de multa por crime.

## Como as cidades lidam com o problema?

### FACHADA ATIVA

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### DESBUROCRATIZAÇÃO DO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### OUTRAS CIDADES

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

## Como as pessoas estão se organizando?

### LGBT

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### ADIVERTID@ NEGRA

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### MULHER

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

### POVOS INDÍGENAS

Atua na prevenção e no combate à violência policial.

**CONTRA O DESPEJO!**

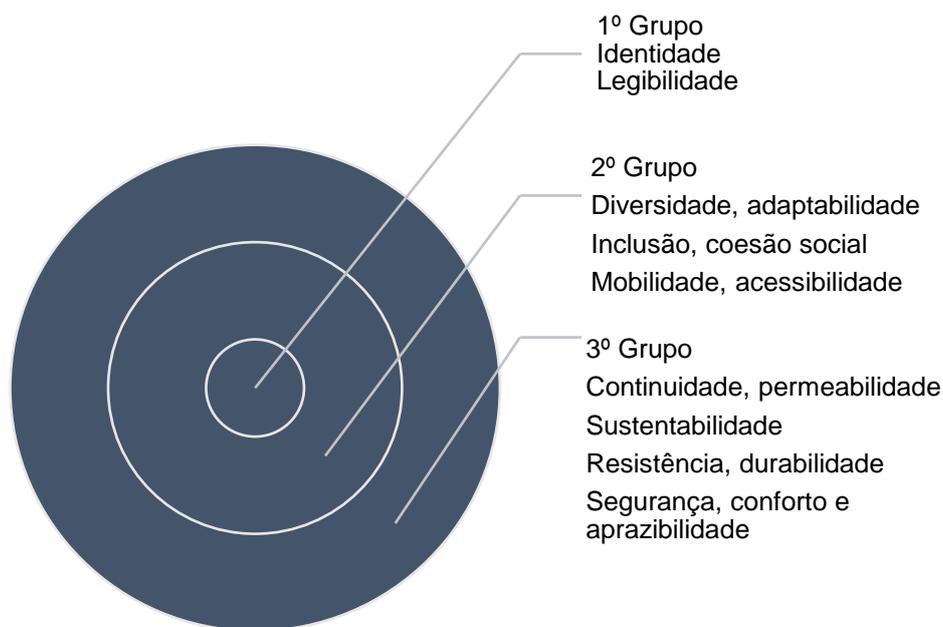
Atua na prevenção e no combate à violência policial.

As pesquisas urbanas são disponibilizadas aos cidadãos e são importantes fontes em paralelo ao que é disponibilizado pelos órgãos públicos. Isso demonstra não só um potencial informativo. Mas também um potencial educativo. Podemos relacionar a isso os métodos e ferramentas participativos abordados pelos coletivos urbanos e apropriados pelo design com foco em construir uma experiência conjunta.

Além da abordagem comunicacional das intervenções urbanas promovidas pelos coletivos urbanos de Belo Horizonte, temos o enfoque da usabilidade do mobiliário urbano no espaço físico e em logradouro público da cidade.

No que tange a qualificação do mobiliário urbano para fins democráticos Brandão (2008<sup>10</sup> *apud* Paiva, 2012, p. 68) classifica os atributos de avaliação para o uso apropriado do objeto. Categorizamos esses atributos por afinidades, onde os conceitos são complementares e dialogam na definição da qualidade do objeto proposto para o uso diversificado, integrado e responsável no espaço público urbano (Esquema 9). Os conceitos que ora se complementam, ora se opõem formatam a complexidade atribuída à funcionalidade do mobiliário urbano.

Esquema 9 – Atributos de uso do objeto



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

<sup>10</sup> BRANDÃO, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

De acordo com o autor, o primeiro grupo refere-se ao alinhamento das características locais e contextuais do ambiente de inserção do objeto, podendo elas serem históricas, materiais, naturais e culturais, de tal forma que a compreensão função-forma aconteça de maneira rápida, clara e identificável ao lugar. Ao mesmo tempo, é necessário haver as características do segundo grupo, que retrata a importância das conexões entre objeto – lugar – usuário. Legíveis e acessíveis, conexão do objeto com o lugar, mas permitindo a diversidade de usos e pessoas são caminhos possíveis, porém complexos. O autor expõe que através da coesão social é possível amenizar e eliminar a marginalização e restrição social. Para enfatizar esses elementos é importante tangibilizar a segurança, o conforto e a sustentabilidade, conforme exposto no terceiro grupo, de acordo com potencialidade físicas que caracterizam a função-forma, qualidade dos materiais adequada às características ambientais, conservação e intensidade de uso.

Para além dos informativos, do mobiliário urbano e do ambiente físico podemos apenas apontar que a usabilidade urbana dos cidadãos também abarca as vantagens de se criar uma interação que conecte o ambiente físico ao ambiente virtual. Num cenário em que os aplicativos estão em alta e se desenvolvendo cada vez mais, eles podem ser instrumentos de melhoria da experiência, criar interações que captem o interesse de diferentes públicos e faixas etárias. Isso eleva a atividade do coletivo urbano na cidade para um novo plano de ação e também eleva sua relação com o design.

Como explicado inicialmente neste subcapítulo, durante a análise de como os coletivos urbanos se utilizam do design como ferramenta para suas práticas urbanas, buscamos também encontrar potencialidades do design viáveis à atividade dos coletivos urbanos, conforme exposto acima e o objetivo do trabalho.

Para tanto, encontramos na ferramenta SWOT a forma de compreender o que ainda pode ser explorado pelos coletivos urbanos em sua relação com o design. A SWOT é uma ferramenta conhecida e já utilizada pela autora do trabalho em outras pesquisas acadêmicas. Compreendemos que ela surgiu dentro do universo da administração de negócios e o design estratégico de marcas. Mas, de acordo com Zimmerman (2015), a matriz SWOT é uma ferramenta que serve para análise de

cenário e como base para um planejamento estratégico, mas devido à sua simplicidade ela pode ser ampliada para análises de todo tipo de cenário.

Após a utilização da ferramenta encontramos os seguintes apontamentos (Esquema 10):

Esquema 10 – Ferramenta SWOT, análise de coletivos urbanos de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Entendemos que o campo de fraquezas do modelo tradicional da SWOT são fronteiras para a atuação dos coletivos urbanos e o campo de ameaças são oportunidades que precisam ser consideradas estrategicamente.

A presença do individualismo como ameaça ao engajamento do cidadão nas práticas urbanas é um fator que pode ser amenizado, se houver um melhor aproveitamento das ações participativas e interativas, através do compartilhamento dos processos metodológicos. Essa troca entre os coletivos urbanos é vista pela autora como enriquecedor e que aumenta a credibilidade das ações dos coletivos urbanos.

Nos coletivos urbanos estudados, não percebemos uma ferramenta consolidada de avaliação estruturada pós-intervenção. Existem algumas ações que abordam isso, mas de forma indireta ou superficial. Na metodologia projetual do design, essa abordagem vem sendo implementada como análise de resultado, verificando-se a eficácia e a eficiência de soluções projetuais e a satisfação dos usuários.

E por último, temos um problema que foi constatado nos quatro coletivos urbanos de Belo Horizonte: a ausência ou a fraca sustentabilidade financeira dos grupos. Isso ocorre por sua estrutura que o qualifica dentro do mercado social, diferente dos negócios sociais e as ONG's, os integrantes dos coletivos urbanos de Belo Horizonte utilizam recursos próprios para manter as atividades, o que se apresenta como dificultador para que eles existam durante um longo tempo. Na entrevista do Coletivo Desestressa BH, uma solução apontada pelo entrevistado foi a criação de um setor onde pudessem ser vendidos objetos desenvolvidos pelo coletivo urbano, como exemplo, uma loja virtual.

A efetividade da solução dada pelo entrevistado é objeto de estudo para um momento investigativo posterior a essa pesquisa. Mas apontamos como um possível objeto de estudo do design. Ao coletivo é fundamental que ele possua uma estabilidade financeira, capaz de mantê-lo em seu papel de agente transformador do espaço público.

A partir desses resultados, a pesquisa se encerra e dá abertura para as conclusões do trabalho, aqui entendidas não como desfecho do tema, mas como reflexões que a pesquisa nos trouxe. O tema que foi estudado é amplo e merece oportunidades de estudo no ambiente acadêmico.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao embarcar nos estudos sobre a humanização das cidades e as transformações do planejamento urbano é muito importante que se tenha um filtro investigativo que direciona o pensamento numa linha construtiva do raciocínio, para que se possa visualizar as conexões dos fenômenos urbanos. A problemática do convívio social na cidade é complexa. De um lado a consciência cidadã e as potencialidades espaciais que instigam novas formas de habitar o espaço público urbano, mesclados em intervenções urbanas promovidas por coletivos urbanos, e do outro lado, os fenômenos de individualidade, os interesses de instituições privadas e a lógica da gestão pública para reunir num mesmo plano todas as demandas que a cidade contém. Abarcam-se a isso a problemática do direito de uso e acesso, da mobilidade, da moradia, das relações de trabalho e das manifestações de identidade cultural, que se configuram como fontes de estudo das Ciências Sociais, nos âmbitos investigativos que competem à Arquitetura e Urbanismo, à Geografia e à História, à Economia e à Psicologia, à Administração Pública e à Antropologia, às Engenharias, à Sociologia e ao Design. Pelo ponto de vista do Design podemos apontar essas áreas relacionais que interferem na dinâmica do espaço público urbano.

A percepção do trabalho em rede e interdisciplinar, em que as áreas relacionais tendem a ser um fator de modificação para o planejamento urbano tradicional, dentro das habilidades e limitações que lhes são inerentes, é importante consideramos o cidadão, usuário do espaço público urbano, como parte do processo que o impacta socialmente, culturalmente, economicamente, fisicamente e psicologicamente.

De maneira geral, podemos afirmar que o design fomenta ações que visam a transformação do espaço público urbano e o resgate da cidadania. Por meio de seus instrumentos ele fomenta a veiculação de informação, a usabilidade dos objetos e espaços públicos e as metodologias participativas que suportam estratégias de engajamento do cidadão nas práticas urbanas.

Desse modo, os novos estudos sobre o planejamento urbano e a vivência urbana permeiam por diálogos entre os aspectos físicos e materiais, humanos e sociais inerentes ao funcionamento do sistema que é o espaço público urbano e esses

mesmos aspectos são influenciados pelo design no que diz respeito à qualidade da percepção do ambiente convívio.

Compreendemos que os coletivos urbanos já se utilizam dos instrumentos de design, mas, identificamos que essa relação é ainda num nível ferramental, operacional e tático, sem que evolua como construção de um pensamento estratégico. Levantamos, portanto, o que os coletivos urbanos já fazem e o que os coletivos urbanos podem fazer, através do design. Delimitamos o estudo na cidade de Belo Horizonte, objetivando perceber a trajetória da vivência urbana da cidade e analisar num contexto mais amplo e macro o que já está sendo discutido na constituição do espaço público urbano.

Assim, apresentamos por meio dos autores Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, as dimensões das formas e interações que organizam o espaço urbano e se relacionam no campo do espaço concebido, percebido e vivido, abordagem apresentada por meio dos autores Henri Lefebvre e Marta do Nascimento Silva. Apresentamos também, a compreensão da constituição do espaço urbano por meio da legislação urbanística, sendo ela um fator regulador das atividades humanas, justificado por meio da necessidade de se manter a ordem e o equilíbrio os elementos que compõem o espaço urbano. Entre esses dois extremos temos a apropriação do espaço urbano por meio da mobilização social e transformações sociais manifestadas e tangibilizadas no espaço físico da cidade.

Para que as transformações sociais ocorram é necessário entender como as pessoas constroem as relações sociais, permeadas por fenômenos de inclusão e exclusão, mas percebidas de modo diferente nas esferas individual e coletiva dos sujeitos. Ressaltamos a implementação da tecnologia no convívio social e os meios que fomentam o crescente envolvimento dos jovens na problemática da vivência urbana, como importantes focos de atenção na pesquisa.

No que tange aos coletivos urbanos entendemos que foi necessário encontrar formas de mobilização social convergentes, ou seja, as ONG's e os negócios sociais, pois, dessa forma, conseguimos visualizar como eles se estruturam e se diferenciam enquanto agentes sociais de transformação urbana. Quais suas potencialidades e limitações. E diante disso, como eles se posicionam no

entendimento da função do espaço público urbano e se posicionam como agentes que contribuem para as práticas urbanas, estando elas além do gerenciamento pelo poder público.

Os coletivos urbanos estão inseridos numa dinâmica de pensar e agir influenciada por estratégias em nível global, pois, percebemos que algumas práticas urbanas são inspiradas em ações já implementadas no contexto geográfico externo ao Brasil. Mas existe uma lógica de implementação na cidade de Belo Horizonte que contempla o agir local, num entendimento de ação e reação, de como o cidadão influencia e é influenciado pela intervenção. É importante entender que as demandas sociais podem ser similares ao redor do mundo, e que as práticas urbanas podem ser prototipadas, melhoradas e adaptadas ao contexto local. As pessoas estão conectadas mesmo que hajam barreiras físicas. E essas conexões ajudam a entender melhor sobre como ocorrem os processos sociais em torno do mundo. Um exemplo mostrado nesta pesquisa foi o projeto do *High Line*, em Nova York, EUA.

O design, nesse contexto, não se apresenta somente como uma ferramenta operacional. Ele é um instrumento mediador que pode fomentar interações urbanas por meio da tecnologia, fomentar também a aceitabilidade coletiva dos dispositivos urbanos como o mobiliário e as peças gráficas, considerando que essa aceitabilidade permeia a identidade cultural e a diversidade social. Desenvolver em conjunto às outras áreas e aos coletivos urbanos os serviços potenciais à cidade. Ser também um mediador para a comunicação e as parcerias potenciais entre os órgãos públicos e os coletivos urbanos. A esse ponto, destacamos que os coletivos urbanos podem ser um meio de comunicação do órgão público com o cidadão. Abordagens didáticas ao cidadão podem ser implementadas pelos coletivos urbanos em parceria com os órgãos públicos. E, numa relação de troca, os órgãos públicos podem desenvolver capacidades empáticas que estabeleçam melhorias ao convívio social e ao direito à cidade.

Portanto, através do exposto acima, entendemos que a pesquisa respondeu aos objetivos propostos inicialmente e almejamos com a finalização desse trabalho, perpetuar o estudo do design urbano, incitar questionamentos e diálogos, e fomentar cada vez mais a inserção do design nos estudos sobre a humanização das cidades.

Por fim, deixamos como fruto de todo o nosso estudo dois questionamentos instigadores. É possível estruturar um modelo social de design (método) voltado para as questões urbanas? Como seria a didática do design para o ensino do design urbano?

## REFERÊNCIAS

- A ESCALA HUMANA. Direção: Andreas Møl Dalsgaard. Produção: Signe Byrge Sørensen. Dinamarca: Final Cut for Real, 2013. (77 min). Documentário. Versão em espanhol: La Escala Humana, disponibilizada pela Elche Dinámico EFDEC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zKFgt80DUwU>>. Acesso em: 18 out. 2017.
- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L.. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: Roberto Pires; Gabriela Lotta; Vanessa Elias de Oliveira/. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. 1ed.: 2018, v., p. 105-138.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ARTSPER. *Marie Sester Biography*. Disponível em: <<https://www.artsper.com/en/contemporary-artists/united-states/90/marie-sester>>. Acesso em: 11 set. 2018.
- BATISTA, Elisangela. Direito à cidade: o Design no processo de retomada da cidade de Belo Horizonte. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, v. 69, p. 137-150, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-35232018000400012](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-35232018000400012)>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BISON, I; DIANI, M. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.
- BONSIEPE, G. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.
- BONZI, Ramón Stock. Do abandono a um novo valor no projeto e na apropriação da paisagem. **REVISTA ELETRÔNICA LABVERDE**, v. 1, p. 193-217, 2013.
- BOTELHO, T. R. A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade. In: FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo; Belo Horizonte: EDUSP; PUCMinas, 2006, p. 45-67.
- BRAIDA, F; NOJIMA, V. L. M. **Por que design é linguagem?** Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.
- CABEZA, Edison Uriel Rodriguez; Moura, Mônica; "OPEN DESIGN: ABERTURA + DESIGN = PRÁTICA PROJETUAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL", p. 2719-2730. In: **Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 1, n. 4]**. São Paulo: Blucher, 2014. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/open-design>>

abertura-design-prtica-projetual-para-a-transformao-social-12860>. Acesso em: 17 dez. 2017.

CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. Sociedade do espetáculo e resistência juvenil: estratégias midiáticas na formulação de uma contracultura. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.). **Comunicação, cultura e consumo: a (des)construção do espetáculo contemporâneo**, p. 137-152. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8585445084>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CARDOSO, Rafael. **Introdução à história do design**. São Paulo: Editora Blucher, 2008.

\_\_\_\_\_. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARVALHO, Alecir Francisco de; "CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DESIGN NO CONTEXTO DO PÓS-INDUSTRIALISMO E DA CULTURA PÓS-MODERNA.", p. 527-537. In: **Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 1, n. 4]**. São Paulo: Blucher, 2014. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/consideraes-sobre-o-conceito-de-design-no-contexto-do-ps-industrialismo-e-da-cultura-ps-moderna-12672>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

CASTANHEIRA, E.; SOUZA, C. L. de. Cidade: Práticas Criativas & Emergência. In: VII PROJETER, 2015, NATAL. **ANAIS DO VII PROJETER**. NATAL: ANPARQ, 2015. v. 1. p. 1-12.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Vivências efêmeras, lugares sem peso: a estetização nas cidades contemporâneas. **ComCiência**, Campinas, n. 122, 2010. Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000800011&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000800011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 maio. 2018.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: Sylvia Cavalcante; Gleice Elali. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. 1ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2011, v. Unico, p. 63-69.

CAVALCANTE, Sylvia; NOBREGA, L. M. A.. Espaço e Lugar. In: Sylvia Cavalcante; Gleice Elali. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. 1ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2011, v. Unico, p. 182-190.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza. (Orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

CELASCHI, F.; MORAES, D. Futuro, bem-estar, interdependência: palavras-chave para o design contemporâneo. **Cadernos de Estudos Avançados em Design - design e humanismo** - 2013 - p. 35-60.

CORRÊA, Roberto Lobato. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, 2011. Disponível em: <<https://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/03/organizac3a7c3a3o-do-espac3a7o-dimensc3b5es-processo-forma-e-significados-e28093-roberto-lobato-corr3aaa.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DAMAZIO, V. Design, memória, emoção: uma investigação para o projeto de produtos memoráveis. **Cadernos de Estudos Avançados em Design - design e emoção** - 2013 - p. 43-61.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propur/teses\\_dissertacoes/Raquel\\_daroda.pdf](http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Raquel_daroda.pdf)>. Acesso em: 15 maio. 2018.

DAVID, J; HAMMOND, R. **High Line: a história do parque suspenso de Nova York**. São Paulo: BEI Comunicação, 2013.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DEDIHC. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

DISALVO, C. Design, Democracy and Agonistic Pluralism. In: D. Durling, ed. **Design and Complexity. Proceedings of the Design Research Society Conference**, 2010, Montreal (Quebec), Canada: Université de Montréal. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/cc73/edbd63fd2117f41ed3102266f6eea0eb711d.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

DUARTE, André; SANTOS, Rodrigo Ponce. A cidade como espaço de intervenção dos coletivos: resistência e novas formas de vida urbana. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 4, 2012, pp. 31-52.

ELALI, Gleice A; MEDEIROS, Samia Thaís Feijó de. Apego ao lugar (vínculo com o lugar – place attachment). In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-62.

FERREIRA, Isabela de Mattos. **Design transversal e as práticas de ressignificação para a cidadania no espaço público**. 2017, 188 f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1313478\\_2017\\_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1313478_2017_completo.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FIGUEIREDO, Vinícius (2011). **Metáforas urbanas e política**. In: MOB 2011. Disponível em: <[www.artebicimob.org](http://www.artebicimob.org)>. Acesso em: 17 dez. 2018.

FONTES, A. S. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades**. 2011. Tese (doutorado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011, 256p. Disponível em: <<http://intervencoestemporarias.com.br/publicacao/intervencoes-temporarias-marcas-permanentes-a-amabilidade-nos-espacos-coletivos-de-nossas-cidades/>>. Acesso em 18 dez. 2018.

FREIRE, T. C. F. Minieventos: consumindo a cidade dos megaeventos. In: Pereira, Cláudia (Org.). **Culturas, consumos e representações midiáticas da juventude**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

GOMES, P. C. **A Condição Urbana: ensaios de ecopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertam, Brasil, 2002.

GOMES, C. L. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. **Itinerarium**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-18, 2008. Disponível em: <<http://cienciaparaeducacao.org/eng/publicacao/gomes-c-l-lazer-urbano-contemporaneidade-e-educacao-das-sensibilidades-itinerarium-rio-de-janeiro-2008-v-1-p-1-18-2008/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma**. 9 ed. São Paulo: Escrituras, 2009.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 29-50, 2006. Disponível em: <<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/191>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GUATELLI, Igor. **Condensadores Urbanos – Baixio Viaduto do Café – Academia Cora - Garrido**. São Paulo: Mack Pesquisa, 2008.

Harvey, David. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HOLT, Matthew. The Limits of Empathy: Utopianism, Absorption and Theatricality in Design. **The Design Journal**, p.151-164, 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, P. B. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: Ribeiro, Ana Clara Torres; Vaz, Lilian Fessler; Pereira da Silva, Maria Laís.

(Orgs.). **Leituras da cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, v. 1, p. 48-64.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11933/8133>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

JOHNSON, S. **Emergência: A Vida Integrada de Formigas, Cérebros, Cidades e Softwares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KARSSENBERG, Hans. *et al.* **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível: <<https://thecityateyelevel.com/2015/10/28/versao-em-portugues/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

KRUCKEN, Lia. Competências para o design na contemporaneidade. Cadernos de Estudos Avançados em Design: **Design e Transversalidade**, Belo Horizonte, v. 2, p. 29-39, 2016.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEVBRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Ed. Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEI Nº 7.165, DE 27 DE AGOSTO DE 1996. Plano Diretor. (1996).

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estatuto da Cidade. (2001).

LEI Nº 8.616, DE 14 DE JULHO DE 2003. Código de Posturas. (2003).

LIMA, M. F; SAKATA, K. L. Apontamentos sobre o conceito de democracia em Joseph A. Schumpeter e Jürgen Habermas. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 12, n. 15, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

\_\_\_\_\_; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MANZINI, Eduardo. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE; Sadao. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, p.11-25. 2003. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes\\_sobre\\_a\\_elaboracao\\_do\\_roteiro.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MANZINI, Ezio; MARGOLIN, Victor. Carta Aberta para a Comunidade de Design: Levante pela Democracia. SeedingLab (Laboratório do Grupo de Pesquisa de Design Estratégico para a Inovação Cultural e Social). Unisinos, 2017. Disponível em: <<http://unisinos.br/seedinglab/index.php/2017/04/18/271/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2011.

MARGOLIN, Victor; MARGOLIN, Sylvia. Um Modelo Social de Design: questões de prática e pesquisa. **Revista Design em Foco**, 2004. Disponível em: <en:<<http://doaj.org/articulo.oa?id=66110105>> ISSN 1807-3778>. Acesso em 14 out. 2018.

MARTINS, Wilmont de Moura. **“Trilhas Juvenis”**: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004. Disponível em: <<https://posgeoantigo.iesa.ufg.br/n/4496-2004-wilmont>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MARTINS, Gabriela Reis Chaves. **Design de negócios sociais: o design como ferramenta de apoio à modelagem de empreendimentos sociais com fins lucrativos**. 2016. 99 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Design, 2016.

MAZETTI, Henrique Moreira. Intervenção urbana: representação e subjetivação na cidade. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/23567111551551843861325581372271668376.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil. **Lugar Comum (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 105-120, 2008. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/112303120602Resist%C3%A2ncias%20criativas%20-%20Os%20coletivos%20art%C3%ADsticos%20e%20ativistas%20no%20BrasilL.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112303120602Resist%C3%A2ncias%20criativas%20-%20Os%20coletivos%20art%C3%ADsticos%20e%20ativistas%20no%20BrasilL.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MELO, Marcela Araujo. **Intervenções urbanas e design**: práticas para a reconstrução do tecido social. 2016, 156 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.ppgd.uemg.br/wp-content/uploads/2016/11/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MARCELA-ARAUJO-MELO.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2018.

MERINO, Giselle Schmidt Alves Días. **Metodologia para a prática projetual do design: com base no projeto centrado no usuário e com ênfase no design universal**. 2014, 212 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128821>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MICRÓPOLIS. Bairro Calafate. 2014. Disponível em: <<https://www.micropolis.com.br/Calafate-1>>. Acesso em 08 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Parket Lá da Favelinha. 2018. Disponível em: <<https://www.micropolis.com.br/Parket-La-da-Favelinha>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MIRANDA, Danilo Santos de. Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 105-110, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

MITCHELL, W. **E-topia: a vida urbana – mas não como a conhecemos**. São Paulo: Senac, 2002.

MORAES, D. Design e complexidade. In: Krucken, L.; Moraes, D. (Orgs). Coleção: Cadernos de Estudos Avançados em Design, **Transversalidade**. Belo Horizonte: UEMG, 2008.

MOREIRA, Corina Maria Rodrigues. **Patrimônio cultural e revitalização urbana. Usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>>. Acesso em: 07 maio. 2018.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOURA, Mônica. Metodologias do design: inter-relações. In: Menezes, M; Paschoarelli, L. C. (Orgs.). **Metodologias do Design: Inter-Relações**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, v. 1, p. 274-290.

MUKAI, T. **O Estatuto da cidade**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, Nécio Turra. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105044?show=full>>. Acesso em: 11 maio. 2018.

NIEMEYER, Lucy. Design e humanismo: por um novo modelo. p. 71-78. Design e Humanismo. **Cadernos de Estudos Avançados em Design**. v. 8. Barbacena: EdUEMG, 2013.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Orgs.). **Participação e deliberação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

OLIVEIRA, Ana; GUERRA, Paula. Espaços urbanos: entre a cultura, a imagem e a intervenção. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 32, p. 118-131, 2016. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/10034>>. Acesso em:

OLIVEIRA, Eunice de; CASTELA, Sara de; CARVALHO; Susana. **Experiência no espaço público**. Lisboa: DCiii, 2007. Disponível em: <[http://areas.fba.ul.pt/in2places/images/objecto\\_sustentacao.pdf](http://areas.fba.ul.pt/in2places/images/objecto_sustentacao.pdf)>. Acesso em: 12 maio. 2017.

PAIVA, B. A. F. (2012). **Design e urbanidade: cumplicidades do Programa Polis**. Tese de doutorado, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, Lisboa, Distrito de Lisboa, Portugal.

PAPANEK, V. **Design para el mundo real: ecología humana e cambio social**. Madrid: Ediciones Blume, 1977.

PAULA, Flávia Maria de Assis; PIRES, Lucineide Mendes. Os jovens e a cidade: das práticas espaciais às redes de sociabilidade e a constituição de territorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Volume Especial, n. 35, p. 87-106, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2262>>. Acesso em: 11 maio. 2018.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte. Legislação Urbanística. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/informacoes/legislacao-urbanistica>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEREIRA, T. O. As tecnologias e a comunicação na contemporaneidade: a trilogia Matrix. **Data Grama Zero - Revista de Informação** - v.14 n.4, 2013.

PEREIRA, T. F. M. (2018). **Coletivos urbanos, percepção e comportamento ambiental: um estudo de caso em Viçosa-MG**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

PIAZZALUNGA, Renata. **A virtualização da arquitetura**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

REDIG, J. Não há cidadania sem informação, nem informação sem design. **Infodesign** (SBDI. Online), v. 1, p. 58-66, 2004. Disponível em: <<https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/4>>. Acesso 14 dez. 2017.

REIS, A. C. F. Revelando o invisível: os enredados fios de ligação entre ícones culturais e processos de transformação urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Anais do Seminário Internacional Cultura e Transformação Urbana**. São Paulo: Sesc Belenzinho, 2011, p. 10-14. Disponível em: <<http://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Cultura-e-Transforma%C3%A7%C3%A3o-Urbana.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania. In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). **Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

ROSA, Marcos Leite. **Micro Planejamento – Práticas Urbanas Criativas – São Paulo** – São Paulo: Cultura, 2011.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Eliete Moreira dos. A produção do espaço urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 8, p. 33-45, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15548>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SANTOS, Valéria Carvalho. **Contribuições do design para a mobilidade urbana**. (2016). 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, 2016.

SESTER. Acess, 2003. Disponível em: <<http://www.sester.net/access/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, 5 (2): p. 9-37. Inverno, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2109/1590>>. Acesso em: 07 maio. 2018.

SILVA, Marta do Nascimento. **A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16168@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16168@1)>. Acesso em: 21 maio. 2018.

SILVA, Elisangela Batista da; "O PAPEL DO DESIGN NA CONSTRUÇÃO DO PLACE BRANDING", p. 3432-3441. In: **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]**. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em:

<<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-papel-do-design-na-construo-do-place-branding-24531>>. Acesso em: 21 maio. 2018.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

SMELSER, N. **Theory of Collective Behavior**. London: Routledge & Kegan, 1962.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. *et. al.* (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Tato. Corpo disponível: processos e modos de interação. **O Percevejo Online** (Periódico do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas), UNIRIO, v. 7, n. 2, p. 207-224, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/5694>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

TONET, I. **Socialismo e democracia**. 2007. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/cidadao\\_ou\\_homem\\_livre.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

TREVISAN, Camila Orsi. **Espaço Público-Espaço Privado: Reflexões sobre o Espaço Urbano Metropolitano**. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<https://docplayer.com.br/47743135-Espaco-publico-espaco-privado-reflexoes-sobre-o-espaco-urbano-metropolitano-camila-orsi-trevisan.html>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

VIANNA, Maurício. *et al.* **Design Thinking: inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

XAVIER, Flávia Vieira. **Sociabilidade urbana na cidade dual: o uso do espaço público em dois bairros de belo horizonte, MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11530>>. Acesso em: 18 maio. 2018. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11530>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ZIMMERMAN, Fábio. **Gestão da Estratégia com o uso do BSC**. Revisão e adaptação, Alexandre Laval Silva e Carlos Eduardo Penante D'Ávila Uchôa. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2410>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

ARTE DA CAPA ADAPTADA DE SUZANNE CLEO ANTONELLI E FUCHSIA MACAREE. FONTE: PINTEREST, 2018.

## APÊNDICE A – Programa da disciplina optativa ‘O design e as práticas de cidadania

### PROGRAMA DE DISCIPLINA

PERÍODO		DISCIPLINA	O Design e as práticas de cidadania		
1º SEMESTRE [X]		PROFESSORA	Rita A. C. Ribeiro		
2º SEMESTRE [ ]		CURSO	Todos		
ANO	2019	CARGA HORÁRIA	32 h/a	Nº DE VAGAS	25
		CLASSIFICAÇÃO	[ ] OBRIGATÓRIA	[X] OPTATIVA	

EMENTA	Perspectiva do design sobre a complexidade da vivência urbana, a partir da interação e comportamento do indivíduo social com o meio urbano. Diálogo entre as formas de resistência à lógica do capital e o resgate da cidadania, que remetem ao posicionamento crítico diante dos paradigmas socioculturais e comportamentais vigentes na sociedade contemporânea.
--------	--

OBJETIVO GERAL	Incitar a reflexão e o diálogo sobre o papel do design para a vivência e a humanização da cidade no contexto do exercício da cidadania.
----------------	---

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o conceito de cidadania e sua relação com o design.</li> <li>• Discutir sobre os fenômenos socioculturais nas cidades e suas potencialidades para o exercício da cidadania.</li> <li>• Refletir sobre as influências em que os indivíduos constroem seu envolvimento com o espaço urbano em que vivem.</li> <li>• Dialogar sobre as práticas de design no âmbito da democracia.</li> </ul>
-----------------------	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Design e cidadania no espaço urbano</li> <li>2. Cidadania na contemporaneidade</li> <li>2. O espaço urbano como agente cultural</li> <li>3. Esferas do habitar a cidade</li> <li>4. Fundamentos do design para a democracia</li> </ol>
-----------------------	--

PROCESSOS METODOLÓGICOS	<p>Aulas expositivas dialogadas;          Discussão sobre casos reais;          Metodologia Participativa (dinâmica em sala);          Seminários a serem desenvolvidos pelos alunos a partir de conteúdo programado;          Elaboração do trabalho final;          Avaliação da disciplina.</p>
-------------------------	--

RECURSOS DIDÁTICOS	<p>Textos;          Recursos audiovisuais: computador, projetor multimídia, caixa de som;          Materiais impressos para dinâmicas.</p>
--------------------	--

PROCESSOS AVALIATIVOS	<p><b>1ª nota: EXERCÍCIO 1 (30 pontos)</b>          Storytelling – habitar a cidade  <b>2ª nota: EXERCÍCIO 2 (30 pontos)</b>          Painel de cenários  <b>3ª nota: TRABALHO FINAL (40 pontos)</b>          Práticas de transformação do espaço urbano para o convívio  <b>OBS.:</b> Em todas as etapas serão avaliados a frequência e envolvimento em sala, organização e conteúdo das apresentações e entregas.</p>
-----------------------	---

<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	<p>BRAIDA, F; NOJIMA, V. L. M. <b>Por que design é linguagem?</b> Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.</p> <p>MANZINI, Ezio; MARGOLIN, Victor. Carta Aberta para a Comunidade de Design: Levante pela Democracia. SeedingLab (Laboratório do Grupo de Pesquisa de Design Estratégico para a Inovação Cultural e Social). Unisinos, 2017. Disponível em: &lt;<a href="http://unisinis.br/seedinglab/index.php/2017/04/18/271/">http://unisinis.br/seedinglab/index.php/2017/04/18/271/</a>&gt;. Acesso em: 14 nov. 2017.</p> <p>OLIVEIRA, Eunice de; CASTELA, Sara de; CARVALHO; Susana. <b>Experiência no espaço público</b>. Lisboa: DCiii, 2007. Disponível em: &lt;<a href="http://areas.fba.ul.pt/in2places/images/objecto_sustentacao.pdf">http://areas.fba.ul.pt/in2places/images/objecto_sustentacao.pdf</a>&gt;. Acesso em: 12 maio. 2017.</p> <p>PEREIRA, Cláudia. (Org.). <b>Culturas, Consumos e Representações Midiáticas da Juventude</b>. Curitiba: Appris, 2017.</p> <p>SANTOS, Milton. <b>Espaço e método</b>. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.</p> <p>_____. <b>Metamorfoses do Espaço Habitado</b>. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	<p>CELASCHI, F.; MORAES, D. Futuro, bem-estar, interdependência: palavras-chave para o design contemporâneo. <b>Cadernos de Estudos Avançados em Design - design e humanismo - 2013 - p. 35-60.</b></p> <p>HARVEY, David. <b>Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2014.</p> <p>JACQUES, P. B. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: Ribeiro, Ana Clara Torres; Vaz, Lilian Fessler; Pereira da Silva, Maria Laís. (Orgs.). <b>Leituras da cidade</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, v. 1, p. 48-64.</p> <p>LYNCH, Kevin. <b>A imagem da cidade</b>. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>PAPANÉK, V. <b>Design para el mundo real: ecología humana e cambio social</b>. Madrid: Ediciones Blume, 1977.</p> <p>RIBEIRO, R. A. C.. Um roteiro de visibilidade e invisibilidade na cidade. <b>Observatorium</b>, v. 1, p. 185-196, 2009.</p>
<p><b>Professora Responsável: Rita A. C. Ribeiro</b></p> <p>Horário: Terças-feiras 13:30h às 15:10h</p>	

## **APÊNDICE B - Listagem dos coletivos**

- Coletivo Micrópolis
- Coletivo Gentileza
- Poro Intervenções urbanas e ações efêmeras
- Coletivo Janela Aberta
- Coletivo Desestressa BH
- Minas de Minas Crew
- Viva Lagoinha
- Movimento Nossa BH
- Ponto do Livro
- Piseagrama
- N'zinga
- Calma Clima

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE DESIGN

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa e este documento contém as informações necessárias sobre o trabalho que está sendo realizado. Se você concordar em participar, será necessário o preenchimento de seus dados e assinatura na declaração para concordar com a sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, esta pode ser esclarecida com o responsável pela pesquisa.

Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO:

DOCUMENTO DE IDENTIDADE:

RESIDENTE (cidade, estado e país):

CONTATO (e-mail):

Declaro, para os devidos fins, que concordei em ser entrevistado(a) para colaborar com a coleta de dados da pesquisa de mestrado em Design intitulada O DESIGN E AS CIDADES: AÇÕES QUE TRANSFORMAM O ESPAÇO URBANO, tendo sido informado (a) verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa desenvolvida por Mylene Fernandes Batista, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Professora Doutora Rita Aparecida da Conceição Ribeiro, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail [rribeiroed@gmail.com](mailto:rribeiroed@gmail.com).

Fui informado que este material será utilizado para apresentação e defesa da Dissertação da aluna observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição, em que somente o nome do Coletivo de ação social será divulgado nas produções de teor acadêmico.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa e de que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE DESIGN

análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação na pesquisa acima descrita. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Belo Horizonte, de de .

\_\_\_\_\_  
Assinatura por extenso do(a) participante

Nome:

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pesquisador Responsável  
Mylene Fernandes Batista  
Tel: (31) 98888-2603  
E-mail: mylenefer.batista@gmail.com

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Orientadora  
Prof.ª Dr.ª Rita Aparecida da Conceição Ribeiro  
E-mail: rribeiroed@gmail.com